

SCHEILA KRENKEL

**REPERCUSSÃO DAS REDES SOCIAIS SIGNIFICATIVAS E DE
SUPORTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER: PERSPECTIVA DE MULHERES EX-
ABRIGADAS E DE PROFISSIONAIS DE UMA CASA-ABRIGO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen
Leontina Ojeda Ocampo Moré
Coorientadora: Prof^a Dr^a Leonor Maria
Cantera Espinosa

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Krenkel, Scheila

Repercussão das redes sociais significativas e de suporte social no enfrentamento da violência contra a mulher : Perspectiva de mulheres ex-abrigadas e de profissionais de uma casa-abrigo / Scheila Krenkel ; orientadora, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, coorientadora, Leonor Maria Espinosa Cantera, 2018.

150 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

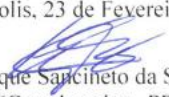
1. Psicologia. 2. violência contra a mulher. 3. casa-abrigo. 4. redes sociais. 5. enfrentamento. I. Moré, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. II. Cantera, Leonor Maria Espinosa. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Scheila Krenkel

Repercussão das redes sociais significativas e de suporte social no enfrentamento da violência contra a mulher: Perspectiva de mulheres ex-abrigadas e de profissionais de uma casa-abrigo

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.


Florianópolis, 23 de Fevereiro de 2018.

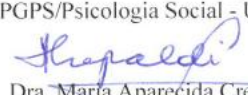

Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
(Coordenador - PPGP/UFSC)

Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia/CFH-UFSC
Portaria nº 1403/2017/GR


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Orientadora - PPGP/UFSC)

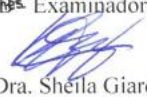
Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia/CFH-UFSC
Portaria nº 1403/2017/GR


Dra. Leonor Maria Cantera Espinosa
(Coorientadora - PPGPS/Psicologia Social - UAB)


Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP UFSC - Examinadora Interna)


Dra. Maria Aparecida Penso
(PPGP - UGPS - Examinadora Externa)

Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia/CFH-UFSC
Portaria nº 1403/2017/GR


Dra. Sheila Giardini Murta
(PPGPCC - UnB (PPG em Psicologia Clínica e Cultura) - Examinadora Externa)

Dra. Daniela Ribeiro Schneider
(PPGP UFSC - Suplente)

Dra. Ana Cláudia Nunes de Souza Wanderbroocke
(PPGPSC - Universidade do Tuiuti do Paraná (PPG em Psicologia Social e Comunitária) - Suplente)

Às famílias e às/aos profissionais que em seu cotidiano lidam com as diferentes situações de violência.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, professora Carmen Moré, pessoa de afeto e sensibilidade ímpares. Pesquisadora competente e de excelência. Minha gratidão por me ensinar a pesquisar com seu jeito paciente e gentil, por caminhar junto e compartilhar com tanta generosidade sua experiência e conhecimento, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional.

À professora Leonor Cantera, pelo acolhimento ofertado durante o período de doutorado-sanduíche e por partilhar seu conhecimento acadêmico e profissional, os quais auxiliaram na construção desse trabalho.

Às professoras Maria Aparecida Crepaldi, Maria Aparecida Penso e Sheila Giardini Murta por aceitarem o convite para compor a banca final e pelos aportes que surgiram das conversações em torno dos resultados deste trabalho.

À professora Maria Aparecida Crepaldi pela significativa contribuição na minha construção como pessoa e profissional. Pelo exemplo de seriedade, ética e respeito à profissão. Pelo apoio, cuidado e incentivo constantes. Obrigada por me ajudar nesta e em outras caminhadas.

Aos professores e colegas do PPGP, por dividirem seu conhecimento comigo, auxiliando em mais esta etapa da vida acadêmica. Agradeço especialmente à Gabriela Frischknecht pela ajuda na minha banca de qualificação e trocas pelos corredores da vida e às colegas de orientação e grupo de pesquisa Francieli Sufredini e Vanderléia Batista, pela presença e aprendizado em todos os encontros.

Às colegas Caline Mendes (UFPE), Fernanda Sanchez (UFSC), Izandra Alves (UPF), Júlia Gonçalves (UFSC) e Raquel Leão (UFRGS) por partilharem os momentos (e as muitas emoções) em Barcelona, durante nosso período de doutorado-sanduíche.

Às colegas de pós-graduação Izandra Alves, Simone Bolze e Shana Wottrich pela leitura atenta e cuidadosa dos artigos que constituíram esta tese.

À Shana Wottrich, com quem muito aprendi, pelos inúmeros momentos de compartilhamento da vida acadêmica e pela parceria irreparável nesses anos todos de pós-graduação.

À Elisângela Böing, pela participação (mais que) especial nessa trajetória, partilhando seu conhecimento de maneira simples, doce e carinhosa, seja de maneira analógica ou digital.

Aos meus pais, Irma e Pascoal, pelo apoio, exemplo de luta e honestidade e por me permitirem viver os meus sonhos.

Ao meu irmão, Bruno, por me ensinar sobre ser bom e pelos momentos de diversão. Por me lembrar que é preciso sorrir e acreditar.

Aos primos Francieli, Edson e Tiago pelo acolhimento e compreensão das necessárias escolhas e renúncias feitas ao longo da pós-graduação.

À Sônia de Lima, minha terapeuta, pela compreensão, sensibilidade e respeito às minhas dores e delícias de viver, ajudando-me a seguir caminhando na neblina e a enxergar a beleza das flores no caminho ensolarado.

Às colegas do Familiar Instituto Sistêmico, Fabíola Bianchin, Ilona Lorentz e Jaqueline Mendes e às colegas da minha turma de especialização (T15), especialmente Adriana Kuhnen e Juliana Passos, pelo carinho e amizade, cafés e abraços semanais sempre tão bem-vindos.

À minha amiga Patrícia Justo, pelos intensos e significativos momentos de trocas e conversas. Pelas risadas e pelos choros. Pelo incentivo e ajuda de sempre. Por mesmo distante se fazer presente.

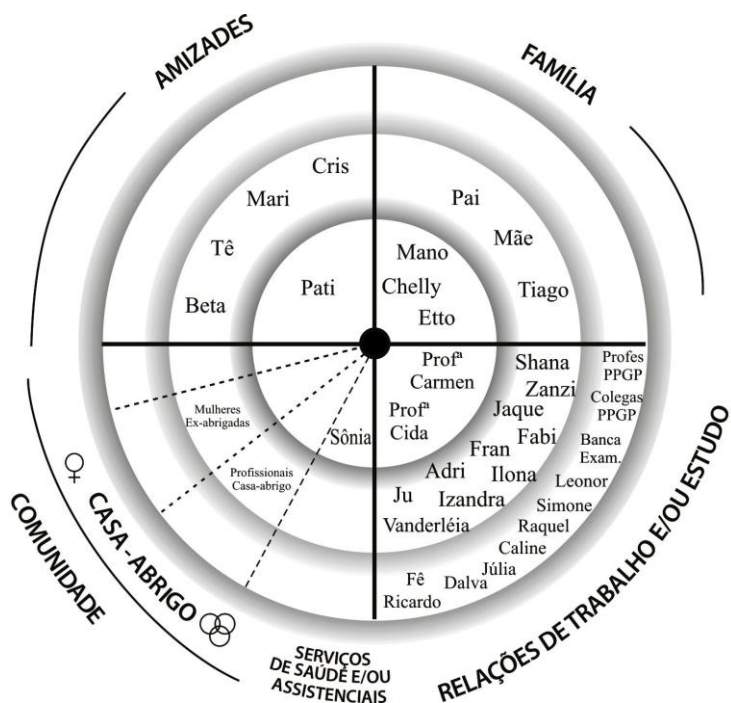
Às amigas Mariana Linder, Terezinha Macedo, Cristiane Matias e Roberta Ferreira, pela amizade sincera e ouvidos atentos.

Ao Ricardo Rezende pela amizade e ajuda com os Mapas de Redes

Aos profissionais da prefeitura do município em que ocorreu a coleta de dados, pela abertura do campo e preciosa ajuda para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço especialmente ao Ricardo Bortoli e à Dalva da Silva.

Às participantes desta Tese (profissionais da casa-abrigo e mulheres ex-abrigadas), pela gentileza e disponibilidade em compartilhar suas histórias comigo e pelos ensinamentos ofertados à minha pessoa, à profissional/ pesquisadora e a todos que terão acesso ao produto final das nossas conversações.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro que me permitiu ter a dedicação necessária para o desenvolvimento desta Tese e à CAPES pelo auxílio que possibilitou minha experiência de doutorado-sanduiche no exterior.



Mapa de Redes da Autora da Tese

*“E de repente, num dia qualquer,
acordamos e percebemos que já podemos
lidar com aquilo que julgávamos maior que
nós mesmos. Não foram os abismos que
diminuíram, mas nós que crescemos.”*
(Fábíola Simões)

Krenkel, Scheila. **Repercussão das redes sociais significativas e de suporte social no enfrentamento da violência contra a mulher: Perspectiva de mulheres ex-abrigadas e de profissionais de uma casa-abrigo.** Florianópolis, 2018. Tese de Doutorado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
Data da defesa: 23/02/2018.

RESUMO

As redes sociais significativas e de suporte social configuradas em torno das mulheres em situação de violência são consideradas estratégias para o enfrentamento desse fenômeno, considerado, mundialmente, como um problema de saúde pública. No conjunto de dispositivos para o enfrentamento da violência, a casa-abrigo oferece acolhimento focado na ruptura do problema e no exercício e reconstrução da cidadania da mulher. O objetivo desta pesquisa foi compreender a experiência de pós-abrigamento e as repercussões das redes sociais significativas no processo de enfrentamento da violência contra a mulher, na perspectiva de profissionais de uma casa-abrigo e de mulheres ex-abrigadas. O posicionamento epistemológico que norteou este estudo esteve pautado nos pressupostos do Pensamento Sistêmico: complexidade, instabilidade/imprevisibilidade, intersubjetividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, da qual participaram seis mulheres ex-abrigadas e 10 profissionais de uma casa-abrigo. A coleta de dados foi realizada por meio da 1) observação participante, com registro em diário de campo, 2) entrevista semiestruturada com as mulheres ex-abrigadas e com as profissionais do local e 3) do Mapa de Redes construído na sequência da entrevista com as mulheres. A organização e a análise dos dados foram constituídas com base na *Grounded Theory*, seguindo a proposta de análise por codificação: aberta, axial e seletiva. Para auxiliar na organização dos dados, utilizou-se o *software* Atlas.ti 7.0. Os resultados evidenciaram que, na perspectiva das profissionais, a rede social significativa das mulheres foi considerada pequena ou inexistente no momento do abrigo, sendo, mais tarde, composta principalmente por familiares e amigos. Para as profissionais, durante o processo de abrigo, há pessoas das redes das mulheres que gostariam de ajudar, mas que não podem proporcionar segurança às mulheres; outras dificultam a saída da casa-abrigo por questões religiosas ou culturais,

sugerindo a manutenção da relação com o autor da violência; e outras, por fim, podem auxiliar as mulheres abrigadas, momento em que ocorre o resgate do vínculo por meio das práticas profissionais. No que se refere à perspectiva das mulheres ex-abrigadas, as redes sociais significativas e as profissionais da casa-abrigo auxiliaram no seu processo de saída da casa-abrigo e reconstrução do projeto de vida. Estas foram mencionadas como uma das principais estratégias de enfrentamento de problemas cotidianos, junto à religiosidade/espiritualidade. As redes das mulheres ex-abrigadas eram de tamanho médio e grande, com predomínio de membros da família e com maior grau de proximidade afetiva. As funções mais mencionadas foram apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos. As mulheres ex-abrigadas mencionaram que a casa-abrigo foi um espaço em que puderam desenvolver a autonomia e autoconfiança. Além disso, os estudos e o aperfeiçoamento profissional foram mencionados como o meio para alcançar o crescimento no trabalho. Após a passagem pela casa-abrigo, as mulheres reativaram e ressignificaram a qualidade do vínculo relacional com os membros de sua rede. Esta Tese mostrou que a rede social significativa e de suporte social são recursos que potencializam o empoderamento da mulher em torno das situações de violência e da reconstrução do seu projeto de vida pós-abrigamento. Isto fomenta reflexões sobre a importância de se realizar programas de capacitação/ sensibilização às/aos profissionais que trabalham com situações de violência, fornecendo informações técnico-instrumentais sobre as redes sociais significativas como um recurso de intervenção na prática profissional. Ademais, sugere-se o desenvolvimento de ações efetivas de acompanhamento de mulheres ex-abrigadas e intervenções voltadas à reconstrução do seu projeto de vida visando à prevenção da violência no contexto familiar.

Palavras-chave: violência, violência contra a mulher, redes sociais significativas, casa-abrigo, enfrentamento, suporte social.

KRENKEL, Scheila. Repercussions of significant social networks and social support in coping with violence against women: Perspective of ex-sheltered women and professionals from a shelter home. Florianópolis, 2018. Doctoral Dissertation in Psychology – Postgraduate Program in Psychology. Federal University of Santa Catarina.

Advisor: Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
Date of defense: 23/02/2018.

ABSTRACT

Significant social and social support networks configured around women in situations of violence are strategies for coping with this phenomenon, considered, worldwide, as a public health problem. In the set of devices for coping with the violence, the shelter offers nursing focused on the rupture of the problem and on the exercise and reconstruction of women's citizenship. The aim of this research was to understand the post-shelter experience and the repercussions of significant social networks in the process of coping with violence against women, from the perspective of shelter workers and ex-sheltered women. The epistemological positioning that guided this study was based on the postulations of Systemic Theory: complexity, instability/unpredictability and intersubjectivity. This was a qualitative research, involving six ex-sheltered women and 10 home-shelter professionals. Data collection was realized through: 1) participant observation, with a record in field diary, 2) a semi-structured interview with the ex-sheltered women and with the local professionals, and 3) the Network Map built subsequently to the participants' interview. Data organization and analysis were based on the Grounded Theory, following the proposed coding analysis: open, axial and selective. To help with the organization of the data, the software Atlas.ti 7.0 was used. The results showed that, from the professionals' perspective, the significant social network of women was considered small or nonexistent at the time of shelter and later, was composed mainly of family and friends. According to the professionals, during the sheltering process, some individuals of the women's networks would like to help, but cannot provide security for women; others make it more difficult to leave shelter by suggesting that the relationship with the perpetrator of violence should be maintained for religious or cultural reasons; and others, finally, can help sheltered women. In this moment the affective

bond is restored through professional practices. With respect to the perspective of ex-sheltered women, meaningful social networks and shelter workers aided in their process of leaving shelter and rebuilding their life project. These were mentioned as one of the main coping strategies for everyday problems, along with religiosity / spirituality. The networks of ex-sheltered women were of medium and large size, with predominance of family members and with a higher degree of affective proximity. The most mentioned functions were emotional support, guidance, and cognitive advice. The ex-sheltered women mentioned that the shelter was a space in which they could develop autonomy and self-confidence. In addition, complementary study and professional development have been cited as the means to progress at work. After their sheltering, the women reactivated and reaffirmed the quality of the relational bond with the members of their network. This thesis has shown that a significant social network and social support are resources that augment women's empowerment around situations of violence and the reconstruction of their post-shelter life project. This promoted reflections on the importance of conducting training/awareness programs for professionals working in situations of violence, providing technical and instrumental information on meaningful social networks as a resource for intervention in professional practice. Lastly, it is suggested that effective assistance actions should be employed to accompany ex-sheltered women as well as interventions aimed at the reconstruction of their life project to prevent violence in the family context.

Keywords: violence; violence against women; significant social network; shelter; coping; social support.

KRENKEL, Scheila. Repercusión de las redes sociales significativas y de soporte social en el afrontamiento de la violencia contra la mujer: Perspectiva de mujeres ex acogidas y de profesionales de una casa de acogida. Florianópolis, 2018. Tesis de Doctorado en Psicología – Programa de Posgrado en Psicología. Universidad Federal de Santa Catarina.

Directora: Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
Fecha del tribunal: 23/02/2018.

RESUMEN

Las redes sociales significativas y de soporte social de mujeres en situación de violencia son estrategias para el afrontamiento de este fenómeno considerado, mundialmente, como un problema de salud pública. En el conjunto de dispositivos para el afrontamiento de la violencia, la casa de acogida ofrece apoyo enfocado en la ruptura del problema y en el ejercicio y reconstrucción de la ciudadanía de la mujer. El objetivo de esta investigación fue comprender la experiencia del paso por una casa de acogida y las repercusiones de las redes sociales significativas en el proceso de afrontamiento de la violencia contra la mujer, en la perspectiva de profesionales de una casa de acogida y de las mujeres que por allí pasaron. El posicionamiento epistemológico que orientó este estudio estuvo pautado en los presupuestos del Pensamiento Sistémico: complejidad, inestabilidad / imprevisibilidad e intersubjetividad. Fue una investigación cualitativa, en la que participaron seis mujeres ex acogidas y 10 profesionales de una casa de acogida. La recolección de datos fue realizada por medio de 1) observación participante, con registro en diario de campo, 2) entrevista semiestructurada con las mujeres ex acogidas y con las profesionales de la casa de acogida y 3) del Mapa de Redes construido después de la entrevista con las mujeres. La organización y el análisis de los datos se constituyeron con base en la *Grounded Theory*, siguiendo la propuesta de análisis por codificación: abierta, axial y selectiva. Para ayudar en la organización de los datos, se utilizó el software *Atlas.ti* 7.0. Los resultados evidenciaron que, en la perspectiva de las profesionales, la red social significativa de las mujeres fue considerada pequeña o inexistente en el momento de la llegada a la casa, siendo, más tarde, compuesta por familiares y amigos, principalmente. Para las profesionales en el proceso de acogida, es posible observar que hay personas de las redes de las mujeres que gustarían de ayudar, pero que

no pueden proporcionar seguridad a las mujeres; otras dificultan la salida de la casa de acogida por cuestiones religiosas o culturales, sugiriendo el mantenimiento de la relación con el autor de la violencia; y otras, por fin, pueden auxiliar a las mujeres acogidas. Es durante este periodo de acogida que ocurre el rescate de los vínculos por medio de las prácticas profesionales. En lo que se refiere a la perspectiva de las mujeres ex acogidas, las redes sociales significativas y las profesionales de la casa de acogida ayudaron en su proceso de salida de la casa de acogida y reconstrucción del proyecto de vida. Estas fueron mencionadas como una de las principales estrategias de afrontamiento de problemas cotidianos, junto a la religiosidad / espiritualidad. Las redes de las mujeres ex acogidas eran de tamaño mediano y grande, con predominio de miembros de la familia y con mayor grado de proximidad afectiva. Las funciones más mencionadas fueron apoyo emocional y guía cognitiva y de consejos. Las mujeres dijeron que la casa de acogida fue un espacio en el que pudieron desarrollar la autonomía y la confianza en sí mismas. Además, los estudios y el perfeccionamiento profesional fueron mencionados como el medio para alcanzar el crecimiento en el trabajo. Después del paso por la casa de acogida, las mujeres reactivaron y resinificaron la calidad del vínculo relacional con los miembros de su red. Esta tesis mostró que la red social significativa y de soporte social son recursos que potencian el empoderamiento de la mujer en torno a las situaciones de violencia y de la reconstrucción de su proyecto de vida después del acogimiento. Se destaca la reflexión sobre la importancia de realizar programas de capacitación / sensibilización a los profesionales que trabajan con situaciones de violencia, proporcionando informaciones técnico-instrumentales sobre las redes sociales significativas como un recurso de intervención en la práctica profesional. Además, se sugiere el desarrollo de acciones efectivas de acompañamiento de mujeres ex acogidas e intervenciones dirigidas a la reconstrucción de su proyecto de vida, visando la prevención de la violencia en el contexto familiar.

Palabras clave: violencia; violencia contra la mujer; redes sociales significativas; casa de acogida; afrontamiento; soporte social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização sociodemográfica e perfil profissional das Profissionais da casa-abrigo	65
Quadro 2: Caracterização sociodemográfica das Mulheres ex-abrigadas ..	72
Quadro 3: Caracterização da violência, passagem e saída da casa-abrigo .	74
Quadro 4: Quadro de Categorias Dimensão I	83
Quadro 5: Quadro de Categorias Dimensão II	86
Quadro 6: Quadro de Categorias Dimensão III	88
Quadro 7: Quadro de Categorias Artigo 1	91
Quadro 8: Quadro de Categorias Artigo 2	92
Quadro 9: Quadro de Categorias Artigo 3	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (2003).....	55
Figura 2: Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (2003) adaptado com adição do item Casa-Abrigo	56
Figura 3: Mapa de Rede Individual da Participante 1	76
Figura 4: Mapa de Rede Individual da Participante 2	77
Figura 5: Mapa de Rede Individual da Participante 3	78
Figura 6: Mapa de Rede Individual da Participante 4	79
Figura 7: Mapa de Rede Individual da Participante 5	80
Figura 8: Mapa de Rede Individual da Participante 6	81
Figura 9: Diagrama das dimensões e categorias em torno do fenômeno investigado	82

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	25
1 INTRODUÇÃO	27
2 OBJETIVOS	35
2.1 Objetivo geral	35
2.2 Objetivos específicos.....	35
3 MÉTODO	37
3.1 Caracterização e delineamento da pesquisa	37
3.2 Caracterização do campo de pesquisa	38
3.3 Participantes do estudo.....	41
3.4 Instrumentos, Técnicas e Procedimentos de coleta de dados	45
3.4.1 Observação participante	46
3.4.2 Entrevista semiestruturada	48
3.4.3 Mapa de Redes	54
3.5 Procedimentos Éticos	59
3.6 Organização e Análise dos Dados	60
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	63
4.1 Caracterização sociodemográfica das participantes <i>Profissionais da Casa-abrigo</i>	63
4.2 Caracterização sociodemográfica das participantes <i>Mulheres ex-abrigadas</i>	70
4.2.1. Contextualização da história de violência e abrigamento das participantes Mulheres ex-abrigadas.....	75
4.3 Apresentação das dimensões e quadro geral de categorias, subcategorias e elementos de análise	81
4.3.1 Dimensão I – Significados atribuídos à prática profissional e às redes sociais significativas de mulheres abrigadas.....	83
4.3.2 Dimensão II – Reconstrução do projeto de vida e estratégias de enfrentamento de mulheres ex-abrigadas.....	86
4.3.3 Dimensão III – Características estruturais das redes sociais significativas de mulheres ex-abrigadas no processo de pós-abrigamento.....	87
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	91
5.1 Resumo do Artigo 1 – Redes sociais significativas e violência contra a mulher: Perspectiva de profissionais de uma casa-abrigo	95
5.2 Resumo do Artigo 2 – Reconstrução do projeto de vida e estratégias de enfrentamento de mulheres ex-abrigadas por situação de violência	101
5.3 Resumo do Artigo 3 – Características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres ex-abrigadas	109

6 INTEGRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA TESE À LUZ DO POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO – PENSAMENTO SISTÊMICO	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	133
Apêndice 1 – Contato com a rede de relações das mulheres ex-abrigadas	133
Apêndice 2 – Roteiro de entrevista com as profissionais da casa-abrigo.....	137
Apêndice 3 – Roteiro de entrevista com as mulheres ex-abrigadas	140
Apêndice 4 – Mapa de Redes Geral.....	144
Apêndice 5 – Mapas de Redes dos anos de 2013 e 2015	145
Apêndice 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Profissionais casa-abrigo	146
Apêndice 7 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – Mulheres ex-abrigadas	148
Apêndice 8 – Relação entre os objetivos específicos da tese e os objetivos dos artigos	150

APRESENTAÇÃO

Esta Tese se insere na interrelação de duas pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC): “Práticas psicológicas no contexto da saúde: Dinâmica das redes sociais significativas e de suporte social” e “O processo hermenêutico da violência na prática profissional: Um olhar sob a perspectiva de gênero”, coordenadas pela Prof^a Dr^a Carmen Moré. A proposta de desenvolvimento deste estudo se origina na continuidade da pesquisa de Mestrado da doutoranda, a qual se referia às redes sociais significativas de mulheres em situação de violência, que foram acolhidas em casa-abrigo. A partir dos resultados encontrados na dissertação, questionamentos surgiram em torno das repercussões da passagem das mulheres pela casa-abrigo e influência das redes sociais significativas, no que se refere à reconstrução dos seus projetos de vida em termos afetivos, relacionais, profissionais.

Considerando os aspectos mencionados, a presente Tese visou aprofundar aspectos em torno das práticas realizadas na casa-abrigo em interface com as redes sociais significativas, considerando a experiência e vivências de mulheres ex-abrigadas e das profissionais do local. Espera-se que essa investigação possa contribuir com o avanço do conhecimento para melhor visibilizar a influência – e importância – das redes sociais significativas como um recurso efetivo, tanto para as práticas realizadas em casas-abrigo e em outros contextos de atuação profissional com a temática da violência, quanto para as mulheres que vivem ou viveram em situação de violência. Dessa maneira, almeja-se com esta pesquisa fornecer subsídios que auxiliem no fortalecimento das mulheres em situação de violência e contribuir com o conjunto de intervenções das/os profissionais que trabalham no atendimento desta demanda.

Cabe mencionar que os resultados e discussões apresentados nesta pesquisa fizeram parte de um constante processo de construção, em que movimentos recursivos estiveram presentes, buscando encontrar os significados atribuídos pelas participantes ao fenômeno em questão. Nesse sentido, o que se pretende é propor reflexões em torno das inquietações que surgiram a partir da experiência acadêmica da doutoranda, ao invés de apresentar respostas prontas ou acabadas sobre o tema. Assim, os resultados evidenciados são frutos de um rigoroso processo de análise e sua discussão está pautada em um olhar compreensivo e integrador em torno do fenômeno investigado.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), estima-se que 30% das mulheres sofrem violência física e/ou sexual por parceiro íntimo e que 38% dos assassinatos contra as mulheres são cometidos por seus parceiros ou ex. A violência é mais frequente em mulheres com idade entre 35 e 44 anos, com predomínio entre os 40 e 44 anos. Outro dado que chama atenção é de que a prevalência da violência de mulheres entre 15 e 19 anos já alcança um índice considerado alto (29,4%) pela OMS, o que sugere que mulheres bastante jovens também estão expostas à violência (WHO, 2013).

No Brasil, dos quase cinco mil assassinatos de mulheres, ocorridos em 2013, 50% foram cometidos por familiares. Destes, 33 % pelo companheiro ou ex, o que representa uma média de 13 homicídios de mulheres por dia (Brasil, 2016). Ainda no contexto nacional, em 2016, a Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, atendeu pouco mais de 140 mil ligações de relatos sobre violência. Dentre eles, 50% eram de violência física, 31% violência psicológica e 5% violência sexual, ambas perpetradas pelos atuais ou ex-companheiros em 65% dos casos (Brasil, 2016).

A violência é compreendida como um fenômeno complexo e multideterminado, em que é necessário considerar suas peculiaridades em termos relacionais, afetivos, de desenvolvimento psicológico e valores socioculturais. A violência é definida como sendo a ameaça ou prática, por meio da força física ou do uso do poder intencional, contra uma pessoa, grupo ou instituição que resulte em sofrimento, privação, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou morte (WHO, 2002). Com relação à natureza, esta pode ser autoinfligida, interpessoal ou coletiva. Nesta Tese, destaca-se a violência interpessoal que ocorre na família, especificamente contra a mulher, sendo compreendida como qualquer ato violento baseado no gênero, que inclui ameaças, coerções, privação da liberdade, que resulte ou possa resultar em danos nas esferas física, sexual e/ou emocional (United Nations - ONU, 1993).

A violência contra a mulher, sobretudo a por parceiro íntimo e a sexual, se caracteriza como um dos principais problemas de saúde pública e violação dos direitos humanos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014), vivenciar uma situação de violência prejudica o desenvolvimento vital das mulheres, podendo acarretar em problemas graves para a saúde física, mental, sexual e reprodutiva, a curto e longo prazo, gerando altos custos econômicos e sociais. Dentre

as repercussões, estão: cefaléias, lombalgias, problemas gastrointestinais, uso abusivo de álcool, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade, insônia, tentativa de suicídio, dores pélvicas e doenças sexualmente transmissíveis (OMS, 2016). Ademais, as mulheres podem sofrer incapacidades relacionadas ao desempenho de atividades laborais – que podem ser passageiras ou não –, perda de salário, isolamento social, capacidade limitada de cuidar de si, dos filhos ou de familiares (Brasil, 2016).

Devido ao isolamento e constante estado de tensão em que vivem, as mulheres em situação de violência também apresentam sentimentos de incerteza, impotência, vergonha e dificuldades para promover mudanças (Netto et al., 2017; Terra, D'Oliveira, & Schraiber, 2015). É diante dessa realidade que a ajuda recebida das pessoas da rede social significativa e de suporte social podem auxiliá-las no enfrentamento da violência. Neste estudo, o *suporte social* é definido como a ação das instituições e organizações formais que desenvolvem suas práticas dirigidas à prestação de serviços de prevenção e promoção de saúde do indivíduo na comunidade (Ornelas, 2008). Os profissionais oferecem suporte a pessoas em condição vulnerável, em situação de crise ou que não têm redes suportivas naturais, como familiares ou amigos próximos (Campos, 2005). O suporte social desempenha funções que favorecem a diminuição do estresse e aumento do bem-estar, tanto em nível emocional quanto material (Campos, 2005; Ornelas, 2008), proporcionando sensação de apoio e resistência para enfrentar a situação estressora (Campos, 2005).

No contexto da violência contra a mulher, fazem parte da rede de suporte social as Delegacias, os Centros de Referência, Instituto Médico Legal (IML), Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Ministério Público e Casas-abrigo, dentre outros órgãos vinculados ou inseridos na rede intersetorial, de acordo com a organização de cada município. O campo de investigação em que se insere a presente Tese são as *Casas-abrigo*, as quais fazem parte do conjunto de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011a). As casas-abrigo estão ligadas aos serviços de proteção social especial de alta complexidade e visam garantir a proteção integral às mulheres (e a seus filhos) que tiveram seus direitos violados, vínculos familiares rompidos e que se encontram em risco de morte decorrente da violência perpetrada, majoritariamente, pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo (Brasil, 2011b).

De acordo com a Secretaria de Políticas para Mulheres (Brasil, 2015) existem 64 casas-abrigos no Brasil, 21 delas na Região Sul: nove

no Estado do Paraná, três em Santa Catarina e nove no Rio Grande do Sul. Nesses locais, as mulheres recebem atendimento psicológico, assistencial e jurídico, pautados no resgate da autoestima, favorecimento do exercício e reconstrução da cidadania, ruptura da violência e busca pela igualdade de direitos das mulheres como protagonistas de sua própria história (Brasil, 2005; 2011b). A atuação profissional, durante o período de abrigo, é guiada por questionamentos e reflexões sobre as relações de gênero como produção histórico-cultural de relações desiguais entre homens e mulheres, as quais dão legitimidade e sustentam a violência perpetrada contra a mulher (Brasil, 2005). A permanência das mulheres na casa-abrigo ocorre até que estejam em condições psicológicas e de segurança adequadas para prosseguirem suas vidas, após avaliação conjunta das/os profissionais que realizam os atendimentos (Brasil, 2005; 2011b). A esse respeito, cumpre mencionar que ao longo desta Tese, utiliza-se o termo pós-abrigo para referir-se ao momento em que as mulheres saem da casa-abrigo e retomam seu lugar no convívio social.

Diante da situação de violência, outras estratégias também são utilizadas pelas mulheres para enfrentar o problema e suas repercussões. Em termos conceituais, estratégias de enfrentamento (*coping*) referem-se ao modo como o indivíduo se ajusta às situações adversas e a como pensa e age sobre elas para se adaptar aos eventos estressantes (Folkman & Lazarus, 1986). Por ser o *coping* um processo de interação entre indivíduo e ambiente, sua função é administrar (reduzir/minimizar/tolerar) a situação estressora, mais que controlá-la ou dominá-la (Antoniazzi, Dell’Aglío, & Bandeira, 1998). Folkman e Lazarus (1986) propõem dois tipos de estratégias de enfrentamento: *Focada no problema* e *Focada na emoção*. A primeira se refere à tentativa de mudar a situação que originou o estresse, procurar informações e agir de modo a resolver o problema. A segunda atua com o objetivo de regular o estado emocional e reduzir a sensação desagradável de tensão, associada ao estresse.

Coyne e DeLongis (1986) sugerem, ainda, um terceiro tipo estratégia de enfrentamento, *focadas nas relações interpessoais*, em que o indivíduo busca apoio para o enfrentamento e resolução do problema ao acionar as pessoas que compõem a sua rede de relações. Alusivo a este tipo de estratégia, por questões relacionadas ao posicionamento teórico da pesquisadora e ao tema central deste estudo, ao se referir a este tipo de estratégia será utilizado o termo *redes sociais significativas*. Estas são entendidas como o conjunto de pessoas que, em uma

determinada situação estressora do ciclo vital do indivíduo e/ou da família, oferece algum tipo de ajuda, auxiliando na tomada de decisão necessária, seja para enfrentar a situação, seja para promover o desenvolvimento vital das pessoas nela envolvidas (Moré, Santos, & Krenkel, 2014).

As redes sociais significativas são a soma das pessoas percebidas e nomeadas pelo indivíduo com base na sua experiência e qualidade do vínculo construído entre si e que, de maneira singular, desempenham funções que ajudam no enfrentamento de uma determinada situação de crise, em um momento da vida específico (Sluzki, 2003). A rede social de um indivíduo é uma das chaves centrais para o seu bem estar, pois influencia no cuidado com a saúde e na adaptação às diferentes situações presentes ao longo do seu desenvolvimento (Sluzki, 2003).

De acordo com o que aponta Sluzki (2003), as redes sociais significativas também favorecem comportamentos corretivos e práticas de cuidado, como no auxílio a rotinas de dietas, exercícios, sono, alimentação, atuando como um monitor da saúde e, por isso, são associadas positivamente com a qualidade de vida. Nessa perspectiva, conforme menciona o referido autor, “existe forte evidência de que uma rede social pessoal estável, sensível, ativa e confiável protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e a rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura e aumenta a sobrevida, ou seja, é geradora de saúde.” (p. 67).

Fazem parte das redes sociais significativas: a família, os amigos, os colegas de trabalho ou estudo e a comunidade, incluindo os serviços de saúde e assistenciais, vizinhos e pessoas do credo religioso. A qualidade das relações e a dinâmica das redes podem ser compreendidas por meio das características estruturais, das funções e dos atributos dos vínculos estabelecidos entre seus membros, ao longo do tempo (Moré & Crepaldi, 2012). As características estruturais se referem às propriedades da rede em seu conjunto e podem ser compreendidas de acordo com: a) o *tamanho*, ou seja, o número de pessoas que compõem a rede, b) a *densidade*, que está relacionada com a qualidade da relação e com a influência que os membros podem exercer no indivíduo, c) *composição* ou distribuição, que indica a posição que cada membro ocupa nos quadrantes, d) *dispersão*, relacionada com a distância geográfica entre os membros da rede, e) *homogeneidade* ou *heterogeneidade*, que se referem às diferenças e semelhanças quanto ao gênero, idade, cultura e

nível socioeconômico, que podem favorecer as trocas ou gerar tensões (Sluzki, 2003).

Em relação às funções dos vínculos, estas são caracterizadas pelo tipo de intercâmbio predominante que há entre as pessoas (Sluzki, 2003). As funções da rede podem ser: a) *companhia social*, que diz respeito à realização de atividades conjuntas ou simplesmente estar juntos, b) *apoio emocional*, caracterizado pelas relações com uma atitude emocional positiva, clima de compreensão e empatia, c) *guia cognitivo e de conselhos*, que consiste na oferta de informações pessoais, sociais e modelos de referência, d) *regulação social*, que reafirma as responsabilidades e os papéis, além de favorecer a resolução de conflitos, e) *ajuda material ou de serviços*, caracterizada pela contribuição financeira ou por meio de indicações a serviços com especialistas, f) *acesso a novos contatos*, que diz respeito à abertura de portas para novas conexões com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede do indivíduo/família (Sluzki, 2003).

Cada vínculo estabelecido com as pessoas das redes possui atributos, que são propriedades específicas presentes em cada relação. São eles: a) a(s) *função(ões) predominante(s)* do vínculo, ou seja, qual ou quais funções se destaca(m) ou é(são) mais freqüente(s) neste vínculo, b) *multidimensionalidade*, isto é, quantas funções a pessoa desempenha, c) *reciprocidade*, quer dizer, se a pessoa desempenha as mesmas funções que recebe de sua rede, a d) *intensidade*, que caracteriza o grau de compromisso da relação, e) a *freqüência* dos contatos, que se refere ao número de vezes que as pessoas entram em contato umas com as outras, e f) a *história da relação*, destacando desde quando as pessoas se conhecem e o que estimula a manutenção da relação (Sluzki, 2003).

Ao ter como objeto de estudo um fenômeno multideterminado e multifacetado como o da violência contra a mulher e sua relação com as redes sociais significativas, faz-se necessária a compreensão de uma realidade inserida em um contexto amplo e dinâmico. Assim, esta pesquisa teve como base epistemológica o Pensamento Sistêmico e seus pressupostos: instabilidade, intersubjetividade e complexidade, a partir de uma concepção novo-paradigmática de ciência (Vasconcellos, 2009). Este posicionamento considera a interrelação dos diferentes fatores que congregam o fenômeno, compreendido dentro de um contexto relacional. Nesse sentido, o pressuposto da *instabilidade/imprevisibilidade* considera a causalidade recursiva para a compreensão dos fenômenos, o que implica em entender que o mundo

está em constante transformação, sempre em processo de tornar-se (Morin, 2011; Vasconcellos, 2009). A *intersubjetividade*, por sua vez, admite a impossibilidade de se ter um conhecimento objetivo do mundo, pois considera que as experiências, a subjetividade e as escolhas do observador são fundamentais para que a realidade seja constituída. A intersubjetividade, no campo do conhecimento, está relacionada à participação do observador no contexto em que observa, pois, de acordo com as concepções deste pressuposto, não existe uma realidade *a priori*, sem a participação do observador. Dessa concepção decorre a noção de que a constituição do conhecimento acontece pelas experiências do observador, nas relações interindividuais e por meio dos significados linguísticos dessas experiências (Morin, 2011; Vasconcellos, 2009).

O pressuposto da *complexidade* compreende o fenômeno em contexto, em que as partes heterogêneas estão integradas, associadas e em constante interação, sendo, ao mesmo tempo, uno e múltiplo (Vasconcellos 2009). Para ajudar a pensar a complexidade, Morin (2011) sugere três princípios: dialógico, recursão organizacional e hologramático. O princípio *dialógico* considera as relações e conversações do que é antagônico e contraditório, aceitando a dualidade como complementar. A *recursão organizacional* ou *recursividade* refere-se ao processo em que o indivíduo é produto e produtor dos processos interacionais, em que os produtos e os efeitos são causas daquilo que os produz, rompendo com a lógica linear de causa e efeito. O princípio *hologramático* mostra que não há dissociação entre o todo e as partes, pois a organização de um sistema (todo) é constituída pelas características de suas partes, que não existiriam fora dela (Morin, 2011).

Ancorados nesses delineamentos-guia, para considerar a complexidade dos fenômenos, faz-se necessário mudar crenças muito básicas: invés de acreditar que teremos como objeto de estudo o elemento ou o indivíduo, temos que ponderar o objeto em contexto, fazendo o exercício de ampliar o foco, colocando-o em sistemas mais amplos que interajam com outros sistemas, em uma rede de padrões interconectados. Com base nos pressupostos do Pensamento Sistêmico, o desenvolvimento desta tese parte do reconhecimento: a) da singularidade manifestada em cada situação de violência vivenciada pelas mulheres, que se modifica ao longo de todo o processo desenvolvimental, b) das pessoas como produtos e produtoras das tramas relacionais produzidas na e pela linguagem, em espaços produtores de significados sobre sua realidade e c) de uma realidade

complexa, por considerar os múltiplos fatores e a interrelação de diferentes elementos presentes nas situações de violência.

Nessa perspectiva, para definir o conceito de significados, toma-se emprestada a teoria construcionista-social, a qual entende que significado se refere à compreensão e ao sentido que os indivíduos atribuem às experiências de sua vida, à luz dos contextos culturais em que estão inseridos (Grandesso, 2011). Os significados sobre a realidade estão em constante transformação, são produzidos por meio da interação social, sendo coconstruídos em espaços relacionais e de diálogo, uma vez que é por meio da linguagem que o indivíduo é capaz de significar a realidade percebida e construída por ele (Grandesso, 2011; Olabuénaga, 2009). Nesse sentido, não se pode conceber a existência de uma realidade última e verdadeira, mas de diferentes realidades, igualmente importantes e verdadeiras, que dialogam entre si (Grandesso, 2011).

Diante do exposto e da explicitação teórica e epistemológica que sustentam a construção desta Tese, considerando que:

1) A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública (OMS, 2013),

2) Há lacunas na produção científica no que diz respeito à experiência de pós-abrigamento e reconstrução do projeto de vida de mulheres ex-abrigadas (Krenkel & Moré, 2017) e

3) Há lacunas na produção científica quanto às especificidades das funções desempenhadas pelos membros da rede social significativa de mulheres abrigadas e das intervenções profissionais em torno das redes dessas mulheres (Krenkel & Moré, 2017), a pergunta que norteou o desenvolvimento do presente estudo foi: *Quais as experiências de pós-abrigamento e as repercussões das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher, na perspectiva de profissionais de uma casa-abrigo e de mulheres ex-abrigadas?*

Ao realizar esta pesquisa, pretendeu-se defender que **a rede social significativa e a rede de suporte social são recursos que, a partir do desempenho de suas funções, permitem ou potencializam o fortalecimento das mulheres para o enfrentamento da violência e reconstrução do projeto de vida pós-abrigamento.** Acredita-se que os resultados deste estudo possam contribuir com a produção do conhecimento sobre a temática e subsidiar a problematização das políticas públicas de acompanhamento das mulheres, após a saída da casa-abrigo. Além disso, espera-se fomentar reflexões para o aperfeiçoamento das estratégias de intervenção profissional, tanto relacionadas à reconstrução do projeto de vida das mulheres, quanto aos

tipos de funções desempenhadas pelas redes sociais significativas, sendo estas inseridas no conjunto de práticas voltadas à promoção da saúde e à prevenção da violência.

Para melhor organizar a apresentação e discussão dos resultados, esta Tese se divide em sete capítulos. Após a introdução (Capítulo 1) em que foram descritos os principais conceitos norteadores deste estudo, o Capítulo 2 é composto pelos objetivos (geral e específicos) que subsidiaram a construção deste estudo. No Capítulo 3 apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa e o Quarto Capítulo é dedicado à apresentação dos resultados, quanto à caracterização sociodemográfica das participantes e quadros de dimensões, categorias e respectivas subcategorias e elementos de análise. O Capítulo 5 é composto por três artigos, nos quais são discutidos os principais resultados encontrados. O Sexto Capítulo foi escrito no intuito de integrar os resultados dos três artigos, apresentados no capítulo 5, com base no objetivo geral do presente estudo. Por fim, o Capítulo 7 refere-se às considerações finais, espaço este em que são expostas reflexões sobre aspectos metodológicos, relevância do estudo e sugestões para novas pesquisas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Compreender experiências de pós-abrigamento e as repercussões das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher, na perspectiva de profissionais de uma casa-abrigo e de mulheres ex-abrigadas.

2.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar as práticas institucionais realizadas durante e após o abrigo, na perspectiva das profissionais da casa-abrigo.
- b) Descrever as funções desempenhadas pelas redes sociais significativas antes e após a experiência de abrigo das mulheres, na perspectiva das profissionais da casa-abrigo.
- c) Entender o processo da experiência pós-abrigo e as estratégias para o enfrentamento utilizadas no cotidiano das mulheres ex-abrigadas.
- d) Caracterizar a estrutura e funções das redes sociais significativas das mulheres, após o processo de abrigo.

3 MÉTODO

3.1 Caracterização e Delineamento da Pesquisa

Com base nos pressupostos epistemológicos do Pensamento Sistêmico, norteadores do presente estudo, esta é uma pesquisa qualitativa, na medida em que se busca compreender o processo que ocorre nas interações complexas e dinâmicas, relacionadas ao contexto no qual as participantes da pesquisa estão inseridas (Olabuénaga, 2009). Esta metodologia possibilita o trabalho conjunto das relações, processos e fenômenos que exigem o seu estudo integral, em que não se pretende fazer generalizações, mas compreender os significados atribuídos à realidade investigada por meio de um processo interpretativo de análise realizada em profundidade (González-Rey, 2011; Strauss & Corbin, 2008).

Em consonância com os aspectos mencionados, em termos metodológicos, esta pesquisa apóia-se nos três princípios da epistemologia qualitativa de produção de conhecimento científico, proposta por González-Rey (2011). O primeiro princípio trata do *conhecimento como uma produção construtiva-interpretativa*, o qual se refere à interpretação do pesquisador que se constitui em um processo constante de integração e reconstrução dos dados que emergem durante a pesquisa, por meio da qual é possível atribuir significado às expressões e/ou narrativas trazidas pelo sujeito pesquisado. O segundo princípio diz respeito ao *caráter interativo do processo de produção do conhecimento*, caracterizado pela relação entre pesquisador e pesquisado, sendo esta uma condição para que ocorra o estudo sobre os fenômenos humanos e o desenvolvimento da pesquisa nas ciências humanas. O terceiro princípio refere-se à *significação da singularidade como nível legítimo na produção do conhecimento*, o qual considera a qualidade, os detalhes e a contextualização dos relatos dos participantes de forma única e diferenciada (González-Rey, 2011).

Considerando essas colocações, esta uma pesquisa transversal e de caráter exploratório e descritivo. É transversal, uma vez que busca estudar um momento específico da trajetória da vida das participantes. Trata-se de um estudo exploratório, na medida em que possibilita o aumento do grau de familiaridade a respeito de um fenômeno sobre o qual ainda há necessidade de maior aprofundamento, tanto em termos conceituais quanto à delimitação da temática para o campo do conhecimento (Ossó et al., 2014). Também é de caráter descritivo, pois visa caracterizar e descrever aspectos da vida das mulheres que

vivenciaram situação de violência e abrigo e das profissionais que trabalham em casa-abrigo, considerando os significados, opiniões, atitudes, experiências e crenças contidas em suas narrativas, produzidas com base na interpretação sobre sua própria realidade (Minayo, 2010).

Em consonância com a perspectiva qualitativa adotada nessa pesquisa, cabe mencionar que a diretriz norteadora do processo metodológico se orienta pela *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados), proposta por Strauss e Corbin (2008). Essa Teoria compreende que o pesquisador não inicia a pesquisa com uma teoria preconcebida ou com hipóteses a serem testadas e sim, com um conjunto de pressupostos que serão guiados pelo contexto imprevisível em que a pesquisa se insere (Strauss & Corbin, 2008). Nesse sentido, entende-se que a coleta e a análise dos dados são processos que estão interligados e que permitem compreender a pesquisa qualitativa não somente como uma escolha metodológica, mas principalmente como uma escolha epistemológica e teórica, que vai se construindo ao longo de todo o processo de investigação (Gonzalez-Rey, 2011).

No marco do panorama apresentado em torno da sustentação metodológica da presente pesquisa, a seguir serão apresentadas, de forma detalhada, as demais características que contemplaram a proposta de construção deste capítulo de método. São elas: caracterização do campo de pesquisa, participantes, instrumentos, técnicas e procedimento de coleta de dados, aspectos éticos e a descrição da organização e análise dos dados coletados.

3.2 Caracterização do Campo de Pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida com mulheres que vivenciaram situação de violência familiar e que foram acolhidas em uma casa-abrigo e, também, com profissionais vinculadas a casa-abrigo em que estiveram estas mulheres. O local faz parte do programa de proteção especial de alta complexidade, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de um município localizado na Região Sul do Brasil¹. Por

¹ Optou-se por não revelar o nome do local e/ou cidade onde está situada a casa-abrigo para manter o sigilo e preservar as participantes da pesquisa (mulheres ex-abrigadas e profissionais) de qualquer possibilidade de identificação. Por se tratar do mesmo local em que foi realizada a pesquisa de Mestrado da autora desta tese, será mantido o sigilo resguardando o

meio deste Conselho são prestados atendimentos às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como objetivos principais: a) possibilitar a autonomia pessoal, familiar e comunitária, e b) proporcionar a capacitação de pessoas usuárias, de modo a facilitar a inserção no mercado de trabalho e geração de renda.

Vinculada ao CMAS, encontra-se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMUDES), que garante o atendimento às necessidades básicas das pessoas, com base nos objetivos acima mencionados. Entre os projetos e programas municipais de proteção social especial, sob a responsabilidade da referida Secretaria, está o Programa Casa-abrigo para Mulheres, que abriga mulheres e seus filhos menores de idade em situação de violência familiar, garantindo a integridade física e psicológica a ambos. As mulheres em situação de violência têm acesso a Casa-abrigo por diferentes setores que se configuram como portas de entrada ao local, sendo eles: Delegacia de Polícia, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Hospital, Escola e Conselho Tutelar. É importante mencionar que para serem encaminhadas para a casa-abrigo, as mulheres devem, necessariamente, realizar a denúncia do autor da violência, por meio do boletim de ocorrência (B.O.).

A casa-abrigo oferece condições para o desenvolvimento da autonomia pessoal e social e o fortalecimento da autoestima. Funciona em endereço sigiloso e conta com uma estrutura para abrigar 28 pessoas por dia, sendo sete vagas para mulheres e as demais para seus filhos. Possui sede própria, é mantida economicamente pelo município e conta também com recursos vindos do Governo Federal. Quanto a sua estrutura física, a casa-abrigo possui sete dormitórios com capacidade para quatro pessoas (cada), três banheiros para as (os) usuárias (os), um banheiro para funcionárias, uma recepção, uma sala de convivência, uma sala para reuniões, uma sala de atividades, uma sala para atendimento assistencial e psicológico, acomodações para pessoas com deficiência, uma cozinha, uma despensa, um refeitório, uma lavanderia, uma área externa com *playground* e uma brinquedoteca.

pedido feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na ocasião.

Os profissionais que trabalhavam na casa-abrigo, até o momento da realização desta pesquisa, eram: oito educadoras sociais, uma coordenadora, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços gerais e um motorista que estão alocados na Casa. As educadoras sociais trabalham em regime 12h/36h, sendo uma dupla de educadoras durante o dia e outra durante a noite. A coordenadora, a cozinheira, a auxiliar de serviços gerais e o motorista trabalham em regime de 40h semanais, de segunda à sexta-feira. A coordenadora da casa-abrigo fica de sobreaviso todos os dias da semana à noite, bem como finais de semana e feriados. Também, sempre há um motorista de sobreaviso, caso seja necessário transportar alguma mulher para casa ou posto de saúde/ hospital à noite ou no final de semana, ou mesmo buscar alguma mulher na delegacia após a denúncia da situação de violência e levar para a casa-abrigo.

Até o ano de 2014, as mulheres abrigadas eram atendidas por profissionais do Serviço Social e Psicologia do Programa de Prevenção e Combate à Violência Familiar (PPCVF), do qual faziam parte três assistentes sociais (um homem e duas mulheres) e três psicólogos (um homem e duas mulheres). Após esse período houve uma reestruturação na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o referido Programa foi diluído por áreas dentro do PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

Quanto aos profissionais vinculados ao PPCVF, após essa mudança estes foram realocados e o atendimento às mulheres abrigadas passou a ser realizado por uma assistente social e uma psicóloga, contratadas para desenvolverem suas atividades no Serviço de Proteção Social Especial de alta complexidade. Na ocasião da coleta de dados da presente tese, as duas profissionais estavam há três meses nessa nova função e nunca haviam trabalhado no atendimento a situações de violência familiar, portanto não participaram da pesquisa.

Com relação à demanda atendida, dados provenientes do Relatório Geral da Casa-Abrigo, mostraram que desde o início de suas atividades, em 2001, até o ano de 2014, o local acolheu 673 mulheres (170 delas mais de uma vez), além de 1261 crianças/adolescentes, totalizando 1933 pessoas acolhidas. As mulheres atendidas, no referido período eram de cor branca (80%), com idade entre 30-39 anos (35%). Quanto à escolaridade, houve predomínio de Ensino Fundamental Incompleto (61%), a renda familiar era de 0-2 salários mínimos (58%) e o tipo de relacionamento com o autor da violência era de união estável em 69% dos casos. A atividade mais mencionada pelas mulheres no momento de entrada na casa-abrigo era “do lar” ou desempregada

(40%). O encaminhamento para a Casa-abrigo foi realizado principalmente pela Secretaria de Assistência Social do município (42%) e pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (18%) – como portas de entrada –, sendo que os principais motivos foram violência física (48%) e violência psicológica com ameaça de morte (35%).

Com base na reestruturação da PNAS, ao saírem da casa-abrigo as mulheres passaram a ser encaminhadas ao PAEFI. No local, são oferecidos os seguintes serviços: acompanhamento psicossocial sistemático, (individual, familiar e em grupo), ações socioeducativas com mulheres, homens, adolescentes e famílias, construção do plano de acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento, transferência de renda e benefícios eventuais, dentre outros serviços.

3.3 Participantes do estudo

Em consonância com o delineamento e caracterização do presente estudo, a escolha das participantes, tanto das mulheres ex-abrigadas quanto das profissionais da casa-abrigo, foi realizada de forma intencional ou proposital, em que se elegem pessoas que possam contribuir com o estudo, por meio da qualidade das informações em torno da temática estudada; não pela representatividade em termos numéricos (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008). Nessa direção, a escolha do número de participantes para esta pesquisa, foi definida pela saturação dos dados, sendo consideradas as informações apresentadas por Guest, Bunce e Johnson (2006), que realizaram um criterioso estudo, cujo objetivo foi definir parâmetros para o estabelecimento do número adequado de participantes em pesquisa qualitativa.

A saturação teórica é entendida como o momento em que há repetição dos dados trazidos pelos participantes, ou seja, pelo não surgimento de novas informações pertinentes à temática investigada que respondam aos objetivos da pesquisa e sustentem a criação de uma nova categoria de análise (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008). Guest, Bunce e Johnson (2006) apontam que a partir da sexta entrevista os dados começam a ser delineados e passam a ser observadas regularidades nas informações em torno dos objetivos do estudo. Nesse sentido, os referidos autores sugerem que doze entrevistas são suficientes para que se chegue à saturação teórica dos dados (Guest, Bunce, & Johnson, 2006).

Assim, participaram desta pesquisa 06 (seis) mulheres ex-abrigadas e 10 profissionais da casa-abrigo, que atenderam aos seguintes critérios de inclusão:

1) *Mulheres ex-abrigadas:*

a) Ter participado da pesquisa de Mestrado da autora desta Tese. Este critério foi estabelecido tendo em vista as indagações que permaneceram após a conclusão do Mestrado e que motivaram o desenvolvimento desta Tese, tais como: o que aconteceu com as mulheres após saírem da casa-abrigo? Como ficaram suas vidas em termos afetivos, relacionais e profissionais? De que maneira as redes sociais significativas influenciaram na reconstrução do projeto de vida dessas mulheres? A partir destas questões, entendeu-se que seria importante, do ponto de vista social e científico, a reaproximação a estas mulheres, a fim de compreender como ficaram suas vidas após a passagem pela casa-abrigo.

Na ocasião da pesquisa de Mestrado, as participantes do estudo atenderam aos critérios em continuidade que também foram considerados nesta pesquisa:

- a) Ter 18 anos ou mais;
- b) Ter vivenciado violência familiar;
- c) Ter passado pela casa-abrigo entre os anos de 2012 ou 2013;
- d) Ter permanecido na casa-abrigo por pelo menos 10 dias, pois se entende que esse tempo mínimo de estada no local contribui para a inserção e adaptação das mulheres nas atividades e rotina da Casa;
- e) Residir no município onde está localizada a casa-abrigo, tendo em vista o favorecimento da acessibilidade às mulheres. No contexto da violência é comum as mulheres saírem da cidade em que viviam para se afastar do autor da violência por motivos de segurança e preservação da sua própria vida. Considerando a recorrência desse comportamento e os recursos financeiros para acessar as mulheres diante da configuração do território nacional, se privilegiou o contato com as que residiam no município em que ocorreu a coleta de dados.

Para o presente estudo, com auxílio da coordenação da casa-abrigo, a pesquisadora teve acesso ao prontuário físico e ao CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais, do Governo Federal), em que consta o histórico e contato de cada mulher que passou pela casa-abrigo. Das 12 mulheres que fizeram parte da pesquisa de Mestrado da autora desta Tese, foi obtido o número de telefone de 10 delas, com quem se fez contato. Em uma ocasião, conseguiu-se falar com a irmã de uma delas, que informou que a mulher/participante havia se mudado há dois

meses para outra cidade em busca de condições melhores de trabalho e que não tinha o telefone dela. Outra, por sua vez, estava com problemas cardíacos, havia sido hospitalizada e naquele momento estava sob o cuidado de uma das filhas que também não residia no município.

Dentre as oito mulheres/participantes que restaram, duas delas haviam aceitado participar da entrevista, mas quando a pesquisadora telefonou para confirmar o encontro (no dia anterior ao agendamento), ambas desistiram. Uma delas disse que estava em outro relacionamento e que, por sugestão do atual companheiro, entendeu que não queria “mexer nas feridas que já estavam cicatrizadas”. Mencionou, também, que tinha planos de se casar novamente e que lembrar o sofrimento que havia passado não lhe faria bem. A outra mulher estava em processo de separação do companheiro (autor da violência) e buscava nova residência, escola para as filhas, além de visitas constantes ao advogado. Disse que “gostaria muito de participar [da entrevista], que até seria bom falar, mas que não estava com cabeça naquele momento”. Dessa maneira, a coleta de dados foi realizada com *seis mulheres ex-abrigadas* que já haviam sido entrevistadas na ocasião da pesquisa de Mestrado da autora desta Tese.

Conforme apontado por Moré (2015), a pesquisa qualitativa preza pela “qualidade, profundidade, detalhamento e contextualização” (p. 127) dos relatos dos participantes e sua análise em profundidade busca a singularidade e regularidades temáticas com base nos significados atribuídos às experiências. Assim, após a análise dos dados e sustentados nos princípios da pesquisa qualitativa, entendeu-se que o número de seis mulheres ex-abrigadas era adequado para responder ao objetivo proposto nesta tese.

Cabe mencionar que a dificuldade de acesso/contato com as participantes vai ao encontro de outros estudos que tratam da temática da violência familiar. Seguem alguns exemplos:

- A pesquisa de Santos (2009), que investigou mulheres que denunciaram o autor da violência;
- O estudo de Wanderbroocke (2011), que analisou a violência exercida contra o idoso na atenção primária de saúde;
- O trabalho de Scatamburlo (2013), que estudou os significados atribuídos à violência na perspectiva de casais com união estável;
- O estudo de Krenkel (2014) que buscou compreender a dinâmica relacional das redes pessoais significativas de mulheres abrigadas;

- E pesquisa de Sufredini (2016), sobre a transgeracionalidade da violência sexual com mães de crianças abusadas sexualmente.

Outro aspecto que dificultou o acesso às mulheres foi a desatualização do seu contato telefônico deixado quando ocorreu a saída da casa-abrigo. Ainda, os telefones das pessoas da rede de relações das mulheres (pais, mães, irmãs, avós, filhos, trabalho, creche dos filhos), anotados na ficha de abrigamento da casa-abrigo, também estavam desatualizados em várias situações ou quem atendia a ligação dizia não saber informar o novo contato da pessoa (Apêndice 1). Além das questões políticas e/ou organizacionais, no que se refere a um serviço de acompanhamento efetivo das mulheres após sua saída da casa-abrigo, há de se considerar, ainda, 1) o fato de que a mudança de número de telefone é uma indicação feita pelos profissionais (Casa-abrigo ou CREAS) que atendem as mulheres, para que o autor da violência não as encontre e 2) que, de acordo com as profissionais da casa-abrigo, diante da situação de violência vivenciada, as pessoas da rede social das mulheres podem evitar passar o contato, temendo que este seja compartilhado com o autor da violência.

2) *Profissionais da Casa-abrigo:*

a) Compor a equipe interdisciplinar permanente (psicóloga, assistente social, coordenação local e pedagoga ou profissional de educação infantil ou educadora social), de apoio técnico (enfermeira, nutricionista e advogada) ou operacional da casa-abrigo (agente administrativo, cozinheira, auxiliar de conservação e limpeza, segurança e motorista) (Brasil, 2005).

b) Ter pelo menos um ano de atuação profissional no atendimento de mulheres em situação de violência familiar que foram abrigadas. Entende-se que a determinação deste tempo de atuação profissional contribui para um relato próximo da experiência dos atendimentos às situações de violência e do funcionamento e organização do local.

Tendo em vista o aceite e disponibilidade da equipe da casa-abrigo, todas as profissionais foram entrevistadas, inclusive uma delas que trabalhava no local há três meses e que havia sido remanejada do abrigo de crianças. Referente a esta participante, após a entrevista observou-se que as respostas tinham um conteúdo superficial, supostamente pelo pouco tempo de atuação no local e por não ter atendido nenhuma mulher em situação de violência até aquele momento. Diante disso, de modo a preservar os critérios de inclusão para esta

pesquisa e a homogeneidade das participantes do estudo, optou-se, então, por retirar esta entrevista do *corpus* de análise deste trabalho. Assim, fizeram parte do estudo as entrevistas de sete educadoras e da coordenadora da casa-abrigo.

Ao revisitar os resultados provenientes da pesquisa de Mestrado referida, entendeu-se que seria importante ouvir profissionais das áreas da Psicologia e do Serviço Social, uma vez que foram mencionados/as como pessoas da rede social significativa das mulheres ex-abrigadas. Além disso, os/as profissionais das referidas áreas tinham a possibilidade de atender as mulheres durante e após o abrigo. Diante disso, foram entrevistadas, ainda, uma psicóloga e uma assistente social do CREAS do município, as quais fizeram parte do Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher, vigente até maio de 2014, totalizando *10 profissionais participantes desta pesquisa*.

3.4 Instrumentos, técnicas e procedimentos de coleta de dados

O contato com a instituição em que se realizou a coleta de dados iniciou-se em agosto de 2012, na ocasião da pesquisa de Mestrado. Inicialmente, obteve-se informações sobre o campo de pesquisa a partir do contato com um informante-chave, coordenador do Programa de Prevenção e Combate à Violência Familiar (PPCVF), vigente na época, o que contribuiu para a aproximação e conhecimento do contexto a ser pesquisado. A coleta de dados para a pesquisa do Mestrado encerrou-se no ano de 2013 e no final de 2014, ocorreu a devolutiva dos resultados da Dissertação, momento em que estavam presentes profissionais da assistência social e responsáveis pela Diretoria de Proteção Especial do município, ao qual está vinculada a casa-abrigo.

Conforme apontam Moré e Crepaldi (2004), o fato de iniciar uma aproximação com o campo de pesquisa permite o estabelecimento de uma “aliança estratégica” com uma pessoa da equipe que seja significativa no contexto que se pretende pesquisar. Para as autoras, a aliança favorece a entrada do pesquisador no campo, impedindo que sua presença cause estranhamento e, por conseguinte, evite a paralisação da pesquisa em razão da falta de compreensão dos integrantes inseridos naquele contexto.

Assim, em abril de 2015, foi realizado contato prévio com outro informante-chave vinculado à Diretoria de Proteção Especial para obter novas informações que favoreceram a reaproximação da pesquisadora ao campo, condição que viabilizou a sequência do projeto de Tese,

considerando o interesse e apoio oferecido. Após a qualificação do projeto, em julho de 2015 foi realizada uma reunião junto à Diretora do nível de Alta Complexidade, da Diretoria de Proteção Especial, e à Coordenadora da casa-abrigo, em que foi apresentado o objetivo e relevância do estudo, bem como os procedimentos de coleta de dados.

Uma vez que todos os procedimentos éticos foram firmados e aprovados, tanto pelo responsável legal da Secretaria de Desenvolvimento Social, quanto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres humanos, da Universidade Federal de Santa Catarina, iniciou-se, em agosto de 2015, a coleta de dados propriamente dita, sendo finalizada em dezembro do mesmo ano. De maneira a responder os objetivos propostos para a realização deste estudo e indo ao encontro dos princípios metodológicos da pesquisa qualitativa, para realização da coleta de dados, na presente pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas: a) Observação participante, b) Entrevista semiestruturada, e c) Mapa de Redes, que serão descritos a seguir.

3.4.1 Observação participante

A observação participante permite uma primeira aproximação do contexto, facilitando a entrada e o reconhecimento do campo pelo pesquisador. Esta é uma técnica que possibilita o acesso gradual ao campo de pesquisa, favorecendo o contato direto com o fenômeno pesquisado; é o momento em que o pesquisador pode se colocar no contexto de seus participantes e compreender a realidade (Angrosino & Flick, 2009). Além disso, o fato de se aproximar do campo gradativamente, permite ao pesquisador criar alianças estratégicas, minimizando as barreiras e facilitando o acesso às fontes, no sentido de estabelecer confiança para que os profissionais possam falar de sua prática (Moré & Crepaldi, 2004). A observação participante foi, portanto, a etapa inicial de familiarização da pesquisadora com o campo e para conhecer o contexto em que estiveram (mulheres ex-abrigadas) e trabalham (profissionais da casa-abrigo) as participantes.

A pesquisadora foi apresentada às profissionais da casa-abrigo por intermédio da coordenadora do local, com a qual havia tido contato prévio para apresentar o projeto e objetivos da presente pesquisa. Todas as profissionais foram receptivas à presença da pesquisadora, que se sentiu acolhida e respeitada ao longo de toda a coleta de dados. A presença desta no local e a rotina de observação (dias da semana, horários, duração) foram previamente acordadas com a coordenação da

casa-abrigo. Assim, a observação participante ocorreu no mês de agosto de 2015 e teve duração de 40 horas.

Durante este período, teve-se a oportunidade de acompanhar a rotina da casa-abrigo nos diferentes turnos de funcionamento do local (diurno e noturno). Acompanhou os turnos e trocas de plantão, incluindo os dias de semana e um final de semana, tendo a possibilidade de passar uma noite inteira no local. Cada turno é composto por duas educadoras (quatro duplas) e pela coordenadora e motorista do abrigo que trabalham em horário comercial (8h às 17h), de segunda a sexta-feira.

Nos momentos em que a pesquisadora esteve na casa-abrigo não havia nenhuma mulher abrigada por situação de violência, apenas uma senhora com deficiência intelectual que foi encaminhada para a casa-abrigo, pois estava machucada e o abrigo para moradores de rua não tinha estrutura para acolhê-la. Cabe mencionar que a casa-abrigo ficou em torno de dois meses sem receber nenhum novo abrigamento por situação de violência familiar. Ainda assim, a rotina do local se manteve no que se refere aos horários de refeição, entretenimento e de dormir, tal como seria se o local estivesse abrigando mulheres e, quando é o caso, seus filhos.

Sobre a possível diminuição do número de acolhimentos, há algumas hipóteses em concordância ao que foi observado no período em que a pesquisadora esteve na casa-abrigo e em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município. Dentre elas estão: 1) a reestruturação da Política do SUAS e, conseqüentemente, a reorganização do organograma gestor em que se insere a casa-abrigo, 2) a partir dessa reorganização o Programa de Prevenção e Combate à Violência Familiar foi diluído no CREAS/PAEFI, o que pode, ainda que inicialmente, ter modificado o fluxo de encaminhamento, 3) profissionais de outros setores da Rede de Serviços e Suporte Social (por exemplo: posto de saúde, hospitais, delegacias, entre outros) podem não conhecer o trabalho realizado na casa-abrigo ou não saber como/em que situação encaminhar para o local, considerando tanto as peculiaridades desse encaminhamento quanto a rotatividade de profissionais, 4) encaminhamentos para a casa-abrigo que não sejam situações de violência contra a mulher, o que, de certa forma, causa impacto no desenvolvimento da prática, no sentido de ter que se adequar e pensar em novas maneiras de atender às diferentes situações, 5) a periodicidade da divulgação sobre a existência do local, como uma estratégia para o enfrentamento da violência contra a mulher, o que se

referiria às campanhas que os municípios fazem em determinados momentos do ano.

A observação participante permitiu que a pesquisadora vivenciasse a rotina da casa-abrigo, acompanhasse visitas domiciliares, tivesse acesso a documentos e participasse de conversas informais. A pesquisadora permaneceu no escritório da casa-abrigo, no refeitório e na sala atividade, a qual tinha televisão. Foi possível, também, estar presente nas trocas de plantão entre as profissionais, que conversavam sobre os principais acontecimentos do dia e transmitiam recados (se tivesse), além de dois abrigamentos de mulheres que haviam chegado a casa-abrigo com a polícia, mas que o autor da violência não era o companheiro (em um caso, era o filho; no outro, o pai do filho com quem a mulher se relacionou “somente para engravidar” *sic*). Em alguns momentos do dia, como não havia mulheres/famílias abrigadas, observou-se que as educadoras liam, assistiam televisão ou faziam crochê. Essas atividades, porém, eram realizadas após terem cumprido com seus afazeres de rotina, como organização e limpeza da casa, além do registro de recados e possíveis acontecimentos no “livro de plantão”.

Em todos os dias foi realizado registro em diário de campo, por meio do qual a pesquisadora fez anotações correspondentes ao contexto observado, ancorada nos objetivos específicos do estudo, por meio das quais foi possível lembrar palavras, frases, situações consideradas importantes para a compreensão do tema central ao longo do processo de investigação (Angrosino & Flick, 2009). Também foram registradas impressões pessoais em torno das observações, além das intercorrências que fizeram parte do contexto imprevisível do campo de pesquisa (Böing, Crepaldi, & Moré, 2008). O registro em diário de campo foi realizado logo após o período de observação e organizado por datas em arquivo pessoal da pesquisadora. Foram descritas as atividades realizadas, as impressões e sentimentos da pesquisadora, bem como situações consideradas importantes ou que não tenham sido bem compreendidas e que poderiam se tornar perguntas para o roteiro de entrevista. Na sequência, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com as profissionais da Casa-abrigo e com as mulheres que estiveram abrigadas.

3.4.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada é um recurso que permite aprofundar o tema de pesquisa, de maneira que as questões introduzidas

pela pesquisadora suscitem a verbalização livre das pessoas entrevistadas quanto ao modo de pensar e agir frente à temática central da pesquisa. Este tipo de entrevista se baseia em um roteiro de perguntas pré-estabelecido, mas com possibilidade de serem feitas perguntas complementares ao tema, à medida que a entrevista avança (Minayo, 2010). Assim, os questionamentos realizados durante uma entrevista semiestruturada tratam sobre a reflexão dos próprios participantes a respeito da realidade que vivenciam. A representação dessa realidade pode, então, ser constituída por sentimentos, atitudes, maneira de pensar, intenções, crenças, ideias, razões e valores dos participantes com base em suas experiências, de modo que o pesquisador possa compreender o significado atribuído ao fenômeno em questão (Minayo, 2010; Ossó et al., 2014).

O roteiro de perguntas, construído com base nos objetivos do estudo, serve como um guia para o pesquisador, que deve se apropriar dele e utilizá-lo para compreender a realidade que os participantes vivenciam. Entende-se que a observação participante e a entrevista semiestruturada são técnicas que se complementam, uma vez que o pesquisador passa a considerar, em sua análise, tanto a fala sobre o tema em questão, quanto os elementos presentes nas relações e práticas que retratam o cotidiano dos participantes (Minayo, 2010).

Nesta pesquisa, foram entrevistados os dois grupos de participantes: profissionais da casa-abrigo e mulheres ex-abrigadas. Com as *Profissionais da Casa-abrigo*, a entrevista semiestruturada foi a única técnica de coleta de dados utilizada. Optou-se por entrevistar primeiro as profissionais da casa-abrigo, com base no pressuposto de que as narrativas sobre suas práticas e as redes sociais significativas, poderiam auxiliar no estabelecimento e adequação do roteiro de perguntas que dirigido às mulheres ex-abrigadas. Os temas centrais do roteiro de perguntas para as profissionais da casa-abrigo (Apêndice 2), foram:

1) Dados de identificação pessoal e profissional

Congregou informações sobre idade, estado civil, número de filhos, profissão/especialização, tempo de atuação profissional, áreas em que atua e locais onde trabalha.

2) Prática profissional na casa-abrigo

Esta etapa da entrevista constituiu-se de perguntas relacionadas à prática das profissionais na casa-abrigo, aspectos facilitadores e dificultadores do trabalho na casa-abrigo e como percebem a

organização e funcionamento do local como uma rede de suporte social para o enfrentamento da situação de violência.

3) A rede social significativa das mulheres abrigadas

Este item foi composto de perguntas sobre como as profissionais percebem as pessoas das redes sociais significativas e as funções que estas desempenham (ou poderiam desempenhar) antes e após a passagem das mulheres pela casa-abrigo.

4) Pessoa-profissional

O último item norteador do roteiro de entrevista para as profissionais da casa-abrigo se referiu ao conjunto de perguntas sobre as experiências profissionais em torno do atendimento às situações de violência e das repercussões em nível pessoal do trabalho com este tema.

O convite para as profissionais da casa-abrigo foi realizado pessoalmente no período de observação participante, no mês de agosto de 2015. As nove profissionais da casa-abrigo (oito educadoras e uma coordenadora) aceitaram participar do estudo e as entrevistas ocorreram no próprio local, em horário de trabalho, o qual foi escolhido pelas profissionais e autorizado pela coordenadora da casa-abrigo.

Após as entrevistas, em conversa entre a pesquisadora e as orientadoras desta Tese, entendeu-se que seria importante a aproximação de profissionais da área da Psicologia e do Serviço Social, por terem sido apontadas como pessoas significativas, constando no Mapa de Redes das mulheres participantes da dissertação. O roteiro de entrevista não precisou de mudanças ou adaptações, pois em análise conjunta, as perguntas foram consideradas adequadas.

Assim, o contato com uma psicóloga e uma assistente social, com as quais a pesquisadora já havia se aproximado e estabelecido relação desde a pesquisa de mestrado, foi realizado por telefone. Ambas aceitaram participar da pesquisa. A entrevista com a psicóloga ocorreu em uma sala no CREAS em que trabalha e a entrevista com a assistente social ocorreu na biblioteca de uma universidade do município. Em ambos os casos, o encontro foi realizado após o horário de trabalho, em dia e horário por elas definidos.

As duas primeiras entrevistas deste grupo de participantes serviram como estudo de sensibilização (Moré, 2015), para verificar a adequação das perguntas. Após a realização dessas entrevistas, a estrutura de algumas perguntas foi modificada no sentido de torná-las mais compreensivas para as participantes. Como não houve nenhuma

alteração no conteúdo das perguntas e diante da relevância dos dados trazidos nas narrativas, de modo a responder ao objetivo central deste estudo, optou-se por incluir as duas entrevistas no *corpus* de análise.

Durante a coleta de dados, uma das 10 profissionais se emocionou ao relatar ter sofrido violência por parte de uma usuária do serviço. Assegurando o compromisso ético em pesquisa com seres humanos, a participante foi acolhida pela pesquisadora e, na sequência, questionada sobre seu desejo de continuar ou não com a entrevista ou, ainda, de reservar outro momento para fazê-la. A participante escolheu dar continuidade ao encontro.

Como as entrevistas com as profissionais ocorreram em datas diferentes, pediu-se que não comentassem com as colegas sobre o encontro com a pesquisadora, para evitar possíveis vieses em torno das respostas às perguntas que seriam realizadas nos encontros posteriores. As entrevistas com as profissionais foram finalizadas no mês de novembro de 2015 e tiveram duração mínima de 47min e máxima de 2h31min (total de 15h16min20s).

Ao encerrar o roteiro de perguntas, foi questionado às profissionais como foi para elas participarem da pesquisa. As respostas faziam referência aos seguintes aspectos: relembrar momentos de ensinamento e aprendizagem ao longo dos anos de trabalho, ouvir sobre o desenvolvimento da sua própria prática e repensar a forma de atuação, bom/tranquilo, uma forma de ajudar as profissionais a serem vistas pela gestão, preocupação em ter atingido a expectativa da pesquisadora, gratificante por ajudar na construção do conhecimento. Diante das respostas das profissionais, pode-se inferir que o momento da entrevista resultou em um espaço em que as participantes se sentiram escutadas e puderam refletir sobre o desenvolvimento do seu trabalho.

Com as *Mulheres ex-abrigadas* foram utilizados tanto a entrevista semiestruturada como o Mapa de Redes, instrumento este que será descrito no subitem 3.4.3. As entrevistas realizadas com as profissionais da casa-abrigo subsidiaram, de certo modo, a inclusão de perguntas no roteiro das mulheres ex-abrigadas, visando o diálogo entre os dados provenientes das narrativas dos dois grupos de participantes. Assim, o roteiro de entrevista para as *Mulheres ex-abrigadas* (Apêndice 3) foi composto por perguntas que contemplaram os seguintes temas centrais:

1) Dados de identificação e sócio-demográficos das participantes

Constituiu-se de informações sobre a idade, escolaridade, profissão, número de filhos, estado civil e renda familiar da participante.

2) Passagem pela casa-abrigo e processo de reinserção social

Neste item, buscou-se conhecer a experiência das mulheres na casa-abrigo e como foi sua reinserção social. Assim, procurou-se entender como a experiência de ter passado pela casa contribuiu para o enfrentamento da violência e o que mudou na vida das participantes, após a saída do local.

3) A rede social significativa e estratégias de enfrentamento utilizadas pelas participantes

O objetivo desse item foi compreender como se estabeleceram as relações com as redes sociais significativas das participantes, ou seja, as funções, atributos do vínculo afetivo e compromisso relacional e quais as estratégias utilizadas pelas mulheres para resolver seus problemas, após a saída da casa-abrigo.

No que se refere ao acesso às mulheres que estiveram abrigadas, o contato inicial foi por intermédio da coordenadora da casa-abrigo. Ter uma pessoa de referência da casa-abrigo ou da Secretaria de Desenvolvimento Social foi considerado importante, na medida em que essa estratégia de aproximação também foi realizada durante a pesquisa de Mestrado e obteve resultados positivos quanto à aceitação das mulheres em participar do estudo.

No mês de novembro de 2015 iniciou-se a coleta de dados com o grupo de Mulheres ex-abrigadas, sendo finalizada em dezembro do mesmo ano. Das seis participantes, três foram convidadas por meio de visita pessoal, em sua residência. Nesses três casos, a coordenadora da casa-abrigo telefonou para as mulheres, na presença da pesquisadora, e informou que gostaria de visitá-la para falar sobre o almoço natalino (que é uma prática anual da casa-abrigo) e também comentou sobre a pesquisadora, se recordavam dela e se esta poderia acompanhar a coordenadora até suas casas, pois gostaria de falar sobre a pesquisa da qual participaram e do estudo que estava desenvolvendo. Todas disseram que se lembravam de ter participado da pesquisa e que não havia problemas da pesquisadora ir até suas casas. Cabe mencionar que uma das participantes estava morando na casa de sua mãe, pois havia estado na casa-abrigo novamente, após ter sido ameaçada de morte pelo companheiro. Essa participante, em específico, tinha saído da casa-abrigo duas semanas antes ao início da coleta de dados.

Durante as visitas, a coordenadora da casa-abrigo perguntou sobre a situação atual das mulheres e as convidou, junto aos filhos, para participarem do almoço natalino. Em seguida, a pesquisadora resgatava

o encontro da pesquisa anterior e falava do seu desfecho. Depois apresentava sua pesquisa atual e convidava as mulheres a participarem. As três mulheres aceitaram prontamente, ainda que tenha sido oferecida a possibilidade de pensarem a respeito e responder em outro momento. Diante do aceite foi agendado dia, horário e local de acordo com a disponibilidade das participantes. Com essas três participantes as entrevistas foram realizadas na Secretaria de Desenvolvimento Social.

A quarta participante foi contatada pela coordenadora da casa-abrigo por telefone e estava trabalhando, portanto não poderia receber a visita em sua casa. A mulher perguntou se não poderia ser conversado por telefone. Então, após o contato inicial, a coordenadora passou o telefone para a pesquisadora que se apresentou e explicou o objetivo da pesquisa, convidando-a a participar. Tendo em vista o aceite da participante, foi agendado dia e horário, sendo a entrevista realizada em uma Universidade do município.

Após várias tentativas de contato em busca das quinta e sexta participantes do estudo em conjunto com a coordenadora da casa-abrigo, entendeu-se que, pelo fato da pesquisadora já conhecer e ter entrevistado as mulheres ex-abrigadas em outra ocasião, seria possível que telefonasse para elas sem que isso acarretasse em algum problema ético. Assim, as participantes 5 e 6 foram contatadas diretamente pela pesquisadora por telefone, na presença da diretora de proteção especial, na Secretaria de Desenvolvimento Social do Município, para ter uma pessoa de referência institucional presente e averiguar diretamente a disponibilidade de espaço físico para as entrevistas em caso de aceite.

Como foi feito com as outras quatro participantes, a pesquisadora se apresentou, resgatou o encontro ocorrido na ocasião do mestrado e convidou as mulheres a participarem desta pesquisa. Ambas aceitaram prontamente o convite. A quinta entrevista foi realizada na Secretaria de Desenvolvimento Social e a sexta no CREAS, em dia e horário estabelecidos pelas participantes. Ao final de cada encontro com as seis mulheres ex-abrigadas, perguntou-se como foi para elas participar da entrevista. Responderam que foi bom participar, poder desabafar e falar sobre o que aconteceu porque isso “ajuda a superar o trauma” (sic.), que se sentiram ouvidas e não julgadas, que foi bom lembrar o que passou e ver como está vivendo melhor hoje, que viram que muitas coisas na vida mudaram e não tinham sido percebidos, que há pessoas importantes na vida e que participar agora foi melhor do que da outra vez (em 2013). Ao longo de toda a coleta de dados, procurou-se fazer do encontro um espaço de escuta e conversação, em que elas

pudessem se sentir a vontade para compartilhar sua experiência pós-abrigamento e falar sobre as pessoas da sua rede social significativa ao longo de todo o processo.

Diante do exposto, cabe mencionar que tanto com os *Profissionais da casa-abrigo* quanto com as *Mulheres ex-abrigadas*, a pesquisadora reforçou o fato de ser uma pesquisa de doutorado e que as informações obtidas poderão auxiliar na melhoria do serviço e planejamento de recursos para o enfrentamento da violência. Também, foi esclarecido que não se tratava de um atendimento psicológico ou uma investigação para obter qualquer tipo de informação de interesse do serviço de assistência social. Esta conversa inicial ocorreu, também, para que a pesquisadora estabelecesse um aquecimento/ uma primeira aproximação com as participantes, no intuito de deixá-las mais à vontade para falar sobre suas experiências em um ambiente de confiança, em que pudessem se sentir acolhidas.

3.4.3 Mapa de Redes

Na sequência da entrevista semiestruturada realizada com as *Mulheres ex-abrigadas*, no mesmo encontro, foi construído o Mapa de Redes. O Mapa de Redes, proposto por Sluzki (2003), possibilita identificar o grau de intimidade e compromisso relacional das redes sociais significativas em torno de uma situação específica. É um registro estático que pode se referir tanto ao momento presente quanto a um momento passado, reconstruído pelo informante (Moré & Crepaldi, 2012). A utilização do Mapa de Redes como um recurso gráfico possibilita identificar e caracterizar a rede social significativa a partir de suas *características estruturais*, que se referem às propriedades da rede em seu conjunto, das *funções dos vínculos*, definidas pelo tipo de interação entre a pessoa e os indivíduos que compõem a sua rede, podendo ser um vínculo específico ou uma combinação de vínculos, e a partir dos *atributos do vínculo*, sendo estes marcados pelas propriedades específicas de cada relação (Sluzki, 2003).

Por meio das características estruturais, funções e atributos dos vínculos presentes nas redes, foi possível identificar e analisar em profundidade o conjunto de elementos apresentados na construção do Mapa e compreender a estrutura e dinâmica relacional existente entre as participantes da pesquisa e as pessoas que compõem sua rede social significativa. Com relação à sua composição, o Mapa de Redes possui três círculos e quatro quadrantes. O *círculo interno* representa as

relações íntimas ou cotidianas, o *círculo intermediário* refere-se às relações com menor grau de intimidade, com contato pessoal/ social e o *círculo externo* corresponde às relações ocasionais ou com conhecidos. Os quatro quadrantes do Mapa de Redes são representados pela família, amigos, relações comunitárias (vizinhos, pessoas do credo religioso, pessoas dos serviços de saúde e/ou assistenciais) e relações de trabalho ou estudo. A seguir, apresenta-se o modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (2003):

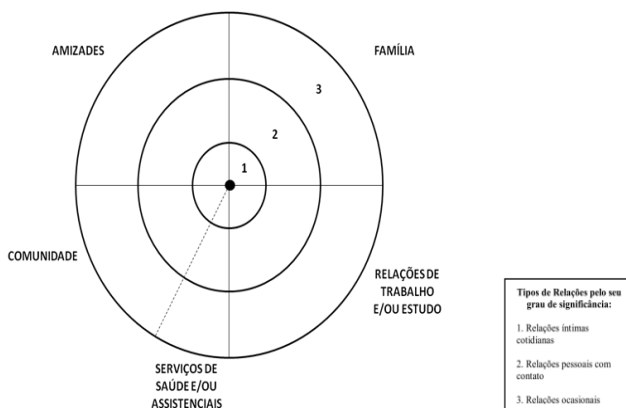


Figura 1. Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (2003).

Tendo em vista a relação das participantes desta pesquisa (*mulheres ex-abrigadas*) com as pessoas da Casa-abrigo onde estiveram (*mulheres/usuárias e profissionais*), foi inserida à estrutura do Mapa de Redes, uma subdivisão no quadrante da Comunidade, adicionando o item *Casa-abrigo*. Assim, foi apresentado para as participantes o desenho do Mapa de Redes com a referida adaptação e com as funções da Rede, conforme a Figura 2:

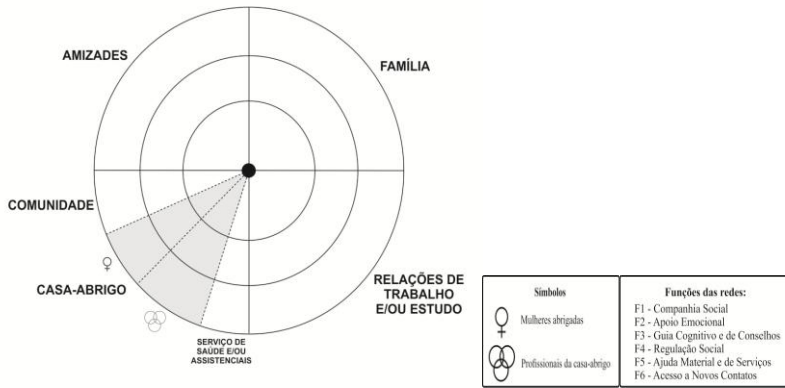


Figura 2. Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (2003) adaptado com adição do item Casa-Abrigo.

A *entrevista semiestruturada* por meio de suas perguntas norteadoras, análogas ao objetivo central deste estudo, subsidiou a construção do *Mapa de Redes*, o qual seguiu as etapas propostas por Moré e Crepaldi (2012):

- 1) Etapa de aquecimento para sua construção/aplicação: às participantes, realizou-se a apresentação dos objetivos da pesquisa e o aquecimento da memória em relação às pessoas, fatos, acontecimentos que foram relatados na entrevista semiestruturada. Entende-se que este resgate facilita a construção do Mapa de Redes, possibilitando, inclusive, o aprofundamento de algumas questões já abordadas ao longo da entrevista.
- 2) Etapa de reconhecimento do desenho e construção propriamente dita do Mapa: em seguida, foi apresentado o modelo do Mapa de Redes (Sluzki, 2003) com adição do item “casa-abrigo” no quadrante da Comunidade. Este Mapa estava impresso em uma folha A3 (tamanho 29cm x 42cm) a fim de facilitar a visualização do Mapa e fazer anotações pertinentes que poderiam ajudar na análise dos dados posteriormente. Foi esclarecido para as participantes o significado de cada círculo e do grau de intimidade ou compromisso das relações. Na medida em que a construção do Mapa se seguia, foram utilizados dados fornecidos por meio da entrevista semiestruturada em relação às pessoas, funções e atributos que foram citadas anteriormente.

- 3) Etapa de conclusão da construção/aplicação do mapa de rede:
Ao concluir a construção do Mapa, foi pedido para a participante olhar o mapa e verbalizar as impressões sobre o trabalho construído. Os comentários sobre o Mapa julgados importantes pela pesquisadora, ancorada nos objetivos da presente pesquisa, foram incluídos na análise dos dados a fim de complementar as informações anteriores, tecidas ao longo da entrevista semiestruturada.
- 4) Etapa de adequação do mapa de rede para contexto da pesquisa:
Nesse momento, a pesquisadora verificou a fidedignidade quanto aos símbolos e dados trazidos pelas participantes ao ouvir e ler as entrevistas ao longo do processo de análise dos dados.
- 5) Etapa de confecção do mapa de rede geral de todas as participantes da investigação: Esta etapa tem por objetivo reunir todas as informações provenientes dos Mapas de Redes individuais das participantes em um único Mapa. Na confecção do Mapa de Redes Geral (Apêndice 4), o qual reúne as informações contidas em todos os Mapas individuais, cada participante está identificada pela letra P, seguida do número estabelecido pela ordem de participação e por uma cor diferente, de modo a facilitar sua identificação (Por exemplo: P1, P2, P3...). Este procedimento permitiu ter uma visão das semelhanças e diferenças dos dados fornecidos em cada quadrante pelo conjunto de entrevistadas.

A pergunta norteadora ou consigna que sustentou a construção do Mapa de Redes foi: *“Pensando hoje, no seu momento de vida atual, quem são as pessoas que lhe ajudam, que lhe dão suporte pra enfrentar todo esse seu processo de vida desde que saiu da casa-abrigo?”* Quanto ao momento da construção do Mapa de Redes, cabe destacar que, as participantes escolheram, a partir de critérios particulares, as pessoas que foram ou são importantes/ significativas para elas no processo de enfrentamento da situação de violência.

Durante a construção do Mapa de Redes, observou-se que houve uma preocupação com a qualidade do vínculo estabelecido e não, necessariamente, com o número de pessoas colocadas no Mapa. De maneira a respeitar o protagonismo das participantes, procurou-se compreender, principalmente, os significados atribuídos às pessoas que fizeram parte do Mapa individual das participantes, bem como o tipo de ajuda oferecido por elas.

O Mapa de Redes é um instrumento que possibilita que as próprias mulheres que vivenciaram situação de violência visualizem as pessoas que lhes foram importantes para o enfrentamento do problema, o que propicia a recuperação da trama relacional que elas, sob o impacto da violência, não conseguem ver (Krenkel & Moré, 2015). Nesse sentido, o uso deste instrumento permitiu mapear a qualidade do compromisso relacional entre as mulheres e as pessoas da sua rede social significativa e compreender as mudanças ocorridas na configuração e dinâmica das redes em diferentes momentos da sua história de vida.

Tanto no decorrer da entrevista com as mulheres ex-abrigadas, como na construção do Mapa de Redes houve mobilização emocional de duas das seis participantes do estudo. Em cumprimento aos procedimentos éticos, nos dois casos a pesquisadora acolheu as mulheres e questionou-as sobre o desejo e disponibilidade de seguir com a entrevista, oferecendo-lhes a possibilidade de continuar em outro momento ou mesmo de encerrar a coleta. Nas duas situações as participantes optaram por continuar.

De modo a verificar a adequação dos instrumentos e técnicas de coleta de dados, a primeira entrevista junto ao Mapa de Redes foi utilizada como estudo de sensibilização (Moré, 2015), em que as perguntas foram analisadas quanto a sua potencialidade para responder ao objetivo principal do estudo. Diante da compreensão das perguntas e sua adequação aos objetivos propostos, não se configurou a necessidade de realizar alterações no roteiro.

As entrevistas semiestruturadas e a construção do Mapa de Redes com as seis participantes do grupo de mulheres ex-abrigadas tiveram duração mínima de 01h09min e máxima de 2h17min, totalizando 9h37min01s. Tanto as entrevistas com as profissionais quanto com as mulheres ex-abrigadas foram transcritas respeitando as pausas, choros, risos e gírias narradas pelas participantes.

Ainda sobre o Mapa de Redes, é importante mencionar que em um dos artigos que compõem o *corpus* de análise deste estudo também foi incluído o Mapa de Redes Geral referente ao ano de 2013, ocasião da pesquisa de mestrado da autora da presente tese. No ano de 2013, o Mapa de Redes foi construído com as participantes para conhecer como estavam configuradas suas redes sociais frente à situação de violência. Em 2015, procurou-se saber como estavam configuradas as redes das mesmas mulheres/participantes em outro momento da sua vida, três anos após passarem pela casa-abrigo. A partir dos Mapas de Redes

Indivíduos construídos nos dois momentos (2013 e 2015), foi confeccionado um Mapa de Redes Geral para cada ano (Apêndice 5), o qual será utilizado para discutir os dados no decorrer desta tese. Essa escolha metodológica ocorreu visando compreender melhor as mudanças na dinâmica relacional das redes sociais significativas das mulheres ex-abrigadas, bem como as repercussões na configuração das redes após a passagem pela casa-abrigo.

3.5 Procedimentos Éticos

Em consonância ao que prevê a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, após sua qualificação, este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob o parecer substanciado *número 1.183.146*, de 10 de agosto de 2015. O projeto desta tese também foi aprovado pelo Secretário de Desenvolvimento Social do município em que foi realizado o estudo e pelo responsável da instituição em que trabalham as profissionais participantes, o que permitiu a inserção da pesquisadora no campo de pesquisa.

Com ancoragem na Resolução 466/2012 e no Artigo 16 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2005), antes de iniciar a coleta de dados, a pesquisadora informou às participantes sobre o objetivo da pesquisa, quanto à sua participação voluntária, garantia de anonimato, sigilo e privacidade, bem como sobre o uso de nomes fictícios a fim de preservar sua identidade. As participantes, mulheres ex-abrigadas e profissionais da casa-abrigo, também foram informadas sobre o direito a informações e esclarecimentos quanto à pesquisa pelos meios de contatos fornecidos pela pesquisadora, além da possibilidade de desistência a qualquer momento.

Ainda, foram pontuados para as participantes que um possível risco que havia em participar do estudo, seria a emergência de lembranças desagradáveis e que a pesquisadora ofereceria um primeiro acolhimento e, percebendo a necessidade, encaminharia a pessoa para um serviço público de atendimento psicológico vinculado ao município ou às Universidades. Ao longo da coleta de dados (entrevista semiestruturada) duas mulheres ex-abrigadas e uma profissional da casa-abrigo se emocionaram. A pesquisadora realizou o acolhimento a cada uma delas e não identificou a necessidade de encaminhar para atendimento

psicológico. Participar desta pesquisa não resultou em nenhum benefício direto às participantes, mas sua participação contribuiu com a produção do conhecimento sobre as práticas profissionais realizadas em casa-abrigo, a violência contra a mulher e suas redes sociais significativas, de modo a fomentar reflexões sobre o tema.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com o consentimento prévio das participantes e posteriormente transcritas na íntegra e analisadas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndices 6 e 7), no qual estão explicitadas estas informações, foi apresentado às participantes antes de iniciar a entrevista. Ao lerem e concordarem em fazer parte da pesquisa, as participantes assinaram o TCLE em duas vias; uma delas ficou em sua posse e a outra com a pesquisadora. Visando o sigilo das informações, cada participante (tanto as profissionais da casa-abrigo quanto as mulheres ex-abrigadas) foi identificada com a letra P, seguida do número estabelecido pela ordem de entrevista e idade (Por exemplo: P1, 53 anos). Nos artigos que compõem esta Tese, quando referido às mulheres ex-abrigadas também se inseriu o tempo de abrigamento, por exemplo: P1, 45 anos, abrigada por 53 dias.

3.6 Organização e Análise dos Dados

A organização e análise dos dados da presente pesquisa estiveram sustentadas na “*Grounded Theory*” (Teoria Fundamentada nos Dados), proposta por Strauss e Corbin (2008), a qual permite comparar, sistematizar e categorizar dados provenientes de diferentes instrumentos (entrevistas, documentos, observações, entre outros). A *Grounded Theory* visa compreender a realidade dos aspectos significativos que um contexto ou objeto tem para uma pessoa com base em sua experiência, resultando na interligação entre constructos teóricos e produção ou expansão do conhecimento sobre um determinado fenômeno (Dantas, Leite, Lima, & Stipp, 2009). Assim, esta Teoria se fundamenta nos dados do contexto da investigação, sem a pretensão de confirmar ou refutar os achados e sim, de acrescentar novas ou outras perspectivas para compreender o fenômeno pesquisado (Dantas, et al., 2009).

No panorama atual da pesquisa qualitativa, a Teoria Fundamentada é utilizada tanto com o propósito de criar uma teoria quanto para análise dos dados (Cho & Lee, 2014). Nessa direção, a utilização desta perspectiva metodológica, no presente estudo, se sustenta na análise dos dados a partir de uma proposta indutiva, em que

as informações e significados emergem dos dados, os códigos são criados e as categorias são construídas a partir do agrupamento de códigos com características semelhantes ou singulares (Cho & Lee, 2014; Strauss & Corbin, 2008). Dessa maneira, apresentam-se dados empíricos de um contexto específico, discutidos segundo os referenciais teóricos existentes sobre a temática, junto a uma abordagem construtiva-interpretativa a partir do conjunto de significados provenientes da experiência de profissionais de uma casa-abrigo e de mulheres que estiveram abrigadas.

O processo de organização e análise dos dados iniciou-se por meio de leituras sucessivas do material textual procedente dos registros em diário de campo (observação participante), das entrevistas semiestruturadas e da construção dos Mapas de Redes (com as mulheres ex-abrigadas), de maneira que a pesquisadora pudesse familiarizar-se e compreender melhor as narrativas das participantes. Nesse processo, os dados foram integrados e sistematizados, seguindo a proposta de análise por codificação, por meio de três etapas interdependentes (Strauss & Corbin, 2008), descritas a seguir:

- 1) *Codificação aberta*: consistiu na identificação e nomeação de conceitos ou elementos de análise que representem o fenômeno investigado. Ocorreu o agrupamento dos elementos com base em suas características comuns ou semelhantes e diferenciais, em categorias e subcategorias de análise, de modo a encontrar regularidades e singularidades no conteúdo das narrativas.
- 2) Na *Codificação axial* foi realizado o reagrupamento dos dados, advindos da codificação aberta. Foi o momento em que se reorganizaram as categorias e subcategorias de análise de modo que pudessem estar associadas umas com as outras e favorecessem a compreensão do fenômeno de uma maneira mais precisa e completa.
- 3) *Codificação seletiva*: nesta etapa o conjunto de dados proveniente das etapas anteriores foi integrado e refinado, sendo que as categorias de análise foram organizadas em torno de temas centrais, junto às suas respectivas subcategorias e elementos de análise.

De modo a favorecer o processo de organização, tratamento e análise dos dados, foi utilizado o *software* de análise de dados qualitativos Atlas.ti 7.0, o qual tem como matriz de referência a *Grounded Theory*. Este programa contribui para a organização de

grande quantidade de textos, gráficos, dados de áudio ou vídeo e para a estruturação das informações armazenadas. Além disso, o referido *software* auxilia na construção das categorias de análise, estabelecendo relações e conexões entre os dados (Muhr, 2004).

Como mencionado, durante o processo de análise, buscou-se identificar tanto aspectos similares quanto diferenças e singularidades oriundas da experiência de vida das participantes. Assim, as categorias foram organizadas de maneira a evidenciar as regularidades e particularidades a partir do conjunto das narrativas, que, complementarmente, ajudaram a nomear a complexidade das diferentes facetas do fenômeno da violência, tanto na perspectiva das mulheres que vivenciaram a situação, como das profissionais que trabalham diariamente com o tema.

A recorrência dos dados permitiu delinear a configuração das categorias de análise no processo de codificação. À medida que cada entrevista foi analisada, novos elementos foram identificados e adicionados às categorias, o que subsidiou um Quadro Geral, que será apresentado na seção de Resultados. Com sustentação no que propõe o estudo de Guest, Bunce e Johnson (2006) sobre a saturação teórica dos dados, ocorrida a partir da sexta entrevista, cabe apontar que, após a análise dos dados, não foi necessário aumentar o número de participantes, uma vez que os dados coletados não apresentavam novos elementos de análise que sustentassem a construção de novas categorias. Além disso, as categorias construídas, respondiam aos objetivos propostos e contribuíram para a compreensão do fenômeno estudado.

Assim, os dados foram organizados em três Dimensões que congregaram um conjunto de categorias principais, com suas respectivas subcategorias e elementos de análise. A nomeação das dimensões e categorias principais se sustentou na literatura sobre o tema, nos instrumentos e técnicas utilizados para a coleta dos dados ou na própria narrativa das participantes que evidenciaram o significado atribuído ao tema central.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados neste capítulo servem de sustentação para a análise e discussão dos dados que congregam a presente pesquisa, sendo este dividido em duas partes. A primeira refere-se à caracterização sociodemográfica das participantes do estudo, profissionais da casa-abrigo e mulheres ex-abrigadas, obtida por meio dos dados sociodemográficos presentes no início do roteiro da entrevista semiestruturada. A segunda parte alude ao conjunto de dimensões, categorias, subcategorias e elementos de análise, resultantes do processo de organização e análise de dados realizadas em profundidade, com base na *Grounded Theory* e auxílio do *software* Atlas.ti 7.0.

4.1 Caracterização sócio-demográfica das participantes Profissionais da Casa-abrigo

O Quadro 1 apresenta os dados sociodemográficos e o perfil profissional das profissionais que atuavam na casa-abrigo. Todas as participantes são do sexo feminino e tinham idade entre 23 e 64 anos (média de 44,1 anos). Quanto ao civil três participantes eram casadas, três solteiras, duas divorciadas, uma vivia em união estável e outra era viúva. Seis profissionais tinham filhos (média de 1,3) e todas relataram ter uma crença espiritual/religiosa, com predomínio da religião católica (Sete participantes, sendo que duas dessas mencionaram que eram, também, “simpatizantes” da doutrina espírita), duas se declararam espíritas e uma cristã.

O tempo de atuação na casa-abrigo variou entre três e 11 anos, com média de 5,8 anos. Com relação à formação e perfil profissional, sete participantes tinham ensino superior completo; dessas, somente duas atuavam em sua profissão de formação (psicóloga e assistente social). As cinco educadoras com nível superior não exerciam a profissão.

Quanto ao início do trabalho na casa-abrigo, as respostas variaram entre designação institucional e escolha pessoal. Em cinco casos, as profissionais começaram a trabalhar na casa-abrigo por designação institucional, ou seja, por estarem trabalhando em outro setor da prefeitura e em razão da necessidade de profissionais no local, elas foram “transferidas”. As outras cinco participantes mencionaram que puderam escolher trabalhar na casa-abrigo, ao serem chamadas para

assumir o cargo decorrente do concurso público, no qual foram aprovadas.

Segundo as participantes, o edital do concurso em si não especificava para qual abrigo iriam (mulheres, crianças ou moradores de rua), nem as atividades a serem desenvolvidas em cada um deles. Mencionava, apenas, a função (educadora social) e o local de trabalho foi escolhido no ato da posse. Considera-se importante mencionar que a escolha por trabalhar na casa-abrigo para mulheres em situação de violência esteve pautada nos seguintes motivos: trabalhar em algum setor do CRAS, estar na área de formação, conseguir conciliar trabalho e faculdade e, em dois casos, pela casa-abrigo ficar próxima à residência das profissionais.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica e perfil profissional das profissionais da Casa-abrigo

Participantes	Idade	Estado Civil	Nº de filhos (sexo e idade)	Crença Espiritual/ Religiosa	Escolaridade (Curso)	Especialização
P1	53	Divorciada	02 (♂ 29 e ♂ 25)	Católica e Espírita	Ensino Superior (Direito)	Não possui
P2	23	União Estável	-	Cristã	Ensino Superior (Psicologia)	Psicologia Transpessoal (Andamento)
P3	46	Solteira	-	Católica	Ensino Superior (Processos Gerenciais)	Não possui

P4	55	Divorciada	03 (♀36, ♂ 32 e ♂ 27)	Católica	Ensino Superior Incompleto (Serviço Social)	Não possui
P5	64	Viúva	02 (♂ 36 e ♂ 31)	Católica	Ensino Superior (Direito)	Não possui
P6	28	Solteira (Namorando)	-	Católica e Espírita	Ensino Superior (Nutrição)	Atendimento Domiciliar
P7	54	Casada	02 (♂ 29 e ♂ 24)	Católica	Ensino Médio	Não possui
P8	46	Casada	02 (♀ 26 e ♂ 21)	Católica	Curso Técnico (Auxiliar de escritório)	Não possui

P9	30	Casada	02 (♂ 10 gêmeos)	Espírita	Ensino Superior (Serviço Social)	Residência Multidisciplinar em Saúde da Família
P10	42	Solteira	-	Espírita	Ensino Superior (Psicologia)	Não possui

Fonte: desenvolvido pela autora.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica e perfil profissional das profissionais da Casa-abrigo - *Continuação*

Participante	Entrada na casa-abrigo	Tempo de atuação na casa-abrigo	Função
P1	Designação institucional	10 anos	Educadora e Coordenadora
P2	Escolha pessoal	3 anos e 6 meses	Educadora
P3	Designação institucional	11 anos	Educadora
P4	Escolha pessoal	3 anos	Educadora
P5	Designação institucional	9 anos e 7 meses	Educadora

P6	Escolha pessoal	3 anos e 4 meses	Educadora
P7	Escolha pessoal	3 anos e 2 meses	Educadora
P8	Designação institucional	9 anos	Educadora
P9	Designação institucional	3 anos	Assistente Social
P10	Designação institucional	3 anos	Psicóloga

Fonte: desenvolvido pela autora.

4.2 Caracterização sociodemográfica das participantes *Mulheres ex-abrigadas*

A caracterização das participantes mulheres ex-abrigadas reúne informações sobre idade, estado civil, número de filhos, crença espiritual/religiosa, escolaridade, atividade ocupacional, renda familiar mensal e tipo de moradia, conforme apresentado no Quadro 2. As participantes tinham idade entre 23 e 45 anos, três delas estavam casadas (com o autor da violência), duas estavam solteiras (namorando) e uma delas vivia em uma união estável com novo companheiro.

Quanto ao número de filhos, variou entre um e quatro, sendo que quatro das seis participantes não viviam com algum de seus filhos pequenos. A filha mais velha da participante P2 mora com sua mãe desde seu nascimento, uma vez que não havia condições financeiras para sustentá-la na época de seu nascimento. A menina não se refere à P2 como “mãe”, e sim, à avó. Também a filha mais velha da participante P3 vive com a avó em um estado da Região Nordeste, pois escolheu deixá-la com sua mãe quando decidiu mudar para o Sul do Brasil e, até o momento da entrevista, estabeleciam pouco contato. A participante P4 tem quatro filhos e os dois mais velhos vivem com o pai (primeiro marido), em outro Estado, que impede o contato da mãe com as crianças. A participante relatou que há aproximadamente cinco anos não vê, nem fala por telefone com os filhos. Somente o filho mais novo, de três anos, é do atual casamento e vive com ela, o marido e a filha (também do primeiro casamento de P4). No caso de P6, o único filho mora com sua mãe também em outro Estado. Inicialmente, considerou-se que morar com a avó seria mais protetivo para a criança e no momento da entrevista, P6 disse que o retorno do filho dependia de uma questão relacionada à estabilidade financeira.

Com relação à crença espiritual ou religiosa, três participantes eram evangélicas, duas eram católicas e uma era espírita. Quanto à escolaridade, duas tinham o Ensino Fundamental completo, duas incompleto e outras duas tinham Ensino Médio. Das seis participantes, uma delas (P6) terminou o ensino médio e fez curso de recepcionista e formação para vigilante depois que saiu da casa-abrigo, manifestando, durante a entrevista, o desejo de iniciar um curso de graduação em Segurança no Trabalho. As demais mantiveram seu grau de escolaridade desde a saída da casa-abrigo. A participante P4 mencionou sobre o projeto de terminar o ensino fundamental e médio e cursar a faculdade

de administração ou secretariado executivo. Já P5 disse querer fazer o curso de auxiliar de veterinária, que já havia visto local e valores e aguardava conseguir se reorganizar financeiramente.

No que se refere à atividade laboral, três participantes trabalhavam, duas estavam desempregadas e uma estava aposentada (invalidez). A renda mensal familiar variou entre R\$182,00 e R\$ 4.000,00 (ver Quadro 2), predominou a moradia do tipo alugada (quatro participantes) e duas moradias eram próprias, sendo que em um caso (P5) a avó a presenteou com a casa após a participante ter saída da casa-abrigo.

Quadro 2 – Caracterização sociodemográfica das Mulheres ex-abrigadas

Participantes	Idade	Estado Civil	Tempo de relacionamento	Nº de filhos (Sexo e idade)	Crença Espiritual/Religiosa	Escolaridade	Atividade ocupacional	Renda Familiar	Tipo de Moradia
P1	45	Solteira (Namorando)	3 anos	03 (♀28, ♂ 21 e ♂ 14)	Evangélica	Ensino Fundamental Completo	Aposentada (invalidez)	R\$ 900,00	Própria
P2	25	Casada (autor da violência) ¹	10 anos	04 (♀09, ♀06 e ♂ 03 anos - gêmeos)	Evangélica	Ensino Fundamental Completo	Desempregada	R\$182,00 (Bolsa Família) ²	Alugada
P3	34	Casada (autor da violência)	10 anos	02 (♀13 e ♂ 07)	Católica	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de cozinha	R\$ 3.000,00	Alugada
P4	25	Casada (autor da violência)	4 anos e 9 meses	04 (♀10, ♂ 08, ♀06 e ♂ 03)	Evangélica	Ensino Fundamental Incompleto	Camareira	R\$ 4.000,00	Alugada
P5	34	Solteira (Namorando)	1 ano	02 (♀11 e ♀05)	Espírita	Ensino Médio Completo	Desempregada	R\$ 2.000,00 ³	Própria

P6	23	União Estável (novo relacionament o)	1 ano	01 (♂ 06)	Católica	Ensino Médio Completo	Segurança Patrimonial	R\$ 4.000,00	Alugada
----	----	---	-------	-----------	----------	-----------------------------	--------------------------	--------------	---------

1. Na ocasião da entrevista, a participante estava em processo de separação, mas judicialmente considerava-se casada.
2. Além da Bolsa Família, recebia auxílio financeiro da mãe e do padrasto.
3. Valor total referente ao auxílio por acidente de trabalho e também do seguro desemprego recebido na ocasião da entrevista.

Fonte: desenvolvido pela autora.

As informações reunidas no Quadro 3, referem-se à situação de violência, passagem e saída das mulheres da casa-abrigo. Todas as participantes admitiram ter sofrido violência psicológica, cinco delas também sofreram violência física, quatro violência financeira e duas sofreram, ainda, violência sexual. Em todos os casos a(s) violência(s) foi (foram) perpetradas pelo parceiro íntimo, com o qual três participantes se mantinham casadas.

Quadro 3 - Caracterização da violência, passagem e saída da casa-abrigo

Participante/ Mulheres ex-abrigadas	Tipo de violência	Tempo de permanência na casa-abrigo	Tempo de saída da casa- abrigo (até a coleta de dados em 2015)	Boletim de Ocorrência desde a saída da Casa-abrigo em 2013	Retornou para a casa- abrigo desde a saída da Casa-abrigo em 2013
P1	Física, psicológica, sexual e financeira	53 dias	3 anos e 4 meses	Não	Não
P2	Física, psicológica e sexual	15 dias	2 anos e 9 meses	Sim (2 B.O.)	Sim
P3	Física e psicológica	22 dias	2 anos e 7 meses	Sim (1 B.O.)	Não
P4	Psicológica	117 dias	2 anos e 11 meses	Não	Não
P5	Física, psicológica e financeira	12 dias	3 anos e 2 meses	Não	Não
P6	Física, psicológica e financeira	36 dias	3 anos e 3 meses	Sim (1 B.O.)	Não

Fonte: desenvolvido pela autora.

O tempo de permanência na casa-abrigo foi de 12 a 117 dias (média = 42 dias) e a saída do local, até o momento da coleta de dados desta tese (2015) foi entre 2,7 anos a 3,4 anos (média = 3 anos). No espaço de tempo entre a saída da casa-abrigo e a entrevista referente a esse estudo, três das seis mulheres realizaram boletim de ocorrência (B.O.) contra seus parceiros. Um registro de B.O. (P2) foi realizado contra o parceiro íntimo decorrente de um episódio de violência física e ameaça de morte, resultando em nova passagem pela casa-abrigo em novembro de 2015, permanecendo no local por sete dias. O outro B.O. (P3), também registrado contra o parceiro íntimo, em função de uma suspeita, vinda da escola, de abuso sexual contra o filho de três anos, fato este que estava sendo acompanhado pelo PAEFI do município. O terceiro registro (P6) foi realizado por tentativa de sequestro do filho, que passou o final de semana com o pai e não foi entregue à mãe no dia e horário combinados. O ex-companheiro de P6 ficou três dias fora da cidade com o filho, sem atender ao telefone, nem entrar em contato.

A caracterização sociodemográfica das participantes desse estudo é importante para a compreensão da complexidade e do caráter multifatorial presente no fenômeno da violência. Nesse sentido, entende-se que uma breve descrição sobre a história de abrigamento das Mulheres ex-abrigadas em relação à situação de violência vivenciada, auxilie o leitor quanto à apropriação de informações que possam ser úteis na leitura do Capítulo 5: Análise e discussão dos resultados.

4.2.1. Contextualização da história de violência e abrigamento das participantes Mulheres ex-abrigadas

Participante 1 (P1):

P1 tinha 45 anos e três filhos, dois do primeiro casamento e um do segundo, além de dois netos. Residiam juntos P1 e seus dois filhos mais novos, de 21 e 14 anos. P1 estava aposentada por invalidez e namorava há três anos. Tinha planos de casar com o atual namorado e irem morar em um sítio. Ficou casada com o ex-marido por pouco mais de 14 anos e se separou no final de 2012, após sucessivos episódios de violência física, psicológica, sexual e financeira contra P1 e abuso sexual contra o filho mais novo, motivo principal da primeira ida para a casa-abrigo, após denúncia realizada por intermédio da escola. A segunda vez que P1 e seu filho foram para a casa-abrigo foi após o ex-marido tentar atropelá-la junto ao filho do casal, na época com 10 anos, e um colega da escola. Na primeira vez, mãe e filho ficaram 45 dias na

casa-abrigo e na segunda, 53. Foi realizado o total de oito boletins de ocorrência contra o ex-marido, mas em nenhum dos casos foi dado continuidade ao processo. No momento da entrevista, P1 havia conseguido judicialmente a guarda do filho, a qual havia sido solicitada pelo pai do menino. O ex-marido de P1 estava morando em uma casa em frente à dela e o processo para divisão de bens pós-separação estava tramitando na justiça. Com relação à rede social significativa da participante esta é considerada uma rede grande, composta por 27 pessoas e um grupo, com destaque para os membros da família e da comunidade (Figura 3).

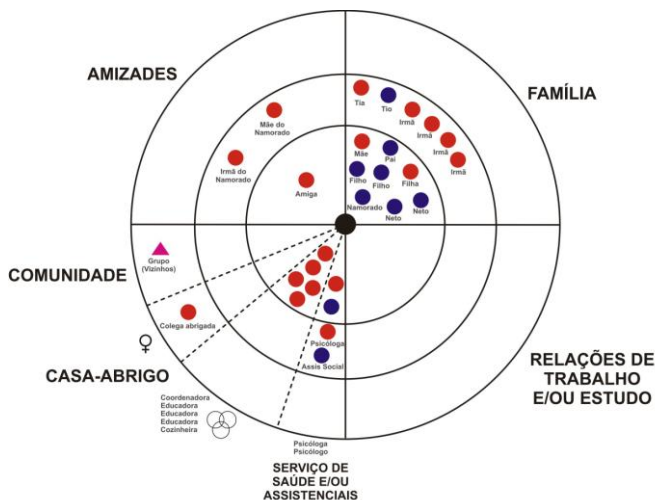


Figura 3. Mapa de Rede Individual da Participante 1.

Participante 2 (P2):

P2 tinha 25 anos e quatro filhos; três deles moravam com ela e o marido, com quem era casada há dez anos, e a filha mais velha, morava com sua mãe. O companheiro de P2 fazia uso constante de álcool e já havia saído de casa quando ela estava grávida dos filhos gêmeos, mas reataram o relacionamento quando as crianças nasceram. Em função dos episódios de violência, P2 e o marido perderam a guarda dos três filhos. Dentre os motivos que levaram à denúncia e encaminhamento para a casa-abrigo, pode-se mencionar violência física, psicológica e sexual. Ficou abrigada por 15 dias e após sair da casa-abrigo, em 2013, P2 decidiu reatar com o marido. Em 2015, houve outro episódio de violência física e ameaça de morte e a participante retornou com os três

filhos para a casa-abrigo, ficando mais sete dias. Quando ocorreu o último episódio de violência, P2 e o companheiro estavam desempregados, com dois meses de aluguel atrasado. A família ganhava comida da professora da escola da filha e da mãe de P2. Ao todo, a participante realizou 18 boletins de ocorrência nos 10 anos de relação. No momento da entrevista, P2 estava morando na casa da mãe, com os filhos e o padrasto, por quem relatou ter sido abusada sexualmente quando era adolescente. Sua principal rede social significativa era composta pelas pessoas da casa-abrigo, seguida pelas pessoas da rede familiar (Figura 4), com destaque para o desempenho das funções de apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos.

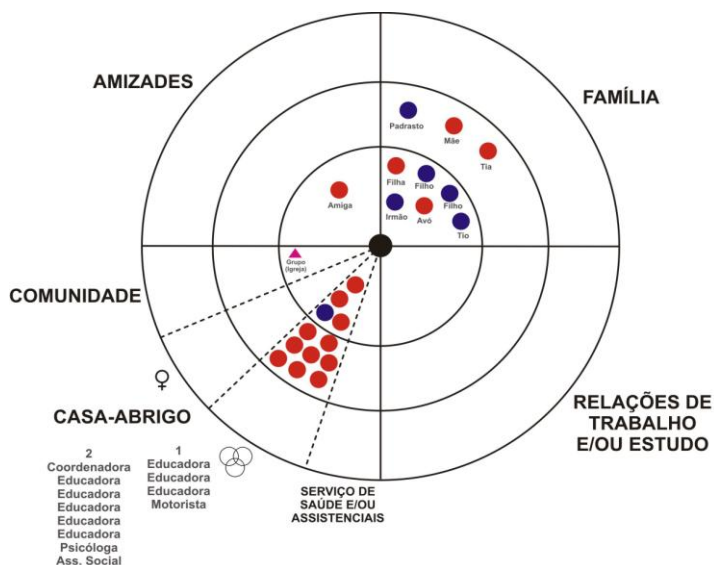


Figura 4. Mapa de Rede Individual da Participante 2.

Participante 3 (P3):

P3 tinha 34 anos e estava casada há 10 anos com o atual marido (autor da violência). Teve uma filha de um relacionamento ocasional, quando adolescente e que mora com sua mãe, e outro filho com o atual companheiro. O marido é usuário de álcool, praticou vários episódios de violência física e psicológica, resultando no acolhimento de P3 na casa-abrigo por 22 dias. Ao sair do local, em 2013, retomou a relação com o marido e disse que impôs regras para a “relação ser do seu jeito”. A

partir daí disse que não houve mais violência física. P3 iniciou um curso de informática, mas parou para cuidar do marido que sofreu um acidente de moto. Na ocasião da entrevista, mencionou que ainda havia alguns xingamentos entre o casal e, também, que havia diminuído a carga horária de trabalho para ficar mais tempo com a família. A rede social significativa foi composta principalmente por membros da rede da família e relações de trabalho (Figura 5). Destacam-se as funções de apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos.

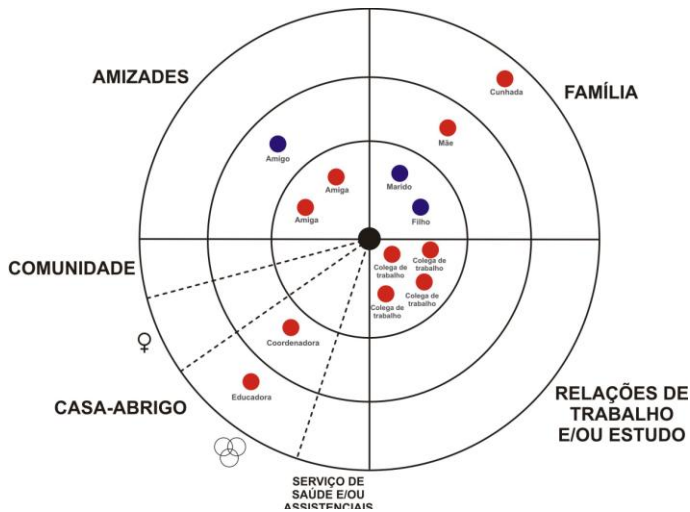


Figura 5. Mapa de Rede Individual da Participante 3.

Participante 4 (P4):

P4 tinha 25 anos e quatro filhos, dois que moravam com ela e o marido e dois que moravam com o pai deles em outro Estado, os quais não via há cinco anos porque o ex-companheiro não permitia. O atual companheiro era usuário de álcool, perpetrava violência física e psicológica contra P4 e em 2012, após ela decidir se separar, ele fugiu com o filho do casal para outro Estado. Na época, a criança tinha três meses. Ao conseguir encontrar o filho, o companheiro passou a ameaçá-la de morte constantemente, o que culminou na ida para a casa-abrigo, onde ficou por quase quatro meses. Após sair do local retornou com o companheiro por se sentir sozinha e disse que a relação continua “quase tudo igual” (sic), que tem pouco diálogo e alguns xingamentos. No momento da entrevista P4 estava trabalhando de camareira. Relatou que iniciou os estudos para concluir o ensino fundamental, mas interrompeu

por conta do horário de trabalho. A rede social significativa desta participante esteve composta por oito pessoas e considerada uma rede de tamanho médio (Figura 6). A principal função desempenhada pelos membros da rede foi a de companhia social.

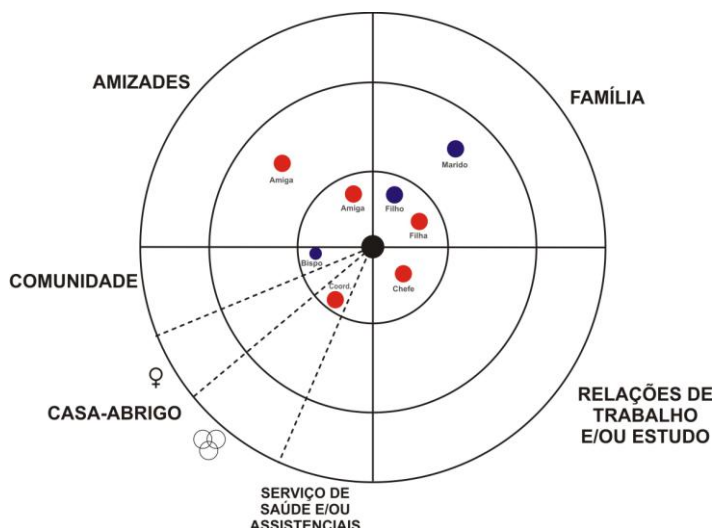


Figura 6. Mapa de Rede Individual da Participante 4.

Participante 5 (P5):

P5 tinha 34 anos e duas filhas, uma do primeiro casamento e outra com o ex-companheiro, autor da violência. P5 estava namorando há um ano e morava com as duas filhas em uma casa presenteada pela avó. Após várias ameaças de morte por telefone e pelo medo de perder a guarda de sua filha mais nova, P5 realizou a denúncia e foi encaminhada para a casa-abrigo, em 2012. Ao longo do relacionamento fez dez boletins de ocorrência e foi para a casa-abrigo duas vezes. A primeira vez ficou 21 dias. Ao sair, voltou a se relacionar com o companheiro. Já na segunda vez permaneceu por 12 dias e quando saiu foi morar com a avó. No momento da entrevista, P5 não estava trabalhando, pois não conseguia um emprego que pudesse conciliar com o horário da creche da filha. A renda que tinha era do seguro desemprego (último mês) e auxílio doença. Sua principal rede social significava era a família (Figura 7) que lhe oferecia principalmente apoio emocional.

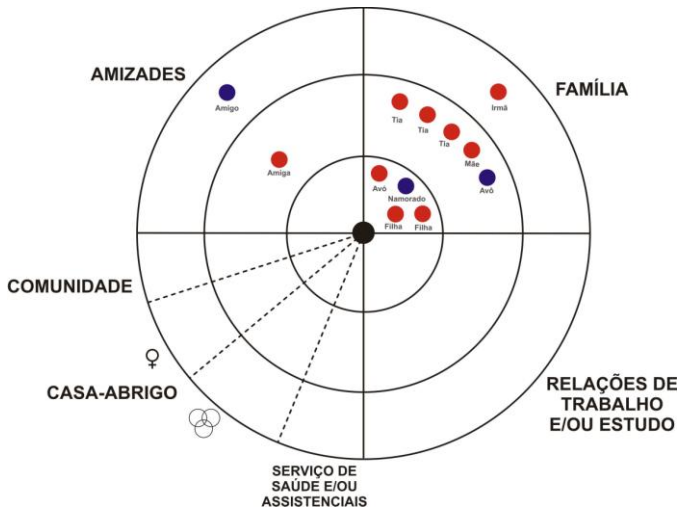


Figura 7. Mapa de Rede Individual da Participante 5.

Participante 6 (P6):

P6 tinha 23 anos e era mãe de um menino de seis anos, que morava com a avó em outro Estado. Sofreu violência física, psicológica e financeira por parte do ex-marido, com quem ficou casada por cinco anos e que por várias vezes havia ameaçado e tentado matá-la, inclusive na presença do filho, com três anos na época. Depois de seguidos episódios de violência e três Boletins de Ocorrência, P6 foi para a casa-abrigo, onde ficou por 36 dias. No espaço de tempo entre a saída da casa-abrigo e a entrevista para esta tese, o ex-marido tentou sequestrar o filho do casal e P6 acionou Conselho Tutelar e a Polícia (novo Boletim de Ocorrência). Na ocasião da entrevista, P6 havia terminado o Ensino Médio e estava trabalhando como segurança patrimonial. Vivava em uma união estável e pagava um apartamento na planta, com o objetivo de levar o filho para morar com ela. As redes da família, trabalho e estudos foram as mais mencionadas (Figura 8), sendo o apoio emocional e a ajuda material e de serviços as principais formas de ajuda oferecidas às participantes.

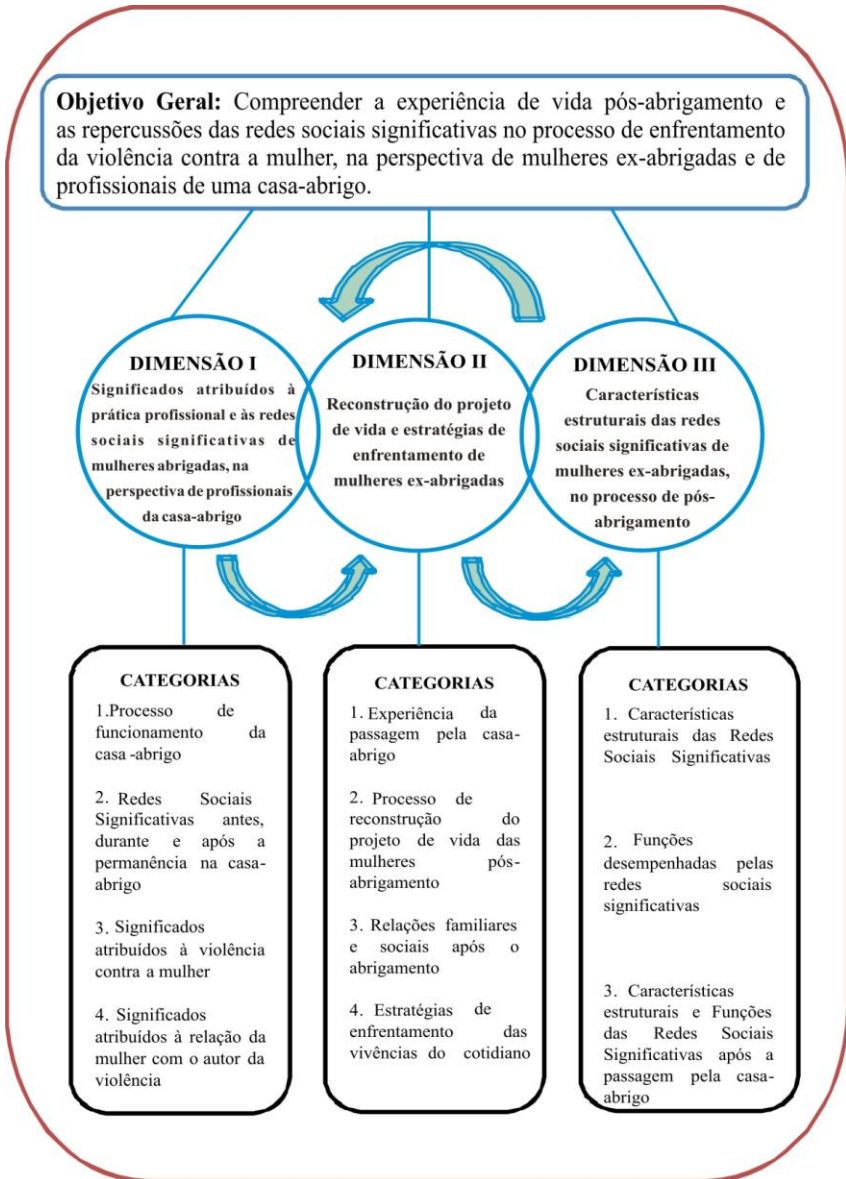


Figura 9. Diagrama das dimensões e categorias em torno do fenômeno investigado.

Fonte: desenvolvido pela autora.

As Dimensões e Categorias apresentadas congregam a análise em profundidade do material derivado da observação participante, entrevista semiestruturada e Mapas de Redes, evidenciando a complexidade do fenômeno investigado e os significados atribuídos pelas participantes a ele. Assim, seguindo os princípios epistemológicos da pesquisa qualitativa (Gonzalez-Rey, 2011), a produção de conhecimento nesse estudo se sustentou numa postura construtivo-interpretativa da pesquisadora, em que os dados passaram por um constante processo de integração e reconstrução, privilegiando os significados que as participantes atribuíram ao fenômeno estudado, de maneira contextualizada, única e diferenciada. Para favorecer a compreensão sobre as especificidades de cada Categoria de Análise que compõem as Dimensões desta pesquisa, em continuidade serão apresentados os Quadros de Categorias de cada Dimensão (Quadros 4, 5 e 6), com suas respectivas subcategorias e elementos de análise.

4.3.1 Dimensão I: Significados atribuídos à prática profissional e às redes sociais significativas de mulheres abrigadas, na perspectiva de profissionais da casa-abrigo

Esta primeira Dimensão reuniu categorias em torno da prática profissional realizada no cotidiano de trabalho das profissionais vinculadas a casa-abrigo, além das condições e percepções sobre o trabalho de intervenção com mulheres em situação de violência. Também configurou o conjunto de elementos sobre as redes sociais significativas das mulheres em todo o processo de abrigo, junto às práticas realizadas em torno dessa temática. Por fim, a Dimensão I apresentou os significados atribuídos pelas participantes à violência contra a mulher e à relação das mulheres com os autores da violência.

Quadro 4 – Quadro de Categorias Dimensão I

Dimensão I – Significados atribuídos à prática profissional e às redes sociais significativas de mulheres abrigadas, na perspectiva de profissionais da casa-abrigo		
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
1. Processo de funcionamento da casa-abrigo	1.1 Trabalho desenvolvido pelas (os) profissionais	1.1.1 Atividades cotidianas 1.1.2 Saída das mulheres da casa-abrigo 1.1.3 Relação com os setores da Rede de suporte social

	1.2 Condições de trabalho	1.2.1 Relação entre as profissionais da casa-abrigo 1.2.2 Estrutura física precária 1.2.3 Sugestões para a melhora do trabalho no local
	1.3 Percepção sobre o próprio trabalho	1.3.1 Gosto pelo trabalho 1.3.2 Olhar ampliado sobre o problema da violência 1.3.3 Trabalho como aprendizado pessoal 1.3.4 Situações difíceis de administrar 1.3.5 Sentimento de frustração 1.3.6 Situações de violência vivenciadas no trabalho 1.3.7 Práticas de autocuidado 1.3.8 Conselhos
2. Redes Sociais Significativas antes, durante e após a permanência na casa-abrigo	2.1 Redes Sociais Significativas na chegada das mulheres a casa-abrigo	2.1.1 Vínculo comprometido com a família de origem 2.1.2 Pouca ou sem nenhuma rede 2.1.3 Indisponibilidade de auxílio por parte da rede 2.1.4 Laços fortes com a família de origem 2.1.5 Pessoas da rede com quem podem contar 2.1.6 Resgate da relação com a família de origem 2.1.7 Busca pela rede para sair da casa-abrigo
	2.2 Influência das Redes durante a permanência das mulheres na casa-abrigo	2.2.1 Contato com a rede como influência positiva 2.2.2 Contato com a rede como influência negativa
	2.3 Funções atribuídas às Redes Sociais Significativas das mulheres abrigadas	2.3.1 Rede Familiar 2.3.2 Demais Redes Sociais 2.3.3 Profissionais da casa-abrigo (a si mesmas (os))
	2.4 Expectativa de ajuda da rede após a saída da mulher da casa-abrigo	2.4.1 Apoio emocional 2.4.2 Proteção e Segurança 2.4.3 Ajuda financeira/ material 2.4.4 “Tratamento mais humanizado”

3. Significados atribuídos à violência contra a mulher	3.1 Quanto à pessoa que sofre violência	3.1.1 “Que a pessoa se sinta ofendida, impotente, angustiada” 3.1.2 Cause mal estar e baixa autoestima 3.1.3 Algo que faça não acreditar em si mesma 3.1.4 Tudo o que causa dor, que machuca 3.1.5 Sofrimento humano muito cruel
	3.2 Quanto à pessoa que pratica a violência	3.2.1 Falsa mensagem de proteção 3.2.2 Controle do outro 3.2.3 Julgamento, dizer coisas sem pensar 3.2.4 Negar ajuda ao outro, falta de amor 3.2.5 Forma de reprimir, menosprezar ou maltratar o outro 3.2.6 Múltiplos fatores envolvidos
4. Significados atribuídos à relação da mulher com o autor da violência	4.1 Desencadeadores da violência	4.1.1 Estereótipos de gênero 4.1.2 Violência na família de origem 4.1.3 Ciúmes/ infidelidade 4.1.4 Situação/ dificuldades financeiras 4.1.5 Uso de álcool e/ou outras drogas 4.1.6 Desorganização da casa 4.1.7 Falta de rotina/ correria do dia a dia 4.1.8 Disputa pelo “controle” 4.1.9 Baixa autoestima e isolamento social da mulher
	4.2 Retorno ou manutenção da relação com o autor da violência	4.2.1 Questões familiares/ Culturais 4.2.2 Filhos 4.2.3 Não conseguem ficar sozinhas 4.2.4 Gostam do Companheiro 4.2.5 Decisão que precisa ser respeitada 4.2.6 Mudança de compreensão sobre a escolha das mulheres 4.2.7 Caminhar para trás

		4.2.8 Sensação de não ter ajudado 4.2.9 Trabalho “em vão”
--	--	--

Fonte: desenvolvido pela autora.

4.3.2 Dimensão II: Reconstrução do projeto de vida e estratégias de enfrentamento de mulheres ex-abrigadas

A Dimensão II congregou um conjunto de categorias que descreve a experiência da passagem das mulheres pela casa-abrigo, seu processo pós-abrigo e a reconstrução do seu projeto de vida quanto à moradia, trabalho, saúde e relações familiares e sociais. Igualmente, esta Dimensão aborda sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas no cotidiano das mulheres ex-abrigadas, relacionadas ou não à violência.

Quadro 5 – Quadro de Categorias Dimensão II

Dimensão II – Reconstrução do projeto de vida e estratégias de enfrentamento de mulheres ex-abrigadas		
Categorias	Subcategorias	Elementos de análise
1. Experiência da passagem pela casa-abrigo	1.1 Permanência na casa-abrigo	1.1.1 Aprendizado e Reflexões sobre a vida 1.1.2 Proteção 1.1.3 Isolamento e alteração da rotina 1.1.4 Falta de punição do autor da violência 1.1.5 Planejamento da vida
	1.2 Consequências da passagem pela casa-abrigo	1.2.1 Auxílio das profissionais da casa-abrigo 1.2.2 Fazer planos e concluir projetos 1.2.3 Valorizar as relações e conquistas materiais 1.2.4 Vida antes de irem para a casa-abrigo 1.2.5 Vida após saírem da casa-abrigo
2. Processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres pós-abrigo	2.1 Quanto à saída da casa-abrigo	2.1.1 Atendimento pela Rede de Suporte Social 2.1.2 Moradia 2.1.3 Projeto de vida pessoal e

		para a família 2.1.4 Trabalho
	2.2 Quanto à saúde física e emocional	2.2.1 Melhora da saúde física 2.2.2 Tristeza 2.2.3 Estresse e Ansiedade 2.2.4 Obesidade 2.2.5 Ausência de cuidados com a saúde
3. Relações familiares e sociais após o abrigo	3.1 Com a família	3.1.1 Relação com o autor da violência 3.1.2 Com o novo companheiro 3.1.3 Com os/as filhos/as 3.1.4 Família de origem e extensa
	3.2 Com as demais pessoas da rede social	3.2.1 Amizades 3.2.2 Comunidade 3.2.3 Trabalho e/ou estudos 3.2.4 Profissionais da rede de suporte social
4. Estratégias de enfrentamento das vivências do cotidiano	4.1 Focadas no problema	4.1.1 Seguir as regras 4.1.2 Ter cautela e paciência 4.1.3 “Encarar o problema de frente” 4.1.4 Busca por auxílio na Assistência Social
	4.2 Focadas na emoção	4.2.1 Atividades de lazer 4.2.2 Rezar/Orar 4.2.3 Não pensar no problema
	4.3 Focadas nas relações interpessoais	4.3.1 Ajuda do companheiro 4.3.2 Ajuda da família 4.3.3 Ajuda de amigos ou colegas de trabalho

Fonte: desenvolvido pela autora.

4.3.3 Dimensão III: Características estruturais das redes sociais significativas de mulheres ex-abrigadas no processo de pós-abrigo

Esta Dimensão alude às características estruturais das redes sociais significativas de mulheres que estiveram abrigadas, aproximadamente três anos desde o abrigo e apresenta as funções desempenhadas pelos membros das redes da família, de amizades, da

comunidade e de trabalho/estudos das mulheres. Ainda, a última categoria mostra a estrutura e as funções das redes sociais significativas referentes ao momento de entrevista da pesquisa de mestrado da autora desta tese, em 2013, relacionando com as características condizentes a esta pesquisa de doutorado, em que os dados foram coletados em 2015.

Quadro 6 – Quadro de Categorias Dimensão III

Dimensão III – Características estruturais das redes sociais significativas de mulheres ex-abrigadas, após a saída da casa-abrigo		
Categorias	Subcategorias	Elementos de análise
1. Características estruturais das Redes Sociais Significativas	1.1 Características estruturais das Redes Sociais Significativas	1.1.1 Tamanho 1.1.2 Composição 1.1.3 Dispersão 1.1.4 Funções 1.1.5 Multidimensionalidade
2. Funções desempenhadas pelas redes sociais significativas	2.1 Rede da Família	2.1.1 Apoio emocional 2.1.2 Guia cognitivo e de conselhos 2.1.3 Ajuda material e de serviços 2.1.4 Companhia Social 2.1.5 Regulação Social
	2.2 Rede das Amizades	2.2.1 Apoio emocional 2.2.2 Ajuda material e de serviços 2.2.3 Guia cognitivo e de conselhos 2.2.4 Companhia social 2.2.5 Regulação social 2.2.6 Acesso a novos contatos
	2.3 Rede da Comunidade	2.3.1 Apoio emocional 2.3.2 Guia Cognitivo e de conselhos 2.3.3 Ajuda material e de serviços 2.3.4 Acesso a novos contatos
	2.4 Rede do Trabalho e/ou estudos	2.4.1 Apoio emocional 2.4.2 Guia cognitivo e de conselhos 2.4.3 Regulação Social

3. Características estruturais e funções das Redes Sociais Significativas após a passagem pela casa-abrigo	3.1 Quanto às características estruturais	3.3.1 Tamanho 3.3.2 Composição 3.3.3 Dispersão
	3.2 Quanto às funções	3.2.1 Companhia social 3.2.2 Apoio emocional 3.2.3 Guia cognitivo e de conselhos 3.2.4 Regulação Social 3.2.5 Ajuda material e de serviços 3.2.6 Acesso a novos contatos
	3.3 Percepções sobre os Mapas	3.3.1 Logo após sair da casa-abrigo (2013) 3.3.2 Dois anos após a saída da casa-abrigo (2015)

Fonte: desenvolvido pela autora.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo é composto por três artigos que representam o *corpus* principal desta Tese, os quais respondem aos objetivos – geral e específico –, sustentando a temática central estudada. Optou-se por apresentar esta tese em formato de artigos, a fim de sistematizar o trabalho conforme os parâmetros para a divulgação de produções científicas e viabilizar e facilitar o processo de compartilhamento dos resultados com a comunidade acadêmica.

Tendo em vista o formato da tese em artigos, os resultados provenientes das Dimensões apresentadas no item 4.3 foram reorganizados em três Quadros de Categorias (Quadros 7, 8 e 9), os quais nortearam a construção de cada artigo, junto à sua análise e discussão. Quanto aos objetivos gerais dos artigos, estes foram reescritos em conformidade aos objetivos específicos desta tese (Apêndice 8). Como mostram as Dimensões do item 4.3, com base nas narrativas das participantes alguns resultados foram além dos objetivos específicos. Estes serão apresentados em formato de artigos e divulgados em momento oportuno.

Quadro 7 – Quadro de Categorias Artigo 1

Artigo: Redes sociais significativas e violência contra a mulher: Perspectiva de profissionais de uma casa-abrigo	
Objetivo: Identificar as práticas profissionais realizadas em uma casa-abrigo e as características estruturais das redes sociais significativas, configuradas em torno do processo de abrigamento de mulheres em situação de violência.	
Categorias	Elementos de Análise Correspondentes
1. Redes Sociais Significativas na chegada das mulheres a casa-abrigo	1.1 Vínculo comprometido com a família de origem 1.2 Pouca ou sem nenhuma de rede 1.3 Indisponibilidade de auxílio por parte da rede 1.4 Laços fortes com a família de origem 1.5 Pessoas da rede com quem podem contar 1.6 Resgate da relação com a família de origem 1.7 Busca pela rede para sair da casa-abrigo
2. Influência das Redes durante a permanência das mulheres na casa-abrigo	2.3 Influências positivas 2.4 Influências negativas

3. Funções atribuídas às Redes Sociais Significativas das mulheres abrigadas	3.1 Rede Familiar 3.2 Demais membros das redes sociais significativas 3.3 Profissionais da casa-abrigo (a si mesmas (os))
4. Expectativa de ajuda da rede após a saída da mulher da casa-abrigo	4.1 Apoio emocional 4.2 Proteção e Segurança 4.3 Ajuda financeira/ material 4.4 “Tratamento mais humanizado”

Fonte: desenvolvido pela autora.

Quadro 8 – Quadro de Categorias Artigo 2

Artigo: Reconstrução do projeto de vida e estratégias de enfrentamento de mulheres ex-abrigadas por situação de violência	
Objetivo: Compreender o processo de reconstrução do projeto de vida e as estratégias de enfrentamento utilizadas no cotidiano de mulheres ex-abrigadas por situação de violência.	
Categorias	Elementos de Análise Correspondentes
1. Experiência da passagem pela casa-abrigo	1.1 Proteção 1.2 Aprendizado e Reflexões sobre a vida 1.3 Planejamento da vida 1.4 Auxílio das profissionais da casa-abrigo 1.5 Vida antes de irem para a casa-abrigo 1.6 Vida após saírem da casa-abrigo 1.7 Fazer planos e concluir projetos 1.8 Valorizar as relações e conquistas materiais
2. Processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres pós-abrigo	2.1 Atendimento pela Rede de Suporte Social 2.2 Moradia 2.3 Projeto de vida pessoais e para a família 2.4 Trabalho 2.5 Quanto à saúde física e emocional

3. Relações familiares e sociais após o abrigo	3.1 Com o autor da violência 3.2 Com o novo companheiro 3.3 Com os/as filhos/as 3.4 Com a família de origem e extensa 3.5 Com as demais pessoas da rede de relações
4. Estratégias de enfrentamento das vivências do cotidiano	4.1 Focadas no problema 4.2 Focadas na emoção 4.3 Focadas nas relações interpessoais

Fonte: desenvolvido pela autora.

Quadro 9 – Quadro de Categorias Artigo 3

Artigo: Características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres ex-abrigadas	
Objetivo: Compreender as características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres que sofreram violência, após a passagem por uma casa-abrigo.	
Categorias	Elementos de Análise Correspondentes
1. Características estruturais das Redes Sociais Significativas	1.1 Tamanho 1.2 Composição 1.3 Dispersão 1.4 Funções 1.5 Multidimensionalidade
2. Rede da Família	2.1 Apoio emocional 2.2 Guia cognitivo e de conselhos 2.3 Ajuda material e de serviços 2.4 Companhia Social 2.5 Regulação Social
3. Rede das Amizades	3.1 Apoio emocional 3.2 Ajuda material e de serviços 3.3 Guia cognitivo e de conselhos 3.4 Companhia social 3.5 Regulação social 3.6 Acesso a novos contatos
4. Rede da Comunidade	4.1 Apoio emocional 4.2 Guia Cognitivo e de conselhos 4.3 Ajuda material e de serviços 4.4 Acesso a novos contatos
5. Rede do Trabalho e/ou estudos	5.1 Apoio emocional

	5.2 Guia cognitivo e de conselhos 5.3 Regulação Social
6. Características estruturais e funções das Redes Sociais Significativas após a passagem pela casa-abrigo	6.1 Quanto às características estruturais 6.2 Quanto às funções 6.3 Percepções sobre os Mapas

Fonte: desenvolvido pela autora.

5.1 RESUMO DO ARTIGO 1: REDES SOCIAIS SIGNIFICATIVAS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DE UMA CASA-ABRIGO

De acordo com a Organização das Nações Unidas, a violência contra a mulher é definida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, que pode ocorrer tanto no âmbito público como no privado (ONU, 1993). O problema da violência contra a mulher passou a ser foco de discussões mundiais em vários segmentos sociais, a partir da década de 70. No Brasil, desde os anos de 1990, criou-se um conjunto de ações e medidas implementadas com base nas políticas públicas que visam a prevenção, enfrentamento e eliminação da violência contra a mulher, como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Lei Maria da Penha (11.340/2006), a qual estabelece mecanismos para coibir e prevenir a violência contra a mulher, além da construção de casas-abrigo.

As casas-abrigo são locais de caráter temporário, seguros e sigilosos que têm por objetivo garantir a integridade física e psicológica das mulheres e seus filhos menores de 18 anos, que estão em situação de violência e sob risco iminente de morte (Brasil, 2011). A casa-abrigo é considerada um serviço de alta complexidade, em que os atendimentos realizados pautam-se no resgate da autoestima, no favorecimento do exercício e reconstrução de cidadania, na ruptura da violência e na busca pela igualdade de direitos das mulheres como protagonistas de sua própria história (Brasil, 2005; 2011).

As casas-abrigo fazem parte da rede de suporte social que atendem as mulheres em situação de violência. Em termos conceituais, suporte social corresponde ao conjunto de instituições e organizações formais que visam realizar ações de prevenção e promoção da saúde, no contexto comunitário (Ornelas, 2008). As ações oferecidas por meio do suporte social contribuem para satisfazer algumas necessidades do indivíduo, seja ela de afeto, estima, identidade, reconhecimento, pertencimento e/ou segurança (Ornelas, 2008).

No conjunto de dispositivos para o enfrentamento da violência encontra-se, também, a rede social significativa das mulheres, entendida, como todas as relações consideradas significativas, diferenciadas das demais e que são capazes de oferecer ajuda e apoio em momentos difíceis. Fazem parte das redes sociais: familiares, amigos, colegas de

trabalho ou estudo e pessoas da comunidade, incluindo os serviços de saúde e assistenciais, vizinhos e credo religioso (Sluzki, 2003).

As pessoas das redes sociais significativas podem desempenhar uma ou mais funções. São elas: *companhia social*, que se refere a estar juntos ou realizar atividades em conjunto; *apoio emocional*, caracterizado por atitudes positivas, de empatia e compreensão; *guia cognitivo e de conselhos*, por meio do fornecimento de informações pessoais/sociais e modelos de referência; *regulação social*, que resgata as responsabilidades e papéis e favorecem a resolução de conflito; *ajuda material e de serviços*, caracterizada pela sugestão de especialistas, contribuição financeira ou ajuda física; e *acesso a novos contatos*, que se refere à abertura de conexão com pessoas e redes que não faziam parte da rede do indivíduo até então (Sluzki, 2003).

De acordo com Sluzki (2003), a reação das pessoas procuradas pela mulher em busca de ajuda, poderá influenciar a ação ou o isolamento diante do problema da violência. Os comentários tecidos pela rede social significativa poderão, ou não, contribuir para impulsionar o indivíduo a cuidar de si, tomar decisões para o enfrentamento das situações de crise, além de possibilitar seu empoderamento, em nível social e psicológico (Sluzki, 2003).

Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi identificar as práticas profissionais realizadas em uma casa-abrigo e as características estruturais das redes sociais significativas, configuradas em torno do processo de abrigamento de mulheres em situação de violência. O desenvolvimento dessa pesquisa visou contribuir com a produção científica sobre o tema e fomentar reflexões que sustentem o aperfeiçoamento das estratégias de intervenções profissionais no contexto de casas-abrigo, no sentido de visibilizar as funções desempenhadas pelas redes sociais significativas, além de refletir sobre como está sendo construído o suporte social, em termos de práticas profissionais, no atendimento às mulheres em situação de violência.

Este foi um estudo qualitativo, do qual participaram 10 profissionais que desenvolviam suas atividades em uma casa-abrigo para mulheres em situação de violência, localizada na Região Sul do Brasil. Dessas participantes, oito eram educadoras sociais, uma era psicóloga e a outra assistente social. Com relação às características sociodemográficas das participantes, todas eram do sexo feminino, com idade entre 23 e 64 anos. No que se refere ao estado civil, três eram casadas, três solteiras, duas divorciadas, uma vivia em união estável e outra era viúva. O tempo de atuação na casa-abrigo variou entre três e

11 anos. Com relação à formação, sete participantes tinham ensino superior completo; dessas, somente duas atuam em sua profissão de formação (psicóloga e assistente social). Três profissionais tinham especialização, mas nenhuma voltada para o trabalho com situações de violência.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. Os temas centrais que guiaram a entrevista com as profissionais foram: a) dados sociodemográficos das participantes, b) identificação de pessoas da rede social significativa da mulher abrigada, c) influência das redes ao serem contatadas pelas mulheres, d) funções desempenhadas pelas redes, e) formas de ajuda que podem ser oferecidas pelas redes quando as mulheres saem da casa-abrigo e f) reconhecimento e funções que as profissionais atribuem a si mesmas, como parte da rede das mulheres abrigadas.

As profissionais da casa-abrigo foram convidadas, pessoalmente ou por telefone, a fazer parte do estudo e todas aceitaram o convite. A entrevista com as oito educadoras sociais foi na própria casa-abrigo, em local reservado, durante o horário de trabalho, a pedido das participantes. A coleta de dados com a psicóloga e a assistente social ocorreu na prefeitura e na biblioteca de uma universidade, respectivamente, ambas fora de seu horário de trabalho. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

A organização e análise dos dados foram com base na *Grounded Theory*, proposta por Strauss e Corbin (2008) e contou com o auxílio do *software* para análise de dados qualitativos *Atlas.ti 7.0* (Muhr, 2004). Por meio desse processo, os resultados do presente estudo foram sistematizados e organizados em quatro categorias de análise: 1) Redes Sociais Significativas na chegada das mulheres a casa-abrigo, 2) Influência das Redes durante a permanência das mulheres na casa-abrigo, 3) Funções atribuídas às Redes Sociais Significativas das mulheres abrigadas e 4) Expectativa de ajuda da rede após a saída da mulher da casa-abrigo. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina e todos os preceitos éticos da profissão foram seguidos.

A primeira categoria, **Redes Sociais Significativas na chegada das mulheres a casa-abrigo**, mostrou que quando as mulheres abrigadas decidem falar sobre as pessoas da sua rede, mencionam familiares (pai, mãe, avós, irmãos, padrastos e madrastas), amigos (as), vizinhos (as) e membros da igreja. A maior parte das mulheres chega a casa-abrigo com o vínculo comprometido com sua família de origem.

Adicional a isso, as profissionais mencionaram que as mulheres chegam com pouca ou sem nenhuma rede ou percebem que as pessoas da rede, inicialmente, não se disponibilizam a auxiliá-las, sobretudo os familiares que tentaram ajudar em outras ocasiões, em que elas decidiram permanecer na relação com o autor da violência. As profissionais também relataram que as pessoas da rede, com destaque para familiares e amigos, estão “saturadas”, “cansadas” e que tem a mulher como um “peso pra vida deles”, o que pode contribuir para o afastamento e/ou indisponibilidade para auxiliar nessa situação.

Por outro lado há mulheres que mencionam pessoas importantes que podem auxiliá-las e que a decisão em ir para a casa-abrigo ocorre pela situação de perigo e risco de morte em que se encontram. De acordo com as narrativas, essas mulheres relatam ter *laços* fortes com a família de origem ou que têm outras pessoas da sua rede com quem podem contar (amigos, vizinhos, pessoas da igreja, colegas de trabalho). Com base nos relatos, observou-se que durante a permanência das mulheres na casa-abrigo, a prática das profissionais se pauta no resgate da relação com a família de origem e/ou na reaproximação com a família e com as pessoas da rede social significativa, no sentido de auxiliar as mulheres ao saírem da casa-abrigo.

A segunda categoria reuniu elementos sobre a **Influência das Redes durante a permanência das mulheres na casa-abrigo**. Dentre as influências positivas, as profissionais disseram que o contato com as pessoas significativas contribuía para a diminuição da ansiedade, as mulheres ficavam mais tranquilas, felizes, aliviadas, além de se sentiam mais seguras e fortalecidas em relação à sua situação de violência.

Quanto às influências negativas como repercussão do contato das mulheres com sua rede, foram mencionadas com mais frequência e caracterizadas pelo aumento da angústia, nervosismo, preocupação, desânimo e tensão, pois os (as) amigos (as) e a família costumavam falar sobre problemas ou situações que envolvia o autor da violência, deixando-as inseguras sobre a possibilidade de apoio. Conforme sinalizaram as profissionais, algumas famílias tinham condições financeiras de auxiliar as mulheres, mas não existia apoio emocional, pois a mulher é julgada por estar se separando e por não atender aos valores da família e da igreja. Por outro lado, há familiares, amigos, pessoas da igreja, que querem acolher as mulheres, mas têm medo do autor da violência.

Na terceira categoria, intitulada **Funções atribuídas às Redes Sociais Significativas das mulheres abrigadas**, foram evidenciadas as

funções que as profissionais atribuem às redes sociais significativas das mulheres abrigadas, frente à situação de violência e abrigamento. No que se refere à rede familiar, a principal função mencionada foi a de ajuda material e de serviços, por meio da ajuda financeira e relacionada à moradia. A função de apoio emocional também foi mencionada e caracterizada pelo carinho, acolhimento e ouvir a mulher, principalmente nos primeiros contatos realizados enquanto estão abrigadas.

Quanto às funções exercidas pelos demais membros da rede social significativa, amigos(as), vizinhos(as), pessoas da igreja e colegas de trabalho foram as pessoas que ofereceram apoio emocional, conselhos e ajuda material para as mulheres abrigadas. No que tange ao apoio emocional, os amigos ofereciam afeto, acolhimento e proteção. Os conselhos, por sua vez, eram voltados principalmente para a denúncia do autor da violência e busca por ajuda para sair da situação. A função de ajuda material era desempenhada pelas pessoas da igreja, por meio de doações de roupas e comidas para as mulheres e seus filhos após saírem da casa-abrigo. Os colegas de trabalho auxiliavam com doação de móveis quando as mulheres mudavam de casa ao saírem da casa-abrigo e alguns chefes não descontavam do salário os dias que elas estiveram abrigadas.

Ao serem questionadas sobre considerarem a si mesmas como partes da rede social significativa das mulheres abrigadas, todas as profissionais responderam positivamente, que de alguma forma acreditavam ter ajudado as mulheres no enfrentamento da situação de violência. Dentre as funções citadas e desempenhadas pelas profissionais da casa-abrigo estão: apoio emocional, companhia social, ajuda material e de serviços, regulação social e guia cognitivo e de conselhos.

A quarta categoria, **Expectativa de ajuda da Rede após a saída da mulher da casa-abrigo**, congregou elementos quanto às maneiras que os membros das redes sociais significativas poderiam ajudar as mulheres quando estas saem da casa-abrigo. De acordo com as participantes, estas pessoas poderiam oferecer apoio emocional descrito como afeto, acolhimento, “incentivo a seguir em frente”, escuta e apoio à decisão das mulheres em torno da relação com o autor da violência, seja pela manutenção ou rompimento.

Outro tipo de ajuda considerada importante é oferecendo proteção e segurança, principalmente nos casos em que o ex-companheiro continua ameaçando a integridade física da mulher. De acordo com as

profissionais entrevistadas, a rede social significativa, com destaque para a família, poderia ajudar as mulheres acolhendo-as em suas casas, pagando aluguel de uma nova moradia até que elas consigam se restabelecer financeiramente e fornecendo comida e cuidado com as crianças.

Ao serem questionadas sobre como a rede de suporte social (CRAS, CREAS, Hospitais, Postos de Saúde, Delegacias, Fóruns, Tutelar Conselho) poderia auxiliar as mulheres em situação de violência, as profissionais responderam que os setores poderiam tratá-las melhor e de modo “mais humanizado”, compreendendo a situação de violência vivenciada por elas. Também foi mencionado que a rede de suporte social poderiam melhor orientar e encaminhar as mulheres tendo clareza do seu papel e do papel de cada setor, visando maior segurança e proteção à mulher.

Diante dos resultados apresentados, o avanço e ineditismo deste estudo residem na possibilidade de dar voz às profissionais de uma casa-abrigo, considerando que não foi encontrada literatura específica sobre sua prática quanto às redes sociais significativas de mulheres abrigadas. Além disso, foi possível mostrar que, a sua maneira, as profissionais desenvolvem suas práticas voltadas para o resgate do vínculo entre as mulheres abrigadas e as pessoas de suas redes sociais, porém sem uma preparação específica para trabalhar com situações de violência e com a temática das redes sociais significativas.

Considera-se importante que as/os profissionais da rede de suporte social identifiquem as pessoas significativas para as mulheres em situação de violência, no intuito de buscar corresponsáveis para o enfrentamento da situação. Também é relevante que as/os profissionais se apropriem dos tipos de funções desempenhadas pelos membros das redes, para que possam focalizar seu trabalho no resgate das suas potencialidades, contribuindo para a proteção e restabelecimento do vínculo com as mulheres.

Palavras-chave: violência contra a mulher; redes sociais; casa-abrigo; prática profissional; suporte social.

5.2 RESUMO DO ARTIGO 2: RECONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE MULHERES EX-ABRIGADAS POR SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos devido a sua incidência e consequências para o desenvolvimento vital da mulher. De acordo com as Nações Unidas (ONU, 1993), a violência contra a mulher se caracteriza por “todo o ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico, por ameaça, coação ou privação da liberdade, tanto na esfera pública quanto privada” (para. 14).

Considerando a incidência da violência e suas repercussões para a saúde da mulher, ações e medidas têm sido desenvolvidas para o seu enfrentamento. No Brasil, ao longo dos anos, houve a criação da Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres - DEAM (1985), da Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM (2003), da Lei Maria da Penha - LMP (11.340/2006) e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (2011). A Lei Maria da Penha foi um marco importante em termos de legislação contra a impunidade dos autores da violência e elaboração de mecanismos para reduzir a violência contra as mulheres. Esta Lei promove a integração entre políticas públicas e órgãos responsáveis pela proteção das mulheres e a criação de casas-abrigo, que acolhem mulheres em situação de violência em risco iminente de morte (Brasil, 2011).

As casas-abrigo compõem o conjunto de setores que fazem parte da rede de suporte social e está entre os principais recursos institucionais de alta complexidade, destinado ao enfrentamento da violência contra a mulher. O conceito de suporte social adotado refere-se às práticas realizadas pelas instituições e organizações formais (Delegacias, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Casas-abrigo, Centros de Saúde, Hospitais, entre outros), dirigidas à prestação de serviços e ações de prevenção e promoção da saúde, no contexto comunitário (Campos, 2005; Ornelas, 2008). As ações oferecidas por meio do suporte social contribuem para satisfazer algumas necessidades do indivíduo como afeto, estima, identidade, reconhecimento, pertencimento e/ou segurança (Campos, 2005; Ornelas, 2008).

Assim, dentro do conjunto de setores da rede de suporte social, as casas-abrigo têm por objetivo prover medidas de proteção emergenciais

em um local seguro, capaz de acolher mulheres em situação de violência e risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos.

Além de procurarem ajuda na rede de suporte social e serem encaminhadas para casas-abrigo, mulheres em situação de violência também se utilizam de outras estratégias para o enfrentamento do problema. Estratégias de enfrentamento são definidas como o conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados por um indivíduo para administrar, reduzir, minimizar, tolerar situações estressantes que excedem seus recursos pessoais (Folkman, Lazarus, Gruen, & DeLongis, 1986).

Folkman et al. (1986), propõem dois tipos de estratégias de enfrentamento. A primeira, denominada *Focada no problema*, que se refere à tentativa de mudar a situação que originou o estresse, ou seja, de modificar o problema, como, por exemplo, pedir ajuda às pessoas (dinheiro ou um local para morar), procurar informações e agir de modo a resolver o problema. A segunda, *Focada na emoção*, atua com o objetivo de regular o estado emocional e reduzir a sensação desagradável de tensão, associada ao estresse, podendo ser por meio do choro, do comer compulsivamente, do uso indiscriminado de cigarro, da ingestão de tranquilizantes, bem como de assistir a um filme de comédia ou fazer atividade física.

Para Coyne e DeLongis (1986) há, ainda, as estratégias de enfrentamento *Focadas nas Relações Interpessoais*, em que o indivíduo busca apoio para o enfrentamento e resolução do problema ao acionar as pessoas que compõem a sua rede de relações. No presente estudo, ao se referir a este tipo de estratégia de enfrentamento, utilizar-se-á o conceito de *redes sociais significativas*, entendida como a soma das relações percebidas como importantes, as quais prestam-se a oferecer ajuda e apoio em momentos de crise (Sluzki, 2003). A rede social significativa é constituída por familiares, amigos, relações comunitárias como vizinhos, pessoas do credo religioso e serviços de saúde e assistenciais, além de colegas de trabalho ou estudo (Sluzki, 2003).

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo compreender o processo de reconstrução do projeto de vida e as estratégias de enfrentamento utilizadas no cotidiano de mulheres ex-abrigadas por situação de violência familiar extrema. Espera-se que os resultados possam subsidiar reflexões que favoreçam o planejamento dos setores da rede de suporte social em relação às suas práticas, de modo a auxiliar às mulheres na reconstrução do seu projeto de vida, após a saída da casa-abrigo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que foram entrevistadas seis mulheres que vivenciaram situação de violência por seu parceiro íntimo e estiveram acolhidas em uma casa-abrigo, localizada na Região Sul do Brasil. Na ocasião em que as participantes foram abrigadas, em todos os casos a violência havia sido perpetrada pelo parceiro íntimo com quem, até o momento do abrigo, mantiveram um relacionamento, que durou entre um ano e meio até 14,6 anos. Os tipos de violências relatadas foram física, psicológica, sexual e financeira, com destaque para a violência psicológica, mencionada por todas as mulheres. O tempo de permanência na casa-abrigo variou entre 12 e 117 dias.

Para a coleta dos dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada composta por um roteiro de perguntas sustentado no objetivo central do estudo. Os pontos norteadores que guiaram a entrevista foram: dados sociodemográficos, experiência da passagem pela casa-abrigo, acontecimentos após a saída da casa-abrigo (moradia, trabalho, relacionamento afetivo, relacionamento com os filhos, relação com o autor da violência e saúde da mulher), projeto de vida e estratégias de enfrentamento utilizadas diante de um problema relacionado ou não à violência.

Com o auxílio da coordenadora da casa-abrigo, foi possível entrar em contato e/ou obter notícias de 10 mulheres, das quais seis aceitaram participar deste estudo. Os encontros foram agendados conforme disponibilidade das participantes, gravados e posteriormente transcritos para análise dos dados.

A organização e análise dos dados ocorreram com base na Teoria Fundamenta (*Grounded Theory*), proposta por Strauss e Corbin (2008), que possibilita sistematizar dados por meio de um processo rigoroso de procedimentos de pesquisa que resultam em categorias conceituais. Para auxiliar no procedimento de codificação foi utilizado o *software* de análise qualitativa *Atlas.ti 7.0* (Muhr, 2004), o qual possibilitou a leitura, organização e sistematização do conteúdo advindo das entrevistas. Os resultados que sustentaram a presente pesquisa foram reunidos em quatro categorias de análise: 1) Experiência da passagem pela casa-abrigo, 2) Processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres pós-abrigo, 3) Relações sociais e familiares após o abrigo e 4) Estratégias de enfrentamento das vivências do cotidiano. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob o parecer

consubstanciado nº 1.183.146 e atendeu às exigências do Conselho Nacional de Saúde, conforme Resolução 466/2012

Os resultados da categoria **Experiência da passagem pela casa-abrigo** reuniram um conjunto de elementos sobre a passagem das mulheres pela casa-abrigo e a contribuição dessa experiência para sua vida pós-abrigo. Todas as participantes destacaram o fato de se sentirem protegidas na casa-abrigo e de ter sido este um momento para refletirem sobre suas vidas, de aprenderem a conviver com outras pessoas (mulheres abrigadas e profissionais) que tinham costumes diferentes dos seus, além de servir como um período de aprendizado para pensar e planejar a vida após a saída do local. Igualmente, as participantes apontaram como importante terem sido auxiliadas pelas profissionais da casa-abrigo, pelo apoio psicológico recebido e por ajudá-las a encontrar emprego e moradia própria ou irem para a casa de familiares, amigos ou pessoas do trabalho.

Ao se referirem à sua vida antes de irem para a casa-abrigo, as participantes falaram que não visualizavam recursos que pudessem auxiliá-las na resolução do problema e não acreditavam que “existia vida sem violência”. Relataram, ainda, sobre não querer denunciar o companheiro por medo de represálias e/ou de morrer. Com relação à vida das participantes após saírem da casa-abrigo, os relatos mostraram que elas passaram a fazer planos, concluir projetos e valorizar as relações e conquistas materiais.

A segunda categoria, **Processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres pós-abrigo**, reuniu um conjunto de elementos que denotam o processo de reconstrução do projeto de vida das participantes após saírem da casa-abrigo, no que se refere ao atendimento oferecido pela rede de suporte social, moradia, trabalho e saúde física e emocional. Ao saírem da casa-abrigo, três das seis participantes foram atendidas individualmente pelos profissionais da Psicologia e Assistência Social. Estas também fizeram parte do grupo de mulheres em situação de violência e foram encaminhadas para o Centro de Referência em Assistência Social mais próximo de suas casas.

No que se refere à moradia, três participantes foram acolhidas por seus familiares (filha, mãe e avó) e uma por sua amiga. Outra participante alugou uma casa para ela e seus filhos e apenas uma delas (P3) saiu da casa-abrigo e voltou para sua casa e convivência com o autor da violência. Dentre os projetos pessoais e para a família, foram relatados planos em torno da moradia e relacionamento afetivo. Com relação aos projetos de vida para os filhos, todas as mulheres

entrevistadas falaram sobre o incentivo e a ajuda que destinarão para que estes estudem e façam curso superior. Quanto ao trabalho, os planos listados a seguir retratam algumas pretensões das mulheres em termos profissionais: procurar emprego formal e voluntário, terminar o Ensino Médio, terminar o curso de informática, fazer curso técnico nas áreas de massoterapia, auxiliar de veterinário, administração/ recursos humanos, além de curso graduação na área de segurança no trabalho.

No que tange ao estado e cuidado com a saúde física e emocional, os relatos evidenciaram que o primeiro ano após saírem da casa-abrigo foi o tempo para as mulheres se restabelecerem física e emocionalmente. No momento da entrevista, aproximadamente três anos após terem sido abrigadas, disseram estar com boa saúde física ou com os problemas de saúde antes existentes, estabilizados. Quanto à saúde emocional, na percepção das participantes, houve melhora nos níveis de estresse e depressão, presentes no primeiro ano após a saída da casa-abrigo. Sobre os cuidados com a saúde, três mulheres disseram que não realizam nenhum tipo de cuidado. As que realizavam atividades voltadas à saúde relataram fazer caminhadas, andar de bicicleta, ler e tomar os remédios quando necessário.

A terceira categoria, **Relações sociais e familiares após o abrigamento** congregou elementos sobre as relações sociais e familiares das participantes após a saída da casa-abrigo. Apresenta-se a relação das mulheres ex-abrigadas com o autor da violência, novo companheiro, com os (as) filhos (as), familiares e demais pessoas da sua rede de relações.

No momento da entrevista, três participantes estavam vivendo com o autor da violência e as outras três estavam em novos relacionamentos. Os relatos evidenciaram que, apesar de ter vivenciado situações extremas de violência, as participantes acreditavam na possibilidade de viver uma nova relação que fosse diferente da anterior.

No que se refere à relação com os filhos, as mulheres relataram que, após a passagem pela casa-abrigo, estão mais próximos e unidos, tanto no caso daquelas que permaneceram com o autor da violência quanto das que se separaram deles. Com relação à família de origem e extensa, disseram terem sido acolhidas em suas necessidades emocionais e financeiras, principalmente quando precisaram de apoio e ajuda para saírem da casa-abrigo e para se reorganizarem emocional e financeiramente. Relataram, ainda, reaproximação com os familiares e maior união entre os membros da família.

Quanto às demais pessoas da rede de relações das mulheres (amigos, vizinhos, pessoas da casa-abrigo, colegas de trabalho), as narrativas mostraram que houve distanciamento ou perda de algumas relações. Os motivos relacionados a isso estiveram ligados ao fato das participantes terem mudado de emprego, de bairro e após serem desligadas dos atendimentos na secretaria de assistência social, o que resultou no afastamento das(os) profissionais que lhe atendiam, mantendo contato com elas(es) por telefone ou mídias sociais, como o *Facebook*. Constatou-se, ainda, a manutenção da relação com as colegas de trabalho e com amigas que incentivaram a denúncia da situação de violência e acolheram as mulheres em suas casas ou as auxiliaram financeiramente quando saíram da casa-abrigo.

A última categoria, **Estratégias de enfrentamento das vivências do cotidiano**, reuniu elementos sobre as estratégias de enfrentamento em torno das vivências cotidianas das participantes quanto às relações familiares, aos relacionamentos afetivos, à violência, ao trabalho e/ou às dificuldades financeiras. As estratégias focadas no problema foram compostas pela busca da assistência social, delegacia da mulher e conselho tutelar nos casos em que houve ou que poderiam vir a ocorrer situações de violência contra as participantes e/ou seus filhos.

Dentre as estratégias de enfrentamento focadas na emoção destacaram-se a religiosidade e busca de auxílio espiritual, tanto por meio da oração e pedido de paciência e inspiração a Deus, quanto por frequentar a igreja ou o centro espírita. Outras estratégias focadas na emoção se referiram a agir com paciência e não com atos impulsivos ou repentinos, fazer reiki, dançar, ler e “chorar para aliviar a tensão”.

As estratégias de enfrentamento focadas nas relações interpessoais foram as mais citadas pelas participantes. Dentre as pessoas procuradas em busca de ajuda foram mencionadas o companheiro, familiares (mãe, tio e avó), amigas e a coordenadora da casa-abrigo. Essas pessoas ajudavam as mulheres com conselhos, ajuda financeira e/ou apoio emocional. A rede social das participantes foi mencionada tanto como um recurso já acionado em um momento de dificuldade, quanto como para quem as participantes pediriam ajuda, caso precisassem, diante de um problema ou situação de crise.

Esta pesquisa mostrou que a experiência de pós-abrigamento das mulheres e a reconstrução dos seus projetos de vida foram favorecidas com o auxílio das pessoas das redes sociais significativas e das/os profissionais do serviço de assistência social, com destaque para as profissionais da casa-abrigo. Houve maior proximidade entre as

mulheres, seus filhos e demais familiares e desenvolvimento da autonomia e empoderamento das mulheres em torno de seus projetos de vida, a destacar o aperfeiçoamento profissional por meio de cursos técnicos e de graduação.

Quanto a casa-abrigo, há o reconhecimento dos esforços enveredados pelas/os profissionais para que a reconstrução do projeto de vida das mulheres ocorresse, ainda que as políticas públicas não tenham como foco esse processo em si. Nesse sentido, torna-se importante a criação de ações em que as casas-abrigo possam ter espaços para fornecer elementos efetivos para a reconstrução do projeto de vida das mulheres, além de programas de educação voltados à promoção da saúde e prevenção da violência, vinculados a instituições de ensino e profissionalizantes, nos quais as mulheres possam ser inseridas ao saírem da casa-abrigo.

No que se refere à produção do conhecimento, o avanço desse estudo ocorre na medida em que se pôde encontrar mulheres que vivenciaram situações extremas de violência e conhecer os fatores relacionados ao seguimento de suas vidas em nível relacional, afetivo, profissional e de saúde. Além disso, foi possível conhecer quais os recursos por elas desenvolvidos para enfrentarem situações difíceis do seu cotidiano, relacionadas ou não com a violência, evidenciando o seu fortalecimento e empoderamento, após sofrerem violência e terem sido abrigadas para preservar sua própria vida.

Palavras-chave: violência contra a mulher, casa-abrigo, enfrentamento, projeto de vida.

5.3 RESUMO DO ARTIGO 3: CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS E FUNÇÕES DAS REDES SOCIAIS SIGNIFICATIVAS DE MULHERES EX-ABRIGADAS

A violência contra a mulher está entre os principais problemas de saúde pública e de violação dos direitos humanos, sobretudo quando praticada por parceiro íntimo. É compreendida como qualquer ato violento, incluindo ameaças, coerções, privação da liberdade baseada no gênero, que resulte ou possa resultar em danos nas esferas física, sexual e/ou emocional (United Nations - ONU, 1993). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014), vivenciar uma situação de violência prejudica o desenvolvimento vital das mulheres, podendo acarretar em problemas graves para a saúde física, mental, sexual e reprodutiva, a curto e longo prazo, gerando altos custos econômicos e sociais.

No contexto brasileiro, dentre as ações desenvolvidas ao longo da construção histórica dos movimentos para o enfrentamento da violência contra a mulher, destacam-se: a Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres, a Secretaria de Políticas para Mulheres vinculada ao Governo Federal, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Lei Maria da Penha. Destas ações, sublinha-se a Lei Maria da Penha (11.340/2006), a qual visa o controle e inibição da violência contra a mulher e propõe a criação de uma rede que ofereça assistência, prevenção e proteção às mulheres, como o encaminhamento de mulheres em situação de violência para casas-abrigo (Brasil, 2006). As casas-abrigo são locais seguros e sigilosos, que oferecem proteção e segurança à vida das mulheres e seus filhos que se encontram em risco iminente de morte. Nesses locais, as mulheres recebem atendimento psicológico, assistencial e jurídico e permanecem abrigadas até estarem em condições psicológicas e de segurança adequadas para saírem do local (Brasil, 2011).

Tanto as casas-abrigo quanto as demais medidas criadas para prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher fazem parte dos setores da rede de suporte social. Neste estudo, o suporte social é entendido como o conjunto de instituições e organizações formais que desenvolvem suas práticas dirigidas à prestação de serviços de prevenção e promoção de saúde do indivíduo na comunidade (Ornelas, 2008). O suporte social desempenha funções de apoio e proteção que favorecem a diminuição do estresse e o aumento do bem-estar das pessoas (Campos, 2005).

Além da rede de suporte social, mulheres em situação de violência também buscam e/ou recebem ajuda dos membros de sua rede social significativa. Entende-se por rede social significativa o conjunto de pessoas que em uma determinada situação estressora do ciclo vital do indivíduo e/ou da família, oferece algum tipo de ajuda, auxiliando na tomada de decisão necessária, seja para enfrentar a situação, seja para promover o desenvolvimento vital das pessoas nela envolvidas (Moré, Santos, & Krenkel, 2014). Nessa perspectiva, para Sluzki (2003) a rede social significativa é percebida e nomeada pelo sujeito de acordo com sua experiência relacional e com os significados atribuídos a cada membro de sua rede. Fazem parte dela: familiares, amigos, colegas de trabalho ou estudo e pessoas da comunidade, incluindo os serviços de saúde e assistenciais, vizinhos e credo religioso (Sluzki, 2003).

A qualidade das relações e a dinâmica das redes sociais significativas podem ser compreendidas por meio das características estruturais e funções estabelecidas entre seus membros, ao longo do tempo (Moré & Crepaldi, 2012). As características estruturais se referem às propriedades da rede em seu conjunto e podem ser entendidas de acordo com: a) o tamanho (número de membros), b) a densidade (conexão entre as pessoas da rede), c) composição (distribuição), d) dispersão (acessibilidade), e) homogeneidade ou heterogeneidade demográfica e sociocultural (Sluzki, 2003).

Em relação às funções dos vínculos, estas podem ser: a) companhia social, que diz respeito à realização de atividades conjuntas ou simplesmente estar juntos; b) apoio emocional, caracterizado pelos intercâmbios com uma atitude emocional positiva, clima de compreensão e empatia; c) guia cognitivo e de conselho, que consiste na oferta de informações pessoais, sociais e modelos de referência; d) regulação social, que, por sua vez, reafirma as responsabilidades e os papéis, além de favorecer a resolução de conflitos; e) ajuda material ou de serviços, caracterizada pela contribuição financeira ou por meio de indicações a serviços com especialistas; f) acesso a novos contatos, que diz respeito à abertura de portas para novas conexões com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede do indivíduo/família (Sluzki, 2003).

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo foi compreender as características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres que sofreram violência, após a passagem por uma casa-abrigo. Estima-se que os resultados desta pesquisa ofereçam subsídios para a prática profissional, no que concerne ao conhecimento dos vínculos

afetivos e às funções desempenhadas pelos membros da rede social significativa de mulheres ex-abrigadas. Além disso, que contribua para o uso das redes como um recurso no conjunto de estratégias de intervenção, de modo a auxiliar no enfrentamento do problema da violência, promoção da saúde e desenvolvimento individual, familiar e relacional dos envolvidos na situação.

Este foi um estudo qualitativo, do qual participaram seis mulheres que sofreram violência pelo parceiro íntimo e foram acolhidas em uma casa-abrigo da região Sul do Brasil. As participantes tinham idade entre 23 e 45 anos, duas participantes tinham Ensino Médio completo, duas Ensino Fundamental completo e duas incompleto. Quanto à ocupação, três mulheres estavam trabalhando, duas estavam desempregadas e uma aposentada por invalidez. Na ocasião em que as participantes foram abrigadas (2012/2013), a violência havia sido perpetrada pelo parceiro íntimo. O tempo de relação até as mulheres irem para a casa-abrigo variou entre um ano e meio até 14,6 anos. Os tipos de violências relatadas foram física, psicológica, sexual e financeira. O tempo de permanência na casa-abrigo variou entre 12 e 117 dias. Cabe destacar que o tempo desde saída da casa-abrigo até o momento da coleta de dados para esta pesquisa foi, em média, três anos.

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas:

- Entrevista semiestruturada: Os itens norteadores da entrevista semiestruturada referiram-se a: a) dados sociodemográficos, b) estratégias de enfrentamento utilizadas pelas participantes após a saída da casa-abrigo, c) pessoas das redes sociais significativas que auxiliaram no enfrentamento da situação de violência. A entrevista semiestruturada subsidiou a construção do Mapa de Redes.

- Mapa de Redes: Esse instrumento permite identificar o grau de intimidade e compromisso relacional entre a pessoa e os membros de sua rede social significativa em um momento específico de vida (Sluzki, 2003). O Mapa de Redes é constituído por três círculos concêntricos e quatro quadrantes. O *círculo interno* se refere às relações íntimas ou cotidianas, o *círculo intermediário* às relações com menor grau de intimidade, com contato pessoal/social e o *círculo externo* representa as relações ocasionais ou com conhecidos. Os quadrantes correspondem às pessoas da família, amigos, comunidade (vizinhos, clubes, igreja, serviços de saúde e assistenciais) e relações de trabalho e/ou estudo (Sluzki, 2003). Considerando a relação das participantes da pesquisa com as pessoas (mulheres (ex-) abrigadas e profissionais) da casa-abrigo

em que estiveram, foi inserida uma subdivisão no quadrante da Comunidade, incluindo o item “Casa-abrigo”.

Com auxílio da coordenadora da casa-abrigo, foi possível contatar 10 mulheres das 12 mulheres que participaram de um estudo anterior, em 2013. Destas, seis aceitaram participar da coleta de dados, a qual foi agendada conforme disponibilidade das participantes. Todas as entrevistas, junto à construção do Mapa de Redes, foram gravadas e transcritas, sendo posteriormente analisadas.

No que se refere ao Mapa de Redes, especificamente, para análise e discussão nesta pesquisa foram utilizados dados coletados em dois momentos. O primeiro foi em 2013, resultando na dissertação de mestrado da autora desta tese e que visava conhecer como estava configurada a rede social significativa de mulheres em situação de violência logo após saírem de uma casa-abrigo. O segundo momento corresponde à coleta de dados para esta pesquisa de doutorado, realizada em 2015. A consigna para a construção do Mapa foi: *“Pensando hoje, no seu momento de vida atual, quem são as pessoas que lhe ajudam, que lhe dão suporte pra enfrentar os momentos difíceis da sua vida, desde a saída da casa-abrigo?”*.

O processo de organização e análise dos dados ocorreu com base na *Grounded Theory* (Strauss & Corbin, 2008). Para tanto, utilizou-se o *software* de análise qualitativa Atlas.ti 7.0, que permite organizar, analisar e sistematizar dados provenientes de diferentes instrumentos (Muhr, 2004). As categorias que emergiram desse processo foram: a) Características Estruturais das Redes Sociais Significativas, b) Rede da família, c) Rede das amigas, d) Rede da Comunidade, e) Rede do trabalho e/ou estudos, f) Características Estruturais e funções das Redes Sociais Significativas após a passagem pela casa-abrigo. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade, sob parecer consubstanciado nº 1.183.146, e seguiu os preceitos da Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

A primeira categoria corresponde às **Características estruturais da rede**, compreendida pelas propriedades da rede apresentadas em seu conjunto: tamanho, composição, dispersão, funções e multidimensionalidade dos vínculos. Quanto ao tamanho da rede, três participantes tinham redes grandes compostas por 22 a 28 pessoas. As demais tinham redes consideradas de tamanho médio (de oito a 12 pessoas). No que se refere à composição, houve predomínio de pessoas da rede da família (50 membros), seguida pela comunidade (29

membros e dois grupos), amizades (15 membros) e relação de trabalho ou estudo (10 membros), totalizando 104 membros e dois grupos (vizinhos e igreja). Quanto à dispersão, ou seja, ao grau de compromisso relacional, em todos os quadrantes a maior parte das pessoas (54 pessoas e um grupo) esteve distribuída no primeiro círculo, o de maior intimidade. Nas relações intermediárias foram 36 membros e nas relações ocasionais 13 pessoas. Isso indica que a maior parte dos membros da rede são pessoas com as quais as participantes têm uma relação íntima, de proximidade.

Dentre as funções mencionadas, houve predomínio do apoio emocional, atribuído pelas participantes a 80 membros e caracterizado por terem com quem desabafar, se sentir ouvidas e estabelecerem relações afetivas. A segunda função mais citada foi a de guia cognitivo e de conselhos (42 membros), representada pela ajuda na tomada de decisões referentes aos filhos e/ou outra situação pessoal, além de aconselhar a não se submeter à violência novamente, a denunciar o autor de violência se necessário e a buscar ajuda na secretaria de assistência social. A função de ajuda material e de serviços foi desempenhada por 28 membros e esteve vinculada principalmente ao cuidado com os filhos e à ajuda financeira. As demais funções da rede – companhia social, regulação social e acesso a novos contatos – foram ofertadas pelo total de 39 membros e serão descritas nas demais categorias. No presente estudo, os 104 membros e os dois grupos que compõem a rede social significativa das participantes desempenharam o total de 190 funções. No que tange à multidimensionalidade, 61 pessoas e dois grupos desempenharam mais de uma função. Isso significa que foram atribuídas mais de uma função a um terço do total de pessoas das suas redes, promovendo a versatilidade nos vínculos.

A segunda categoria, **Rede da Família**, apresentou elementos referentes ao vínculo estabelecido entre as mulheres ex-abrigadas e as pessoas da sua rede familiar, bem como as funções desempenhadas pelos membros dessa rede desde a saída das participantes da casa-abrigo. No conjunto de quadrantes do Mapa de Redes, a família foi o grupo com maior número de integrantes, exceto da Participante 2, que mencionou mais pessoas da casa-abrigo do que da família. Os familiares representaram 48% do total de membros presentes nos Mapas (104 membros e dois grupos). Dentre as pessoas citadas, pode-se destacar os filhos(as), irmãos, mãe e pai. A principal função desempenhada por esses membros foi a de apoio emocional, através da escuta, acolhimento e palavras de incentivo. A família extensa foi representada pelos tios,

sobrinhos, netos e avós, colocados nos dois últimos círculos do Mapa. Pais, mães, irmãos e avós também foram referidos como importantes por oferecerem conselhos às participantes quando precisaram tomar decisões em torno de mudanças de trabalho e de moradia.

A família de origem auxiliou, ainda, com ajuda material e de serviços ao acolherem as mulheres em suas casas até elas conseguirem se reorganizar financeiramente. Cinco participantes colocaram em seus Mapas de Redes Individuais os atuais companheiros, sejam estes de novos relacionamentos ou os mesmos com quem estavam quando foram para a casa-abrigo (autor da violência). As funções atribuídas a eles foram apoio emocional, companhia social, ajuda material e de serviços, sobretudo no que se refere aos cuidados com os filhos, além da função de regulação social.

A **Rede das Amizades** (terceira categoria) foi composta por 15 membros distribuídos nos três círculos do Mapa, sendo nove alocados no primeiro círculo, de maior intimidade. Na construção desta rede, duas participantes não citaram nenhuma pessoa e o maior número de amigos (as) mencionados (as), individualmente, totalizou quatro. A Rede de Amizade ofereceu apoio emocional, conselhos e ajuda material e de serviços. Além disso, foram companhia social ao proporcionarem momentos de descontração estando junto às mulheres. O acesso a novos contatos foi representado pela apresentação de novos amigos e receber a indicação para um novo emprego. Em termos numéricos, a rede de amizades pode ser considerada, nesta pesquisa, uma rede pequena, em que houve predomínio de mulheres, com alto grau de intimidade e compromisso relacional e que desempenharam principalmente as funções apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos. Tal rede destacou-se pela qualidade da relação considerando a proximidade e pelo desempenho das funções que foram efetivas diante da situação pela qual as mulheres passaram.

A **Rede da Comunidade** (quarta categoria) reuniu elementos em torno do vínculo estabelecido entre as participantes e as pessoas da comunidade em geral (vizinhos, credo religioso), serviços de saúde e assistenciais e da casa-abrigo. Traz à tona, também, as características estruturais dessa Rede e as funções atribuídas às pessoas do contexto comunitário. A Rede da Comunidade foi a segunda mais numerosa, com 29 membros e dois grupos (vizinhos e pessoas da igreja). As pessoas que compuseram esta rede estão distribuídas principalmente nos dois primeiros círculos e apenas uma participante não citou ninguém da Comunidade em seu Mapa.

Do credo religioso, foi mencionado o bispo, frequentadores e dirigentes da igreja, como um grupo que oferece apoio emocional e conselhos, além de ter auxiliado com roupas e comida após a saída da casa-abrigo. No que se refere aos serviços de saúde e assistenciais, as participantes colocaram em seus Mapas psicólogas (os) e assistentes sociais Secretaria de Assistência Social, por quem foram atendidas durante o abrigamento e após saírem da casa-abrigo. Essas (es) profissionais ajudaram por meio de apoio emocional, acesso a novos contatos e ajuda material, com doação de comida, auxílio com transporte e financeiro. No que se refere às pessoas da casa-abrigo, foram citadas: uma colega ex-abrigada, a coordenadora, as educadoras, a cozinheira e o motorista, somando 19 pessoas. De acordo com os relatos das participantes, o trabalho desenvolvido pelas (os) profissionais da casa-abrigo, incluindo psicólogas (os) e assistentes sociais, permitiu às mulheres refletirem sobre a própria vida e recuperarem sua autonomia e autoestima em um ambiente acolhedor e de proteção.

A quinta categoria, **Rede do Trabalho e/ou Estudos**, congregou elementos em torno das características estruturais, vínculos estabelecidos entre as participantes e os membros da sua rede de trabalho e/ou estudos, bem como as funções atribuídas a eles. Quanto ao tamanho, esta foi a Rede com menos integrantes (10). Cabe lembrar que três das seis participantes não estavam trabalhando ou estudando no momento da entrevista. Nas relações de estudos foram mencionadas uma professora e duas colegas. As funções desempenhadas por elas foram apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos. Nas relações de trabalho, as participantes citaram chefes e colegas e, adicional às funções já descritas, está a de regulação social.

A sexta e última categoria, **Características estruturais e funções das Redes Sociais Significativas após a passagem pela casa-abrigo** reúne elementos que permitem compreender as mudanças ocorridas nas redes sociais significativas das mulheres desde a sua saída da casa-abrigo em 2013 até o momento de coleta de dados para este estudo, em 2015. Assim, serão apresentados, comparativamente, os resultados em torno das características estruturais (tamanho, composição e dispersão) e funções atribuídas aos membros da rede nos dois períodos, de modo a visualizar e compreender as mudanças nas redes das mulheres ocorridas ao longo do tempo.

Quanto ao tamanho da rede, com base na análise dos Mapas de Redes Geral, proporcionalmente, pode-se dizer que as redes configuradas em 2013 e em 2015 apresentam um número de pessoas

aproximado, 93 e 104 membros, respectivamente. Em 2013, dentre todas as Redes, a da Comunidade era a mais numerosa (45 membros), com destaque para as (os) profissionais da casa-abrigo. Já em 2015, o maior número de pessoas mencionado foi no quadrante da Família, que de 26 membros (2013) passou a ser composto por 50.

Os membros da rede social significativa das participantes também desempenharam diferentes funções. O Apoio Emocional foi a função mais citada, seguida de Guia Cognitivo e de Conselhos, tanto no ano de 2013 quanto em 2015. Em relação a esta última função, em 2013 ela foi atribuída às pessoas que sugeriam que as participantes realizassem a denúncia ou se separassem do autor da violência, como amigos e colegas de trabalho. Em 2015, os conselhos oferecidos pelos membros das redes foram: a) para que as mulheres ficassem atentas e não permitissem mais que a violência ocorresse, b) em torno de situações que ocorrem no trabalho/ busca de um novo emprego ou c) ligados às condutas com os filhos.

Com base nas narrativas, ao recém saírem da casa-abrigo (2013) as mulheres estavam mudando de casa e/ou não tinham emprego e, portanto, não tinham renda. Assim, a Ajuda Material e de Serviços esteve voltada às necessidades econômicas (móveis, roupas, dinheiro, comida) e de moradia. Essa função foi desempenhada por familiares, amigos, profissionais da casa-abrigo e pessoas do trabalho, de maneira que as mulheres pudessem, aos poucos, reorganizar suas vidas. Já em 2015, pode-se dizer que essas necessidades “imediatas” já haviam sido suprimidas e o tipo de ajuda se resumiu a cestas básicas e auxílio financeiro oferecidos por familiares e pela Secretaria de Assistência Social, durante o primeiro ano após a saída da casa-abrigo. Em 2015, as funções Companhia Social e Regulação Social foram mais mencionadas do que em 2013. A Regulação Social evidencia uma rede mais atenta aos comportamentos das mulheres em torno das responsabilidades e papéis que desempenham na relação.

Os resultados cotejados nesta categoria evidenciaram a repercussão da passagem por uma casa-abrigo para mulheres em situação de violência em torno das suas redes sociais significativas. Investigar esse contexto é ter a possibilidade de obter uma imagem panorâmica para acompanhar o desenvolvimento dessas histórias, de modo a conhecer os recursos relacionais que contribuem para o fortalecimento das mulheres e que possam auxiliá-las na prevenção da violência e no enfrentamento de outras situações de dificuldades por elas vivenciadas.

Assim, o presente estudo procurou compreender as características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres que sofreram violência, após a passagem por uma casa-abrigo. Pode-se considerar, num primeiro momento, que as pessoas que compõem as redes das participantes foram um importante recurso para o enfrentamento da violência e para o processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres, após saírem da casa-abrigo. O ineditismo e avanço desse estudo, no contexto da produção de conhecimento, ocorreram na medida em que foi possível a reaproximação e acompanhamento de mulheres ex-abrigadas e conhecer as mudanças ocorridas em suas redes sociais significativas, no espaço de tempo de aproximadamente três anos. Além disso, este estudo possibilitou aprofundar as funções desempenhadas pelos membros das redes das mulheres, de acordo com a disponibilidade de recursos individuais, o que torna possível criar estratégias de atuação profissional.

O reconhecimento da importância das redes ocorreu uma vez que as participantes puderam visualizar as pessoas de quem receberam ajuda efetiva e às quais atribuíram funções que puderam/podem auxiliá-las em suas necessidades emocionais e materiais. Nesse sentido, o Mapa de Redes também pode ser um instrumento efetivo na prática profissional como uma ferramenta para intervenção, pois permite visualizar pessoas das redes que possam auxiliar no cuidado de mulheres e famílias em situação de violência.

Palavras-chave: violência contra a mulher, redes sociais, casa-abrigo, apoio social, violência.

6 INTEGRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA TESE À LUZ DO POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO – PENSAMENTO SISTÊMICO

A violência é um fenômeno complexo, que emerge e se expressa na dimensão relacional, à luz dos contextos socioculturais em que o indivíduo se insere. As repercussões e a multiplicidade de facetas desse fenômeno, constituem-se num desafio que é observado tanto no campo de pesquisa, na relação com pessoas da rede social significativa, no processo de acolhimento e de intervenção profissional, quanto na implementação de uma rede de suporte social, proposto pelas políticas públicas de proteção à mulher. Nessa direção, com base no objetivo geral que norteou este estudo, os resultados apresentados e discutidos nesta pesquisa evidenciaram que as redes sociais significativas e de suporte social, sobretudo a casa-abrigo, são recursos que, a partir do desempenho de suas funções, permitem ou potencializam o empoderamento das mulheres para o enfrentamento da violência e da reconstrução do seu projeto de vida pós-abrigamento.

No presente capítulo, a integração dos resultados está descrita apoiada nos pressupostos epistemológicos do Pensamento Sistêmico (instabilidade, intersubjetividade e complexidade, junto aos seus princípios: dialógico, recursivo e hologramático), norteadores desta pesquisa. Cabe mencionar que os apontamentos sobre cada um deles ocorrem de maneira separada apenas para fins didáticos, uma vez que todos se congregam, interpermeiam e complementam.

Tendo como referência o pressuposto da instabilidade, no que tange às práticas realizadas pelas profissionais da casa-abrigo, a principal contribuição esteve voltada para o resgate do vínculo entre as mulheres abrigadas e sua rede social significativa. Além disso, a ajuda ofertada nos casos e os encaminhamentos realizados foram marcantes para que as mulheres ex-abrigadas, participantes deste estudo, pudessem nomear as profissionais do local e de outros setores da rede de suporte social como auxílios a serem solicitados, se vivenciassem alguma situação de violação de direitos. Outro fator importante é que as profissionais viam as mulheres abrigadas como pessoas com possibilidades de sair da casa-abrigo e viver sem violência (mudança), por terem pessoas que poderiam lhes oferecer apoio e proteção.

O pressuposto da intersubjetividade, que inclui o observador/pesquisador no contexto investigado, pode ser destacado ao se referir à escolha da pesquisadora por entrevistar as mulheres ex-

abrigadas (pela segunda vez) e as profissionais da casa-abrigo. Também o fato da pesquisadora ser parte do sistema observante, em que suas características repercutiram na escolha metodológica, na relação com as participantes e na análise dos dados qualitativos, que resultaram neste estudo. Assim, dentre os avanços na produção do conhecimento, esta tese possibilitou dar sequência a uma temática de pesquisa, por meio do acompanhamento de participantes em diferentes momentos de vida (mulheres ex-abrigadas) e dando voz a atores (profissionais da casa-abrigo) que acompanharam o processo de abrigamento, este entendido como a entrada, permanência e saída das mulheres da casa-abrigo.

O pressuposto da complexidade pode ser reconhecido na medida em que fatores antagônicos, similares e recursivos co-existem no fenômeno investigado, partindo da necessidade de pensar a violência contra a mulher sistemicamente, considerando as múltiplas facetas e versões que envolvem o tema. Para melhor descrevê-los, optou-se por utilizar os princípios que auxiliam a compreender o pensamento complexo. O primeiro refere-se à dialogia, que se faz presente no momento em que as mulheres ex-abrigadas reconhecem a experiência de outras mulheres em situação de violência e as profissionais da casa-abrigo reconhecem a necessidade da atuação de todos os setores da rede de suporte social, buscando a interdisciplinaridade. As diferentes histórias e diferentes olhares sobre um mesmo fenômeno se somam para enfrentá-lo, seja pelas diversas narrativas que auxiliam a repensar sua própria história, seja pelo conjunto de práticas profissionais que podem ser complementares na resolução do problema.

O princípio da recursividade está presente, uma vez que as práticas profissionais auxiliaram no resgate do vínculo entre as mulheres e suas redes sociais significativas, em que o grau de afeto existente auxiliou no fortalecimento da mulher e aumento da autoestima. A partir disso, as mulheres puderam se identificar como autoras de sua história de vida e de direitos, buscando no aperfeiçoamento profissional uma maneira de desenvolver sua autonomia através de movimentos recursivos. Quanto às redes, houve uma mudança de postura das mulheres em relação às pessoas significativas, reconhecendo-as como promotoras de cuidado e proteção, assim como as redes também mudaram em relação às mulheres, legitimando a necessidade de ajudá-las.

O fato de entrevistar tanto as mulheres ex-abrigadas quanto às profissionais da casa-abrigo, evidenciou o esforço em compreender os diferentes olhares de cada uma das partes. Da mesma forma, o conjunto

de práticas profissionais foi fundamental para proporcionar às mulheres espaço para reflexão sobre suas vidas, em que as mudanças ocorridas não podem ser compreendidas sem o conhecimento das práticas profissionais; e estas não se estruturaram sem a finalidade de empoderamento das mulheres sobre suas vidas, o que se aproxima do princípio hologramático.

Ainda sobre o conjunto de intervenções profissionais, cabe mencionar que por meio dos resultados desta pesquisa, foi possível constatar que as profissionais da casa-abrigo trabalham em prol do bem-estar das mulheres abrigadas, com os recursos práticos que foram desenvolvendo e/ou aprendendo com outras profissionais, ainda que sem ter conhecimento formal sobre as especificidades e potencialidades das redes sociais significativas, no contexto da violência. Diante disso, no que se refere à educação permanente, acredita-se que programas de capacitação/ sensibilização possam ser desenvolvidos com profissionais vinculadas a casas-abrigo, tendo como base suas habilidades pessoais e práticas, buscando trabalhar sobre o modo que compreendem a violência e as redes sociais significativas, como percebem os meios utilizados para intervenções e o que seriam boas práticas de atuação, promotoras de desenvolvimento para as mulheres em situação de violência. Esta seria uma forma das profissionais reconhecerem suas potencialidades e terem espaço para falarem sobre a sua prática cotidiana, evidenciando à instituição da qual fazem parte, a complexidade do trabalho com situações de violência contra a mulher, principalmente no contexto de uma casa-abrigo.

Quanto às estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres, as mencionadas, prioritariamente, foram a crença religiosa/ espiritual e a busca pela rede social significativa e de suporte social. Sobre a saída da casa-abrigo e reconstrução dos seus projetos de vida pós-abrigamento, sublinha-se o auxílio ofertado pelas profissionais da casa-abrigo e pelos membros das redes sociais significativas, os quais atenderam as necessidades emocionais e materiais das mulheres naquele momento e/ou posteriormente. Destaca-se, ainda, como principal projeto de vida, o aperfeiçoamento profissional e a valorização dos estudos tanto para as mulheres quanto para seus/suas filhos/as.

Sobre as características das redes das mulheres ex-abrigadas, estas variaram entre tamanho médio e grande, com maior grau de proximidade afetiva e foram compostas majoritariamente por familiares. As principais funções mencionadas foram apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos e ajuda material e de serviços. Também foi

possível comparar as características estruturais e as funções das redes das mulheres referentes ao período que recém haviam saído da casa-abrigo, em 2013, e do momento em que ocorreu a coleta de dados para este estudo, em 2015. A rede da comunidade, especificamente da casa-abrigo, era maior em 2013, enquanto que em 2015, houve o aumento do número de familiares. Remetendo-se, novamente ao pressuposto da instabilidade, essa mudança pode ter decorrido tanto das necessidades das mulheres em cada momento de vida, quanto ao trabalho de reaproximação das redes desenvolvido pelas profissionais da casa-abrigo. Nesse contexto, chama atenção sobre a menção de grupos (da igreja e de vizinhos), antes inexistentes, e o uso das mídias sociais (*Facebook* e *Whats App*) no resgate e/ou manutenção dos contatos e relações das mulheres com as pessoas da sua rede.

Sobre as funções, em ambos os períodos pesquisados, as mais citadas foram apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos, com a diferença de que, em 2013, esta última função se referia à denúncia do autor da violência e, em 2015, estava ligada à atenção quanto a novos episódios de violência, situações relacionadas ao trabalho e ao cuidado com os/as filhos/as. A comparação entre os períodos permitiu compreender as mudanças na dinâmica relacional das redes sociais significativas das mulheres ex-abrigadas, as repercussões na configuração das redes após a passagem pela casa-abrigo, além de aprofundar as funções desempenhadas pelos membros das redes pós-abrigo, com base nos recursos por eles disponibilizados.

As funções desempenhadas pelos membros das redes ajudaram as mulheres na recuperação e re-autoria de suas vidas, de modo que pudessem reconhecer e nomear a experiência vivida. Esse processo evidenciou que houve um avanço passando da ruptura das redes para uma reconfiguração que auxiliou as mulheres no enfrentamento da violência e no desenvolvimento de um novo posicionamento frente ao problema, às relações e ao próprio projeto de vida.

Diante do exposto, ao analisar os pilares que sustentaram o desenvolvimento deste estudo, observa-se a presença do princípio da recursividade. A estrutura e funções das redes sociais significativas estão relacionadas com a experiência de abrigo, as quais também se interconectam com a prática profissional, que visava à reconstrução do projeto de vida das mulheres, com foco no enfrentamento da violência. Assim, cada pilar se interconecta uns com os outros, de modo a sustentar o fenômeno investigado.

Nesta tese, foram consideradas as características das partes envolvidas no fenômeno estudado, sem isolar nenhuma delas ou desconsiderar o todo, reconhecendo que sem o conhecimento sobre ambos, não se teria uma compreensão contextual da temática estudada. Nesse sentido, após análise dos três artigos que compuseram esta tese, dentre os achados a serem destacados, pode-se mencionar: 1) a influência das práticas realizadas na casa-abrigo no empoderamento das mulheres, as quais auxiliaram no seu processo de reconstrução do projeto de vida, 2) desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, 3) resgate da relação com as pessoas da sua rede social significativa e 4) a possibilidade de acompanhar as mulheres a fim de conhecer a dinâmica de suas redes e aprofundar os tipos de funções desempenhadas pelos membros das redes. Assim, a escolha de reencontrar as mulheres ex-abrigadas e ouvir profissionais da casa-abrigo que participaram do processo de abrigamento (intersubjetividade), possibilitou a compreensão a respeito das mudanças promovidas pelas mulheres e auxiliadas pelas redes sociais significativas e de suporte social (instabilidade), no que tange ao resgate dos vínculos com os membros de suas redes, em que cada pessoa envolvida foi fundamental para o empoderamento e fortalecimento das mulheres frente à reconstrução do seu projeto de vida (complexidade).

Para concluir, o avanço e ineditismo desta pesquisa residem na possibilidade de reaproximação e acompanhamento das mulheres ex-abrigadas, visando conhecer como foi seu processo de pós-abrigamento, seus projetos de vida, as estratégias de enfrentamento utilizadas, as mudanças ocorridas em suas redes sociais significativas e a relação de tais aspectos com as práticas profissionais realizadas na casa-abrigo, sobre todo esse processo e mudanças. Em revisão de literatura realizada nos âmbitos nacional e internacional, não foram encontrados estudos sobre as especificidades das funções das redes sociais significativas, no contexto da violência contra a mulher, tampouco pesquisas que analisassem, comparativamente, as mudanças nas configurações e funções das redes em diferentes momentos de vida, tal como apresentado nesta Tese.

Igualmente, esta tese possibilitou dar voz às profissionais de uma casa-abrigo e compreender os significados atribuídos às redes sociais significativas das mulheres abrigadas, conhecendo as práticas realizadas relacionadas ao resgate dos vínculos com as redes, além de visibilizar as práticas das profissionais, no sentido de considerarem as redes como um recurso para o empoderamento das mulheres para ajudá-las a

reconstruírem suas vidas, tendo em vista a importância das relações no enfrentamento da situação vivida. Nesse sentido, foi possível constatar que as redes sociais significativas e/ou de suporte social auxiliam na promoção do desenvolvimento da autonomia, empoderamento e proteção das mulheres, sendo um recurso eficaz de intervenção, no que tange o enfrentamento da violência, visando sua prevenção no contexto familiar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou compreender as experiências de pós-abrigamento e as repercussões das redes sociais significativas no processo de enfrentamento da violência contra a mulher, sob o olhar de profissionais de uma casa-abrigo e de mulheres ex-abrigadas. A discussão dos resultados, pautada nos pressupostos epistemológicos do Pensamento Sistêmico, considerou a interrelação entre diferentes fatores que se somaram para a compreensão do fenômeno, envolvendo as características individuais, relacionais, contextuais e temporais, em que os significados foram produzidos em espaços de conversações entre pesquisadora e participantes. Os achados desse estudo se referem a um determinado momento de vida das participantes, num contexto específico e com suas singularidades, os quais devem ser lidos como um processo que se modifica e se reconstrói ao longo do tempo; não como acabado.

Do ponto de vista metodológico, a escolha pela pesquisa qualitativa permitiu compreender a realidade investigada em profundidade, em que foi possível considerar a pessoa, as relações em torno do fenômeno da violência contra a mulher em interface com as redes sociais significativas. Destaca-se o uso do Mapa de Redes, o qual possibilitou visualizar as características estruturais das redes, com ênfase no grau de proximidade e vínculo relacional entre as mulheres ex-abrigadas e as pessoas mencionadas como significativas, no processo de enfrentamento da violência e reconstrução do projeto de vida pós-abrigamento. No campo da pesquisa, o Mapa de Redes possibilita conhecer o conjunto de pessoas significativas que oferecem ajuda frente a uma situação estressora. A articulação entre o roteiro de perguntas que compôs a entrevista semiestruturada e a construção do Mapa de Redes, com as mulheres ex-abrigadas, também permitiu aprofundar as funções desempenhadas pelos membros de suas redes.

Ainda no contexto de desenvolvimento deste estudo, cabe apontar que foi fundamental o apoio oferecido pelas/os profissionais da Secretaria de Assistência Social do município em que ocorreu a coleta de dados. Dentre os desafios da pesquisa qualitativa está a inserção no campo, o que pode ser facilitado quando o pesquisador faz parte desse contexto. Quando isso não ocorre, os aliados estratégicos são aqueles que favorecem a entrada no campo. Nessa direção, no presente estudo foram proporcionadas à pesquisadora todas as condições e suporte para que esta tivesse acesso a locais e informações necessários ao seguimento

do trabalho. Desse apoio, ressalta-se a possibilidade de entrar na casa-abrigo para a realização da observação participante e das entrevistas com as profissionais, a mediação no contato inicial com as mulheres ex-abrigadas, além do espaço ofertado para a realização das entrevistas.

Para a coleta de dados, houve todo um cuidado na construção do roteiro de perguntas com foco na temática central do estudo e preparação da pesquisadora antes de entrar em campo, o que se considera fundamental no trabalho com o tema da violência. Outro fator que auxiliou no desenvolvimento deste estudo foi a possibilidade da pesquisadora compartilhar com a professora orientadora e membros do grupo de pesquisa suas experiências, temores e surpresas concernentes à coleta de dados. Isso é importante, na medida em que ouvir histórias sobre o trabalho com situações de violência e reencontrar as mulheres que já haviam participado da pesquisa de mestrado, desta vez com suas novas histórias, poderiam, de alguma forma, trazer repercussões para a pesquisadora, de modo a afetar a coleta e/ou a análise dos dados.

No que se refere às limitações metodológicas, destaca-se a dificuldade de encontrar as mulheres ex-abrigadas. Foram realizadas várias tentativas por telefone e conversado com diferentes pessoas em busca de notícias ou novos contatos. Das 12 mulheres que participaram do estudo de mestrado, dez foram contatadas, oito aceitaram contribuir com a pesquisa desta tese, sendo que duas delas desistiram na véspera da entrevista. Neste último caso, a desistência pode estar relacionada com a própria temática a ser abordada no encontro, com as recordações e emoções que isto poderia suscitar.

A dificuldade em acessar participantes para pesquisas sobre violência é comum, tal como exemplificado no capítulo de método desta tese, e a mudança de endereço ou de cidade contribui para a perda do contato com a rede de suporte social, o que dificulta o acompanhamento dessas mulheres. Isso reforça a necessidade de ações e medidas de monitoramento daquelas que passaram pela casa-abrigo, tendo em vista que as políticas públicas de seguimento/acompanhamento das mulheres em situação de violência não se apresentam implementadas de maneira efetiva. Ainda que estas mulheres tenham mudado de cidade por conta da situação de violência, cabe aos setores dos órgãos públicos municipais se articularem, de modo a oferecer suporte às mulheres e suas famílias, visando seu cuidado e proteção.

De acordo com os resultados e limitações apontadas, pesquisas futuras poderiam ser realizadas no intuito de conhecer o contexto de trabalho das profissionais de casas-abrigo de outras regiões do Brasil,

considerando as diferenças sociais, econômicas e culturais presentes na extensão do país, assim como em outros países, a fim de estabelecer uma análise comparativa entre as disparidades e aproximações sobre o tema. A utilização de métodos mistos e pesquisas longitudinais com mulheres que vivenciaram situações de violência também poderiam contribuir com a produção do conhecimento sobre o tema, no intuito de acompanhar as mudanças na estrutura e funções das redes sociais significativas, além de identificar os fatores relacionados à ocorrência – ou não – de (novos) episódios de violência nos relacionamentos afetivos. Ainda com relação às mulheres ex-abrigadas, novos estudos poderiam ser realizados com os membros da sua rede social significativa, assim como com seus/suas filhos/as, para investigar o impacto das histórias de vida das mães e a ocorrência de repetições dos padrões relacionais em torno da violência.

Neste estudo, observou-se um trabalho intersetorial diluído, intuitivo e sem protocolos validados. Assim, ouvir profissionais de outros setores da rede de suporte social seria válido para compreender sua rotina de trabalho, os significados atribuídos à violência e as lacunas presentes no atendimento de situações de violência familiar, visando o desenvolvimento de estratégias para a melhora do atendimento à população e das condições de trabalho das/os profissionais.

Considerando as redes sociais significativas como fatores potencialmente de proteção no contexto de pessoas em situação de violência e que ter pessoas próximas contribui para o acesso ao pedido de ajuda e/ou para a não permanência nessa situação, considera-se necessário o aperfeiçoamento de políticas públicas de acompanhamento ou de ações que sustentem um atendimento contínuo de mulheres em situação de violência e das que estiveram abrigadas. Diante da posição ambivalente da família, tal como mostram os resultados desta pesquisa, realizar intervenções com as famílias (nuclear, de origem e/ou extensa) de mulheres em situação de violência é importante para seu fortalecimento e proteção. A visibilização da rede social significativa e do trabalho realizado por profissionais, que atendem esse tipo de demanda, também fornece subsídio para o desenvolvimento e/ou aprimoramento de políticas públicas nas áreas da saúde, educação, gênero e direitos humanos.

Acredita-se que os achados desta pesquisa podem contribuir com critérios para modelos de capacitação e formação continuada de profissionais que atuam no atendimento às famílias e mulheres em situação de violência, com base nas lacunas identificadas e nas

potencialidades para conjunto de intervenções, tal como o acionamento de corresponsáveis pelos cuidados da mulher, com base nas funções que cada membro da rede é capaz de desempenhar. O Mapa de Redes pode ser um instrumento que auxilie na reflexão sobre a vida das mulheres em situação de violência, na medida em que permite identificar e visualizar pessoas que podem ajudá-las. Diante do exposto, entende-se ser importante desenvolver programas de prevenção à violência nas escolas e na comunidade e trabalhar diretamente com as famílias de mulheres nessa situação, de maneira a sensibilizá-las e informá-las sobre seus direitos e recursos para enfrentar o problema, com vistas a sua proteção e à prevenção da repetição intergeracional da violência.

REFERÊNCIAS

- Angrosino, M., & Flick, U. (2009). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed.
- Antoniazzi, A. S., Dell’Aglia, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisas com famílias: Aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, 18(40), 251-266.
- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2005). *Termo de referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. (2011a). *Política Nacional de enfrentamento da violência contra a mulher*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. (2011b). *Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria de Políticas para mulheres. (2015). Programa “Mulher, viver sem violência”. Recuperado em 16 de agosto de 2017, de <http://spm.gov.br/>
- Brasil. Compromisso e Atitude. (2016). Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres. Recuperado de <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>
- Campos, E. P. (2005). *Quem cuida do cuidador. Uma proposta para os profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cho, J. Y., & Lee, E.-H. (2014). Reducing confusion about grounded theory and qualitative content analysis: Similarities and differences. *The Qualitative Report*, 19(32).
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Autor.
- Coyne, J. C., & DeLongis, A. (1986). Going beyond social support: The role of social relationships in adaptation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54, 454-460.
- Dantas, C. C., Leite, J. L., Lima, S. B. S., & Stipp, M. A. C. (2009). Teoria Fundamentada nos dados – aspectos conceituais e operacionais: Metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. *Rev. Latino-Americana de Enfermagem*, 17(4).

- Folkman, S., Lazarus, R. S., Gruen, R. J., & DeLongis, A. (1986). Appraisal, coping, health status, and psychological symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(3), 571-579.
- Fontanela, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17 – 27.
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Grandesso, M. (2011). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough?: An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18, 59-82.
- Krenkel, S. (2014). Violência familiar: Dinâmica relacional das redes pessoais significativas de Mulheres acolhidas em casa-abrigo. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Krenkel, S., & Moré, C. L. O. O. (2015). O acolhimento dos profissionais que atuam em casa-abrigo na perspectiva de mulheres que sofreram violência. *PSICO-PUC*, 46(2).
- Krenkel, S., & Moré, C. L. O. O. (2017). Violência contra a mulher, casas-abrigo e redes sociais: revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 770-783. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000192016>
- Minayo, M. C. S. (2010). *O Desafio do conhecimento*. São Paulo, Hucitec.
- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2004). *O campo de pesquisa: Interfaces entre a observação, interação e o surgimento dos dados* (pp. 588-593). Trabalho completo em anais da I Conferência Internacional do Brasil de Pesquisa Qualitativa/NPF – Núcleo de Pesquisa da Família. Taubaté, São Paulo.
- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 43, 84-98.
- Moré, C.; L. O. O., Santos, A. C. W., & Krenkel, S. (2014). A rede social significativa de mulheres que denunciaram a violência sofrida no contexto familiar. In R. M. S., Macedo (org.). *Família e comunidade: Pesquisa em diferentes contextos*. Curitiba, Juruá.
- Moré, C. L. O. O. (2015). *A “entrevista em profundidade” e “semiestruturada”, no contexto da saúde: Dilemas epistemológicos e*

- desafios de sua construção e aplicação*. Livro de Resumos do Quarto Congresso Iberoamericano em Investigação Qualitativa e Sexto Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, Aracaju, SE. Resumo recuperado de <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/5>
- Morin, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Muhr, T. (2004). ATLAS/ti the knowledge workbench. V 5.0 Quick tour for beginners. Berlin: *Scientific Software Development*.
- Netto, L. A., Moura, M. A. V., Queiroz, A. B. A., Leite, F. M. C., & Silva, G. F. (2017). Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: Uma condição em redes sociais. *Escola Anna Nery*, 21(1).
- Olabuénaga, J. I. R. (2009). *Metología de la investigación cualitativa*. Universidad de Deusto, Bilbao.
- Organización Mundial de la Salud – OMS. (2017, Noviembre). Violencia contra la mujer – violencia de pareja y violencia sexual contra la mujer. Recuperado de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/es/>
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de século.
- Ossó, A. B. (2014). *Eschucar, observar y comprender: Recuperando la narrativa en las Ciencias de la salud*. Catalúnia: Taller Gráfico.
- Santos, A. C. W. (2009). Mulheres, Violência, Rede de Serviços de Referência e Suporte Psicossocial. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Scatamburlo, N. P. (2013). Significados atribuídos à violência conjugal na perspectiva dos casais *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Sluzki, C. E. (2003). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2a Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Sufredini, F. (2016). Dinâmica relacional de famílias que vivenciaram abuso sexual infanto-juvenil: O olhar materno. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Terra, M. F., D'Oliveira, A. F. P. L., & Schraiber, L. B. (2015). Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea Digital*, 15(3), 109-125.

- United Nations. *Declaration on the elimination of violence against women*. (1993). General Assembly Resolution n°. A/RES/48/104, Geneve: United Nations.
- Vasconcellos, M. J. E. (2009). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papyrus.
- Wanderbroocke, A. C. N. S. (2011). A violência familiar na perspectiva de idosos e profissionais da saúde no contexto da atenção primária. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- World Health Organization – WHO. (2002). *World report on violence and health*. Geneve: World Health Organization.
- World Health Organization – WHO. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Geneve: World Health Organization.
- World Health Organization – WHO. (2014). *Violence against women. Intimate partner and sexual violence against women*. Recuperado em 09 de dezembro de 2017, de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>

APÊNDICES

Apêndice 1 – Contato com a rede de relações das mulheres ex-abrigadas

Ordem de participação - Pesquisa de Mestrado	Contatos realizados	Pessoas que forneceram informações sobre as participantes	Informações / Desfecho	Ordem de participação - Pesquisa de Doutorado
P1	Filha 1, Filha 2 e dois telefones pessoais (04 contatos)	Filha 1	<ul style="list-style-type: none"> - Estava com problemas de saúde (cardiopatia) e estava passando um período na casa da filha. - Foi confirmado o número de telefone da participante. - Participante falou que estava indisposta para receber visitas naquele dia e pediu para telefonar em outro momento. - Devido ao seu problema de saúde, em conjunto com a orientadora desta Tese, optou-se por não entrevistá-la. 	
P2	Trabalho, amiga, telefone pessoal, telefone do CadÚnico (04 contatos)	Amiga e CadÚnico	<ul style="list-style-type: none"> - Telefone pessoal e do local de trabalho não atenderam. - A “amiga” que atendeu a ligação disse que aquele número não era da pessoa de referência e que não conhecia ninguém com o nome da participante. - Após isso foi procurado novo contato da participante no CadÚnico e assim foi possível falar com ela e convidá-la a participar da pesquisa. 	P6

P3	Pai, amiga, creche dos filhos, empresa, três telefones pessoais (<i>07 contatos</i>)	Creche e empresa	<ul style="list-style-type: none"> - Telefones não existiam ou estavam fora de área. - Coordenadora ligou para a creche dos filhos da participante. Na creche informaram que não tinham o telefone da participante, mas sabiam que estavam trabalhando em uma empresa têxtil. - Foi telefonado para a empresa que passou o número de telefone da participante, mas que em nenhum momento, após várias tentativas, não atendeu. 	
P4	Pai, filha, irmã e dois telefones pessoais (<i>05 contatos</i>)	Irmã	<ul style="list-style-type: none"> - Irmã informou o contato da participante. - Foi telefonado para a participante e realizada a visita e o agendamento da entrevista. 	P1
P5	Mãe, avó, tia e um contato pessoal (<i>04 contatos</i>)	Avó	<ul style="list-style-type: none"> - Exceto o telefone da avó, os demais caíram na caixa postal ou não completavam a ligação. - A avó informou que o celular da participante não tinha área na localidade em que estava morando e disse que a participante estava em casa e ficaria feliz com a nossa visita. - Foi realizada a visita e o agendamento da entrevista. 	P5
P6	Marido, vizinha e dois telefones pessoais (<i>04 contatos</i>)	Participante	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora da casa-abrigo havia encontrado com a participante dias antes da ida da pesquisadora à casa-abrigo e atualizado os contatos nos documentos do local. - Participante disse que não poderia nos receber em sua casa, pois o marido (autor da violência) também estava e pediu para conversar por telefone. O convite para participar da pesquisa foi realizado e na mesma oportunidade foi agendada a entrevista. 	P4

P7	Irmão, amiga, madrasta, filha da madrasta, telefone pessoal e dois telefones do pai (07 contatos)	Amiga	<ul style="list-style-type: none"> - O único contato em que foi possível foi com a amiga da participante. Os demais telefones não atenderam ou estavam fora de área. - No momento do contato com a amiga, a participante estava na casa dela, mas estavam de saída, por isso não fomos visitá-la. Assim, o convite para participar da entrevista foi feito por telefone e agendado dia e horário. - Um dia antes da entrevista, a pesquisadora telefonou para confirmar o encontro e a participante desistiu, dizendo que não gostaria de “mexer em feridas do passado”. 	
P8	Vizinha e telefone pessoal (02 contatos)	Participante	<ul style="list-style-type: none"> - Esta participante havia passado pela casa-abrigo 15 dias antes da pesquisadora iniciar os contatos para este estudo. A coordenadora da casa-abrigo precisava conversar com a participante sobre sua situação atual e encaminhamentos para ela e os filhos. A participante estava morando com a mãe e a pesquisadora acompanhou a coordenadora da casa-abrigo na visita domiciliar, momento em que foi realizado o convite e agendada a entrevista. 	P2
P9	Amiga, trabalho e telefone pessoal (03 contatos)	Pessoa do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Colega de trabalho informou o contato da participante para a coordenadora da casa-abrigo. - Foi telefonado para a participante, realizado o convite e agendada a entrevista. 	P3
P10	Irmã e dois telefones pessoais (03 contatos)	Irmã	<ul style="list-style-type: none"> - A irmã da participante informou que esta se mudou para uma cidade do interior do Estado em busca de trabalho há dois meses. Também disse que a irmã estava sem telefone desde a mudança e que o contato entre elas ocorria somente quando a irmã ou o sobrinho 	

			telefonavam.
P11	<p>- Coordenadora da casa-abrigo informou que a suspeita de abuso sexual contras as duas filhas da participante foi comprovada. As meninas foram encaminhadas para um abrigo de crianças. A última informação é que a mãe tinha mudado de cidade.</p> <p>- Como esta participante não atendia a alguns dos critérios de inclusão para esta pesquisa, não foi realizado contato com ela.</p>		
P12	Mãe, amiga, telefone pessoal e CadÚnico (<i>04 contatos</i>)	Mãe e amiga/ Participante	<p>- Contato pessoal caía na caixa postal. Demais contatos atenderam, mas disseram que não conheciam a participante.</p> <p>- Foi conseguido contato com a participante pelo número registrado no CadÚnico.</p> <p>- Em um primeiro momento a participante aceitou participar da pesquisa. Quando a pesquisadora telefonou para confirmar a entrevista que ocorreria no dia seguinte, a participante disse que estava se separando (do autor da violência) e mudando de casa, procurando escola para as filhas e advogado para ajudá-la no processo e que neste momento ficaria difícil.</p>

Fonte: desenvolvido pela autora.

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista com as profissionais da casa-abrigo

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

Iniciais do nome: _____

Idade: _____

Sexo: () feminino () masculino

Estado civil: () Solteira () União Estável ()

Divorciada () Viúva

() Casada: civil ou religioso? _____

Filhos: () Sim Quantos? _____ () Não

Tem alguma prática espiritual ou religiosa?

() Sim Qual? _____ () Não

Profissão de formação: _____ Tempo de atuação profissional: _____

Tempo de atuação na casa-abrigo (como educadora):

_____ Especialização: () na área () outra área . Qual?

() pós-graduação () mestrado () doutorado

() Outros _____

() Não possui

Locais em que

trabalha: _____

Períodos em que

trabalha _____

- Teu trabalho na casa abrigo foi por opção/escolha pessoal (), devido a concurso específico (), por designação institucional (), outros () _____.

2. PRÁTICA PROFISSIONAL NA CASA-ABRIGO

- a) Poderia me descrever as atividades que desenvolves na sua rotina de trabalho na casa-abrigo? (o que você faz *descrever atividades*)
- b) Como as mulheres chegam na casa-abrigo?
- c) Como se faz o acolhimento/abrigamento de uma mulher encaminhada para a casa abrigo?

c1) *Que tipo de violência elas relatam?*

c2) como são passadas as regras da casa para as mulheres?

c3) Quais as principais dificuldades e as facilidades relacionadas a este acolhimento?

- d) Você falou da sua rotina de trabalho, queria saber quais as principais intercorrências na rotina relacionadas à permanência das mulheres na casa-abrigo? (aceitação das regras, atividades, coisas que fogem da rotina)

d1) Como faz a mediação dessas situações?

- e) Diante de que circunstâncias ou por que motivos as mulheres saem da casa-abrigo?
- f) Frente à possibilidade de saída da mulher da casa-abrigo, quais são os procedimentos realizados?

f1) Vocês deixam algum contato com as mulheres? Qual? Para quê?

- g) E depois que elas saem da casa-abrigo, é realizado algum trabalho? (Que tipo de trabalho? *estar, atenta reinserção social e/ou programas de acompanhamento*).
- h) Na tua perspectiva, como a passagem pela casa-abrigo pode influenciar na vida das mulheres após elas saírem do local? (o que pode mudar, melhorar/piorar)
- i) E em relação aos demais setores da Rede de proteção da mulher (Delegacias, CREAS, MP), como é o trabalho com eles (estar atenta: facilidades e dificuldades).

i1) Na tua opinião, como esses setores podem auxiliar as mulheres no enfrentamento da violência?

- j) Quanto a casa-abrigo, qual sua opinião sobre a infra-estrutura, quadro de pessoal e condição de atuação profissional?

3. A REDE SOCIAL SIGNIFICATIVA DAS MULHERES ABRIGADAS

- a) Na sua prática, você consegue identificar pessoas próximas das mulheres no processo de abrigamento (antes, durante ou após? Quem?)

a1) Em que situações são mais visíveis?

a2) E na fala das mulheres abrigadas, elas mencionam pessoas importantes que elas gostariam de entrar em contato?

a3) Quando elas mencionam que querem falar com a pessoa, como é feito o contato?

a4) Você percebe alguma influência quando ocorre esse contato?

c) E quando há contato, que funções que você visualiza na rede? (Apoio emocional, ajuda financeira...).

d) A gente entende que quando as mulheres estão em situação de violência, elas passam a nomear pessoas que as ajudam que fazem parte da sua rede. Você se percebe fazendo parte das redes dessas mulheres?

d1) De que maneira você se percebe? Poderia me relatar alguma situação?

e) Como que as pessoas da rede das mulheres podem auxiliar quando elas saem da casa-abrigo?

4. PESSOAL-PROFISSIONAL

a) Você já vivenciou alguma situação de violência no desempenho de suas funções, por parte das mulheres e/ou familiares? *Poderias me relatar como foi? Como tu te sentistes frente à essa situação?*

b) Sabemos que algumas mulheres que saem da casa-abrigo, voltam a viver com o autor da violência. O que você pensa a respeito dessa decisão delas?

c) Com base na sua experiência profissional, o que você considera que gera a violência nas relações?

d) Como é para você trabalhar atendendo diferentes situações de violência familiar?

e) Como você percebe o trabalho da equipe da casa-abrigo?

f) Você teria alguma sugestão ao serviço? Qual?

g) O que, para você, é ser educadora em uma casa-abrigo para mulheres em situação de violência?

h) Diante do que conversamos, o que é violência para você?

i) Você faz algo para cuidar da sua saúde física e/ou mental? *O quê? A Instituição propõe alguma coisa?*

j) Que conselhos você daria para uma pessoa que estivesse começando a trabalhar em uma casa-abrigo?

- Como foi para você participar da entrevista?

- Você gostaria de falar mais alguma coisa?

- Fechamento e agradecimento.

Apêndice 3 – Roteiro de entrevista com as mulheres ex-abrigadas

Dados de Identificação e Sócio-Demográficos das participantes

Iniciais do Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Estado civil: () Casada () União estável - a) () *Autor da violência*

- b) () *Novo*

relacionamento

() Solteira () Divorciada/separada ()

Namorando

Tempo de relacionamento: _____

Tem alguma prática espiritual ou religiosa? () Sim Qual?

_____ () Não

Número de filhos: _____ Idade(s): _____

Habitação: () Própria () Alugada () Cedida () Outra: _____

Ocupação/Profissão: _____

Realizou algum curso técnico, profissionalizante ou aperfeiçoamento na área dela ou diferente?

() Sim Qual? _____ () Não

O que fez você escolher esse curso? _____

Renda Individual: _____ Renda familiar: _____

Tempo de saída da casa-abrigo: _____

E durante esse tempo, você retornou alguma vez para a casa-abrigo?

() Sim Quanto tempo? _____

() Não

PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL

- Aquecimento com o Mapa de Redes (dissertação)
- Síntese dos principais aspectos do Mapa e do que a participante falou na dissertação (história de vida).

a) Pensando no que você me falou, no mapa de redes, nesses *três* anos que faz que você saiu da casa-abrigo, o que aconteceu na sua vida? Você poderia me relatar isso?

aa) *Aspectos afetivos com o parceiro/ situação de violência/ autor da violência*

ab) *Relação com os filhos* (se houve mudança na relação/comportamento após sair da casa-abrigo)

ac) *Relação com o trabalho* (continuou trabalhando, parou de trabalhar, mudou de trabalho)

ad) *Projeto de vida atual* (dela e dos filhos): qual é o seu projeto de vida atual OU o que pensa da sua vida daqui para frente

add) Com relação ao projeto de vida, o que precisaria que ele se concretizasse

ae) *Saúde* (Como está a saúde, o que tem feito para cuidar da saúde)

af) *Redes Sociais Significativas* (como se comportou)

ag) *Se participou dos atendimentos/ Se teve oportunidade/Qual foi o efeito*

- Observar se voltou para sua casa e/ou parceiro, voltou ou iniciou um novo trabalho, foi **acolhida por algum familiar ou amigo**. Se participou (ou participa) de algum atendimento individual ou em grupo após a saída da casa-abrigo, oferecido pela equipe técnica da Assistência Social.
- Estar atenta às situações, descrição e que pessoas da Rede procurou, como se comportou a rede e como a participante se sentiu.

b) A partir do que você me falou, desse percurso, de tudo o que aconteceu, na sua opinião, como foi tua experiência na passagem pela casa abrigo?

ba) *Poderias me dizer no que ela contribuiu após a tua saída do local?*

c) No tempo que você ficou na casa-abrigo tu desenvolvias uma série de atividades com as mulheres e profissionais, lembro que você me disse que (*citar o que falou na outra entrevista*). Queria te perguntar se algumas dessas atividades ajudaram na sua vida após a sua saída da casa-abrigo?

d) Dentre as coisas que você aprendeu na casa-abrigo, o que você levou pra sua vida/ que você ainda faz ou pratica?

e) Hoje, olhando para trás, de toda sua vivência na casa-abrigo, o que mais te marcou?

ea) E se você tivesse dizer algo que realmente tu não gostasse, o que seria? E por quê?

f) Você teria alguma sugestão de trabalhos que poderiam ser realizados com as mulheres enquanto estão na casa-abrigo e/ ou depois que saem do local?

g) Hoje, quando você tem alguma dificuldade em sua vida, seja em relação à violência ou dificuldade de um modo geral, o que faz pra enfrentá-la?

ga) Você pede ajuda para alguém? Quem?

gb) De que forma as pessoas lhe ajudam?

(Ou pensar em um exemplo/ “Se pudesse fazer alguma coisa, o que faria”/ “E se..”)

h) Com base no que você foi relatando ao longo da nossa conversa, gostaria que você comparasse como era sua vida antes de ir para a casa-abrigo e depois que você saiu de lá (o que mudou/ melhorou/ piorou).

3.4 MAPA DE REDES

3.4.1 Apresentação do Mapa de Redes e o significado dos círculos e dos quadrantes.

- a) Pensando hoje, no seu momento de vida atual, quem são as pessoas que te ajudam, que te dão suporte pra enfrentar todo esse teu processo de vida, depois de sair da casa-abrigo?
- Estar atenta: se relatou novas situações de violência na entrevista; perguntar sobre as instituições que auxiliaram as mulheres (se for o caso); quem foram **as pessoas que auxiliaram na reinserção social** (se estão no Mapa); **pessoas envolvidas nas estratégias de enfrentamento** de situações difíceis (não somente em relação à violência do parceiro íntimo).

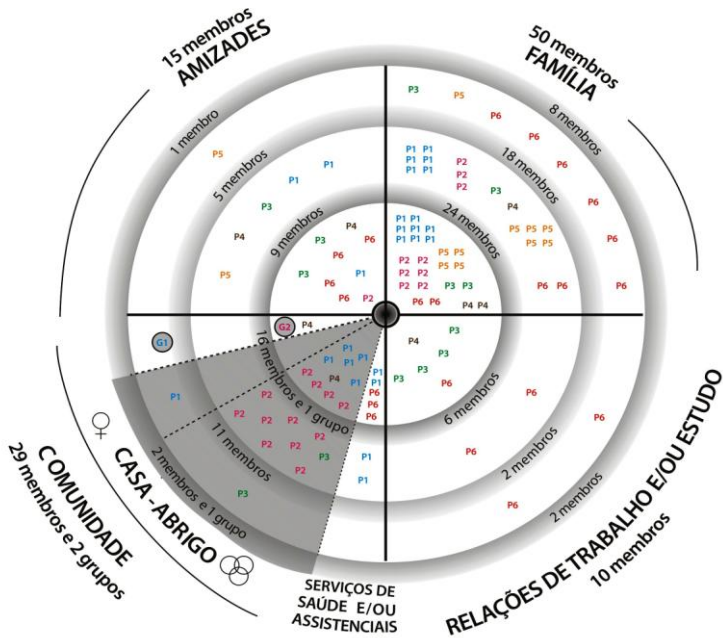
3.4.2 Ao final da construção do Mapa:

- a) Olhando para o Mapa construído, o que você pensa sobre ele?

- b) E agora olhando pra esses dois Mapas, o que foi feito hoje e esse de três anos atrás, o que você pensa sobre eles? (O que mudou, o que ficou igual?)
 - ba) Por que você pensa que isso aconteceu? (Por que tem ou não esse contato?)
 - bb) Como isso te afetou?
- c) Como foi para você participar dessa entrevista?
- d) Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

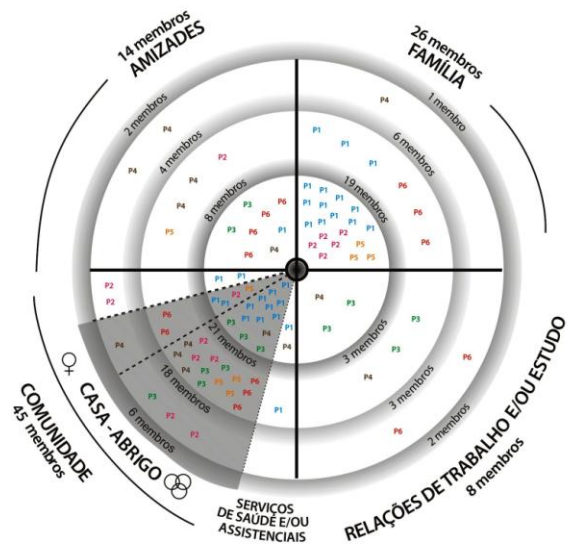
- Agradecimento e fechamento (Quando terminar toda a análise será deixado uma cópia dos resultados na casa-abrigo, assegurando sempre o sigilo das suas informações. Caso queira ter acesso aos dados do estudo e ao meu contato, estarei deixando lá e eu fico à disposição para conversar com você quando e se você desejar).

Apêndice 4 – Mapa de Redes Geral

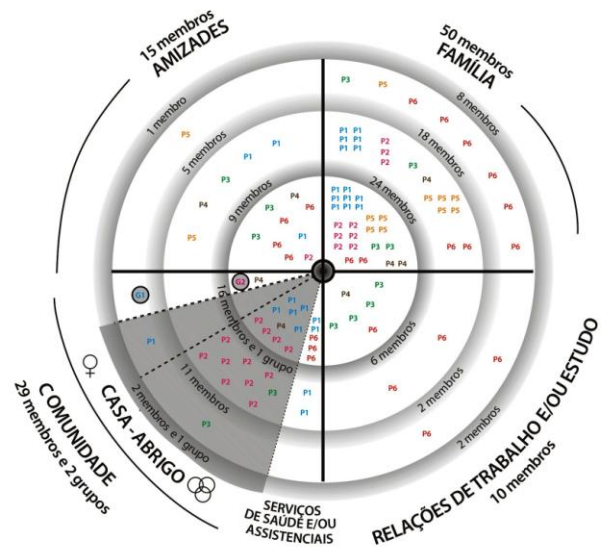


Apêndice 5 – Mapas de Redes dos anos de 2013 e 2015

MAPA DE REDES GERAL - 2013



MAPA DE REDES GERAL - 2015



Apêndice 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Profissionais casa-abrigo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Eu, Scheila Krenkel, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-a (o) a participar do processo de coleta de dados da pesquisa que originará a minha Tese de Doutorado, intitulada “*Repercussões das práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher*”, sob orientação da Prof^{ra}. Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. Esta pesquisa tem por objetivo *compreender as repercussões das práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher, na perspectiva de mulheres ex-abrigadas e profissionais de uma casa-abrigo*. Este estudo visa contribuir para as práticas de acolhimento e intervenção junto às mulheres atendidas em casa-abrigo.

Sua participação é absolutamente voluntária, não remunerada e anônima. Caso você aceite participar, a pesquisa consistirá na realização de uma entrevista individual, por meio de um roteiro de perguntas relacionado ao tema de pesquisa. A sua recusa em participar da pesquisa não implicará em qualquer penalidade ou prejuízo e você também poderá desistir da participação a qualquer momento. O conteúdo da entrevista será mantido em sigilo e garantirei o anonimato dos seus dados, ou seja, o seu nome ou quaisquer outras informações que possam vir a identificá-la (o) não serão divulgados. Também é importante que você saiba que sua participação nesse estudo não interferirá nas suas atividades de trabalho vinculadas à instituição ou fora dela.

Fazer parte desta pesquisa não lhe trará benefício direto, mas contribuirá para os estudos sobre as práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e sobre a participação das redes sociais significativas nesse contexto. Os riscos provenientes da situação de pesquisa referem-se à possibilidade da emergência de lembranças desagradáveis, o que pode

Ihe causar desconforto. Caso em algum momento você se sentir desconfortável e entender que gostaria de falar sobre o assunto, me comprometo a conversar com você sobre isso e, se for o seu desejo, sugerir a busca por um serviço de apoio psicológico para que você possa conversar posteriormente.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo, você poderá obter junto a mim, pelo telefone (47) 9919-7838 e/ou junto à minha orientadora, pelo telefone (48) 3721-2799. Caso possua alguma dúvida quanto aos aspectos éticos em torno do desenvolvimento desta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo telefone (+55 48) 3721-6094, pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br ou dirigir-se ao prédio da Reitoria II (edifício Santa Clara), da Universidade. O endereço é R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400. Poderá, também, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Secretaria Estadual de Saúde (SC), pelos telefones (48) 3212-1660, 3212-1644 ou pelo e-mail cepses@saude.sc.gov.br.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder.

Scheila Krenkel
Pesquisadora principal
Doutoranda

Prof^ª Dra. Carmen L. O. O. Moré
Pesquisadora responsável
Orientadora

Eu, _____, abaixo assinado, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa “*Repercussões das práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher*”. Declaro ainda, que estou ciente do seu objetivo e métodos, consentindo que a entrevista seja gravada em áudio e utilizada para a coleta de dados. Também estou ciente do meu direito de anonimato e de poder desistir a qualquer momento.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Assinatura da (o) participante da pesquisa
RG: _____

Apêndice 7 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – Mulheres ex-abrigadas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Eu, Scheila Krenkel, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-a a participar do processo de coleta de dados da pesquisa que originará a minha Tese de Doutorado, intitulada “*Repercussões das práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher*”, sob orientação da Prof^a. Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. Esta pesquisa tem por objetivo *compreender as repercussões das práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher, na perspectiva de mulheres ex-abrigadas e profissionais de uma casa-abrigo*. Este estudo visa contribuir para as práticas de acolhimento e intervenção junto às mulheres atendidas na casa-abrigo.

Sua participação é absolutamente voluntária, não remunerada e anônima. Caso você aceite participar, a pesquisa consistirá na realização de uma entrevista individual com um roteiro de perguntas relacionadas ao tema da pesquisa e na construção de um mapa de redes. A sua recusa em participar da pesquisa não implicará em qualquer penalidade ou prejuízo e você também poderá desistir da participação a qualquer momento. O conteúdo da entrevista e do mapa de rede serão mantidos em sigilo e garantirei o anonimato dos seus dados, ou seja, o seu nome ou quaisquer outras informações que possam vir a identificá-la não serão divulgados.

Fazer parte desta pesquisa não lhe trará benefício direto, mas contribuirá para os estudos sobre as práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e sobre a participação das redes sociais significativas nesse contexto. Os riscos provenientes da situação de pesquisa referem-se à possibilidade de emergência de lembranças desagradáveis, o que pode

Ihe causar desconforto. Caso em algum momento você se sentir desconfortável e entender que gostaria de falar sobre o assunto, me comprometo a conversar com você sobre isso e, se for o seu desejo, sugerir a busca por um serviço de apoio psicológico para que você possa conversar posteriormente.

Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo, você poderá obter junto a mim, pelo telefone (47) 9919-7838 e/ou junto à minha orientadora, pelo telefone (48) 3721-2799. Caso possua alguma dúvida quanto aos aspectos éticos em torno do desenvolvimento desta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo telefone (+55 48) 3721-6094, pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br ou dirigir-se ao prédio da Reitoria II (edifício Santa Clara), da Universidade. O endereço é R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC CEP 88.040-400. Poderá, também, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Secretaria Estadual de Saúde (SC), pelos telefones (48) 3212-1660, 3212-1644 ou pelo e-mail cepses@saude.sc.gov.br.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder.

Scheila Krenkel
Pesquisadora principal
Doutoranda

Profª Dra. Carmen L. O. O. Moré
Pesquisadora responsável
Orientadora

Eu, _____, abaixo assinado, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa “*Repercussões das práticas profissionais realizadas em casa-abrigo e das redes sociais significativas no enfrentamento da violência contra a mulher*”. Declaro ainda, que estou ciente do seu objetivo e métodos, consentindo que a entrevista seja gravada em áudio e utilizada para a coleta de dados. Também estou ciente do meu direito de anonimato e de poder desistir a qualquer momento.

Florianópolis, ____ de _____ de 2015.

Assinatura da participante da pesquisa
RG: _____

Apêndice 8 - Relação entre os objetivos específicos da tese e os objetivos dos artigos

<p>Objetivo Geral da Tese: Compreender a experiência de pós-abrigamento e as repercussões das redes sociais significativas no processo de enfrentamento da violência contra a mulher, na perspectiva de mulheres ex-abrigadas e de profissionais de uma casa-abrigo.</p>	
Objetivos Específicos da Tese	Objetivos dos Artigos
1. Identificar as práticas institucionais realizadas durante e após o abrigamento, na perspectiva das profissionais da casa-abrigo.	<p>Artigo 1: Identificar as práticas profissionais realizadas em uma casa-abrigo e as características estruturais das redes sociais significativas, configuradas em torno do processo de abrigamento de mulheres em situação de violência.</p>
2. Descrever as funções desempenhadas pelas redes sociais significativas antes e após a experiência de abrigamento das mulheres, na perspectiva das profissionais da casa-abrigo.	
3. Entender o processo da experiência pós-abrigamento e as estratégias para o enfrentamento utilizadas no cotidiano das mulheres ex-abrigadas.	<p>Artigo 2: Compreender o processo de reconstrução do projeto de vida e as estratégias de enfrentamento utilizadas no cotidiano de mulheres ex-abrigadas por situação de violência familiar.</p>
4. Caracterizar a estrutura e funções das redes sociais significativas das mulheres, após o processo abrigamento.	<p>Artigo 3: Compreender as características estruturais e funções das redes sociais significativas de mulheres que sofreram violência, após a passagem por uma casa-abrigo.</p>